

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Guilherme Habib Santos Curi

**O valor-trabalho:**  
A substância do valor na economia política clássica

Belo Horizonte  
2016

Guilherme Habib Santos Curi

## O valor-trabalho:

A substância do valor na economia política clássica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de pesquisa: Filosofia Moderna

Orientador: Prof. Dr. Joãozinho Beckenkamp

Belo Horizonte  
2016

100

C975v

2016

Curi, Guilherme Habib

O valor-trabalho [manuscrito] : a substância do valor na economia política clássica / Guilherme Habib Curi. - 2016.

127 f.

Orientador: Joãozinho Beckenkamp.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Filosofia – Teses. 2. Teoria do trabalho como base do valor – Teses. 3. Marx, Karl, 1818-1883. I. Beckenkamp, Joãozinho, 1960-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dissertação defendida e \_\_\_\_\_, com nota \_\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Joãozinho Beckenkamp – Filosofia/UFMG (Orientador)

---

Prof. Dr. Cláudio Gontijo – Economia/UFSJ

---

Prof. Dr. Leonardo Gomes de Deus – Economia/UFMG

Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade  
Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

A Esther, a pequena estrela que estará sempre viva e brilhante em nossos corações.

## AGRADECIMENTOS

Ao rigor e à permanente disponibilidade de meu orientador Joãozinho Beckenkamp.

À carinhosa ajuda de meus amigos: Las Casas, Ismael, Leo, Tetecho, Paquito, Alvinho, Costa, Luquita, MT e Luiz Philipe. Sem eles o difícil caminho que percorri teria sido infinitamente mais árduo.

À amizade e aos ensinamentos de minha querida amiga Giorgia Cecchinato e de meu querido amigo Federico Sanguinetti.

Às festividades realizadas por minha trupe, os Swing Boys (esse nome...!), e a todos aqueles que fizeram dessa turma um ainda mais vivo, divertido e amplo círculo de amigos.

Às amigas e aos amigos do meu adorável coreu: Talitão, Anica, Augustinho e todos aqueles que passaram horas dessa curta vida se divertindo comigo.

Ao carinho e à permanente confiança de minha mãe. Foi ela a grande responsável por este trabalho. Sem seu apoio incondicional, sua viva torcida e suas sábias palavras eu jamais estaria aqui.

Ao apoio e ao carinho de meu pai. Pai paciente e exigente; homem sagaz que sempre encheu minha vida de bons conselhos e que nunca me deixou esquecer da realidade.

Ao amor de minha amorosa irmãzinha Gabi, de minha querida madrinha Helenaura, de minha carinhosa tia Rúbia, de meu humano tio Alan e de minha frágil vó Maria.

À memória de meu vô Lúcio, de minha tia Rose, de meu vô Antônio e de minha vó Edite, mulher que me deu a base para que eu chegasse a esse momento.

À paciência de meus camaradas do magnânimo PCB. Camaradas que de maneira altiva me liberaram de minhas funções políticas para que eu terminasse este texto.

Ao proletariado! À classe que emancipará todos os homens.

Este é tempo de partido,  
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,  
viajamos e nos colorimos.  
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.  
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.  
As leis não bastam. Os lírios não nascem  
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se  
na pedra.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.  
Nosso tempo

## RESUMO

O presente trabalho expõe, à luz de Karl Marx, o caminho seguido pela economia política clássica em direção à substância do valor. Os primeiros passos dessa ciência coincidem com a ascensão de uma nova classe social: a burguesia. No final do século XVII, a burguesia assumia o poder político na Inglaterra. Foi nesse período que um genial pensador, William Petty, concebeu pela primeira vez o valor em consonância com o recém surgido modo de produção. Petty observava que o valor era tanto produto social, trabalho, quanto produto natural, terra. Décadas mais tarde, um jovem americano, Benjamin Franklin, foi responsável por reduzir o valor a um único determinante: a quantidade de trabalho. Franklin deve, nessa medida, ser reconhecido com um dos principais responsáveis por ter desenvolvido a teoria do valor em direção à sua verdade. Ele rompia com a tradição pettyana e reconhecia o trabalho como o único fundamento do valor. A fisiocracia, aqui representada por François Quesnay, ressaltou a materialidade de toda riqueza mercantil e iluminou a natureza expansionista própria à sociedade produtora de valor. A economia política clássica alcançou sua maturidade com Adam Smith; quando o escocês tentou lidar de modo sistemático com a totalidade do conteúdo próprio à ciência econômica. Smith, todavia, não conseguiu lidar com todas as desventuras de seu objeto de estudo e, por isso, foi incapaz de construir um sistema plenamente consistente. Ricardo é o último autor de nossa narrativa. Foi ele o responsável por levar a teoria do trabalho contido de Franklin e Smith às últimas consequências e, por isso, por ter chegado ao ambiente próprio à produção de valor. Ricardo desbravou a esfera da produção, o local onde a substância do valor se apresenta sem nenhum disfarce. Foi, nessa medida, o responsável por apresentar o trabalho como base de todo o modo de produção capitalista, por fazer do trabalho, segundo sua qualidade, a substância do valor. Consequentemente ele impôs o limite da economia política – ao jogar luz sobre a essência contraditória da sociedade burguesa, ele determinou o fim da investigação econômica desinteressada e anunciou a era da apologia.

**Palavras-chave:** teoria do valor-trabalho, substância do valor, economia política, William Petty, Benjamin Franklin, François Quesnay, Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx.

## ABSTRACT

This work presents, in the light of Karl Marx, the path followed by classical political economy toward the substance of value. The first steps of this science coincide with the rise of a new social class: the bourgeoisie. At the end of the seventeenth century, the bourgeoisie took political power in England. During this period, a brilliant thinker, William Petty, conceived for the first time the concept of value in line with the newly emerged mode of production. Petty noted that value was as much a social product, employment, as a natural product, land. Decades later, a young American, Benjamin Franklin was responsible for reducing value to a single determinant: the amount of work. To that extent, Franklin must be recognized as one of the main responsables for developing the theory of value toward its truth. He broke with the pettyan tradition and recognized work as the sole foundation of value. Physiocracy, here represented by François Quesnay, highlighted the materiality of all mercantile wealth and illuminated the expansionary nature characteristic of a value producing society. Classical political economy reached its maturity with Adam Smith, when he tried to deal systematically with the totality of the content of economic science itself. Smith, however, could not handle all the issues of his object of study and was therefore unable to build a fully consistent system. Ricardo is the last author of our narrative. He was responsible for taking the theory of labor contained in Franklin and Smith to its ultimate consequences and, by doing so, having reached the [proper environment] for the production of value. Ricardo blazed the sphere of production, where the substance of value presents no disguise. He was, to that extent, responsible for presenting the work as a basis of the capitalist mode of production, by making work, according to its quality, the substance of value. Consequently he imposed the limit of political economy -- by shedding light on the contradictory essence of bourgeois society, he determined the end of the disinterested economic research and announced the era of apology.

**Keywords:** labor theory of value, substance of value, political economy, William Petty, Benjamin Franklin, François Quesnay, Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx.

# SUMÁRIO

Introdução .....	9
Capítulo I: A crítica ao método da economia política clássica .....	13
1. A apropriação vulgar .....	14
2. Os adoradores de Crusoé .....	19
2.1. Os britânicos .....	20
2.2. O alemão .....	25
2.3. O francês .....	33
3. A dialética revolucionária.....	40
3.1. O pressuposto crítico: o modo de produção.....	41
3.2. O método cientificamente correto.....	44
Capítulo II: A terra ciência econômica .....	51
1. William Petty: o gênio fundador .....	51
2. Benjamin Franklin: o caráter abstrato do valor .....	58
3. François Quesnay: o valor ofuscado .....	65
Capítulo III: Apogeu e ocaso da economia política clássica .....	71
1. Adam Smith: o eterno retorno ao empírico .....	71
1.1. A divisão do trabalho e seu fundamento .....	73
1.2. O recuo .....	80
1.3. A medida subjetiva do valor: quantidade de sacrifício .....	85
1.4. A medida objetiva do valor: quantidade de trabalho contido .....	92
1.5. A desmedida do valor: os componentes do valor .....	96
2. David Ricardo: o último economista político.....	103
2.1. A produção e a grandeza do valor.....	108
2.2. Ricardo e a substância do valor.....	118
Referência bibliográfica.....	124

# INTRODUÇÃO

É moda no meio marxista introduzir qualquer trabalho com uma exposição sobre método, na maioria das vezes. Entretanto os autores não falam mais que trivialidades e jargões. Esse não parece ser o presente caso. Deve-se ter em vista, antes de mais nada, que nosso objetivo não é tratar do pensamento de Marx, mas da economia política. Nesse sentido, nos debruçaremos sobre o método dessa ciência a fim de responder o que fez de um grupo específico de pensadores economistas políticos, verdadeiros cientistas do processo social de produção e distribuição de riqueza.

Autores como Ingram (1887), Schumpeter (1954) e Landreth e Colander (2002) iniciaram suas obras de história do pensamento econômico com pensadores gregos, passaram pelos romanos, pelos medievais, pelos mercantilistas para, por fim, chegar aos economistas modernos. Eles estavam atentos à forma e não ao conteúdo do objeto sobre o qual os autores que estudavam lidavam, de modo que não importava se a estrutura social que envolvia Aristóteles era uma e a que envolvia Colbert outra, importava apenas reconhecer que ambos falavam de trocas, de dinheiro, de impostos etc. O verdadeiro conteúdo do saber era assim reduzido a mera forma e, por isso, concluía-se que os autores antigos haviam escrito diversos tratados de economia. Porém podemos afirmar sem maiores dificuldades que nada é mais absurdo do que acreditar que Aristóteles tinha diante de si o mesmo objeto que Colbert.

Um de nossos objetivos é, por isso, apresentar de maneira geral – uma vez que é impossível esgotar tal assunto em um texto introdutório – o que distingue o pensamento econômico moderno de qualquer outro. Para tanto, veremos, não é necessário compará-lo com nenhum outro, não nos limitaremos à sua forma. Ao contrário, tentaremos expor em poucas páginas seu verdadeiro conteúdo, que tanto constituiu o objeto sobre o qual a ciência se debruça, como também produziu os próprios cientistas. Esse procedimento, felizmente e como bem Marx nos mostrou, teve origem no interior da própria economia política clássica e perpassou pelo grande Hegel. Desse modo, nossa pesquisa não precisará avançar no tempo e caminhar até Marx. Ela pode, inspirada nele, pôr-se a analisar o pensamento econômico clássico e a filosofia do espírito e a partir deles apresentar os fundamentos gerais desses mesmos pensamentos.

Desejamos mostrar, nesse sentido, que a crítica às robinsonadas da economia política e de Hegel resultam no conceito de modo de produção, conceito absolutamente indispensável para que possamos compreender o verdadeiro conteúdo da economia política clássica. Essa

ciência, adiantamos, foi capaz de tocar na essência do modo de produção burguês sem a devida consciência do que fazia. Ela não reconhecia a especificidade histórica da sociedade que analisava, tampouco imaginava que essa mesma realidade determinava a ela mesma. Assim, se queremos apresentar *a história da substância do valor na economia política clássica*, precisamos antes de mais nada ter consciência do que fundamentou a própria história do valor, ou antes, no interior de que essa história se encontrava. Concluímos, por isso, ser da mais absoluta importância, ainda que tenhamos plena consciência dos limites de nossa exposição, apresentar *a crítica ao método da economia política*, para que possamos mostrar o quão próximo elas estiveram do conceito de modo de produção, do conceito que era a última grande barreira para que essa ciência apreendesse conscientemente a essência de seu objeto de estudo, do conceito que aqui pretendemos apresentar em seus traços gerais e que será fundamental para o objetivo desta dissertação.

O pensamento econômico moderno, entretanto, possui um agravante que deverá ser tratado. Ele não se encerra em apenas um tipo de proceder. Ao lado da pesquisa séria e comprometida com o objeto de estudo, da pesquisa que avançava sobre a essência de seu objeto, em resumo, da economia política clássica, havia um grupo de cientistas que permaneciam na superfície de seu objeto e um grupo de apologistas que manipulavam o objeto econômico em resposta aos mais criticáveis e mesquinhos interesses de classe. Por isso, será necessário, antes de mais nada, varrer de nosso trabalho toda uma série de autores vulgares e apologistas.

Temos em conta que Marx foi o responsável por colocar luz nas virtudes dos economistas políticos e no pensamento de Hegel, foi, inclusive, o responsável por realizar a crítica derradeira que enfim superaria as parcialidades de cada um desses saberes. Marx não foi, porém, o primeiro a tentar realizar essa façanha. Antes dele e sob sua influência direta, Pierre Joseph Proudhon buscou erguer um novo saber, um saber que seria a imediata superação da ahistoricidade da economia política e do idealismo hegeliano. Mostra-se assim ser necessário apresentar a crítica àquele que acreditou ter avançado sobre o melhor do final século XVIII, início do XIX, mas que ao fim e ao cabo apenas repetiu os erros daqueles que pretendeu criticar.

Após apresentarmos a crítica ao método da economia política clássica, do idealismo hegeliano e à frustrada tentativa de superação de Proudhon, parece necessário um esboço da teoria da história e do modo de produção de Marx. Longe de pretendermos uma exposição derradeira do tema, desejamos apresentar as bases gerais sobre a qual o pensamento pode, por um lado, se proteger das perigosas robinsonadas e, por outro, avançar sobre o universo das

categorias puras. Assim, a exposição do que aqui chamamos de *dialética revolucionária* é, em última instância, a licença para que entremos no interior do verdadeiro objeto deste trabalho, a saber, o desenvolvimento das teorias econômicas em direção à substância do valor.

O texto que serviu de base para nosso trabalho faz parte da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859. A obra que foi considerada pelo próprio Marx como a primeira parte de *O capital* guarda um curto ensaio intitulado de *Considerações históricas sobre a análise da mercadoria* cujo conteúdo foi republicado em forma de notas no texto de 1867.<sup>1</sup> Por isso atribuímos um notável valor ao texto original. Foi somente ali que Marx tratou em seu conjunto e de forma sintética sobre a história da economia política. Em poucas páginas ele expôs o movimento geral do desenvolvimento da economia política em torno de duas de suas categorias centrais, do *valor* e o dinheiro. Marx saiu de forma simples e imediata de William Petty, o pai da economia política, passou por Boisguillebert, por Franklin, pela fisiocracia, por James Steuart, por Smith e chegou em Ricardo, o inglês que deu à doutrina sua forma mais perfeita; nos deu, desse modo, o mapa, o fio condutor capaz de articular toda uma série de pensadores da economia política clássica.<sup>2</sup>

Nosso assunto, não devemos jamais esquecer, não se reduz a mera exposição do pensamento desse ou daquele autor – algo que Rubin (1929) fez com uma desenvoltura e uma profundidade digna de nota. Ele, diferentemente, objetiva perseguir o desenvolvimento da categoria *valor* no interior da economia política clássica. O dinheiro, sabemos, apareceu na obra de Marx e de muitos dos autores clássicos como um desdobramento da própria teoria do valor, essa, portanto, nos parece ser de fato a categoria central a ser analisada quando se quer apreender o movimento geral da ciência econômica. Nesse sentido, para nós, dos autores tratados por Marx em sua *Considerações históricas*, cinco se destacam: William Petty, Benjamin Franklin, François Quesnay (como representante da fisiocracia), Adam Smith e David Ricardo.

---

<sup>1</sup> “A obra, cujo primeiro volume apresento ao público, é a continuação de meu escrito *Contribuição à crítica da economia política*, publicado em 1859. [...] O conteúdo daquele texto está resumido no primeiro capítulo deste volume, e isso não só em nome de uma maior coerência e completude. A exposição foi aprimorada. [...] As seções sobre a história da teoria do valor e do dinheiro foram naturalmente suprimidas. No entanto, o leitor do texto anterior encontrará novas fontes para a história daquela teoria nas notas do primeiro capítulo.” (Marx, 1867, 77)

<sup>2</sup> São muitos os outros nomes que participaram da história da economia política, nomes que rechearam não só *O capital*, mas também os três volumes da *Theorien über den Mehrwert* de Marx. Nomes que fizeram a história da doutrina, mas que não foram responsáveis, efetivamente, por um desenvolvimento do núcleo da ciência.

Sem dúvida corremos o risco de sermos injustos com alguns autores clássicos ao retirá-los de nossa narrativa. Advertimos nosso leitor que não pretendemos exaurir todas as tramas que compuseram o que chamamos de economia política clássica, pretendemos apenas tratar dos autores que foram relevantes para o longo processo que fez do trabalho o fundamento de toda riqueza, de todo valor. Assim, todos nossos autores tiveram em comum a característica de buscar no trabalho, de modo exclusivo ou não, a base para as trocas ou mesmo para a distribuição total da riqueza. Ver-se-á também o quão próximos estão nossos autores: Quesnay deu a teoria do valor baseada no trabalho e na terra de Petty sua forma mais bem acabada; Smith e Ricardo levaram a outra dimensão o esforço de sistematização de Quesnay; Franklin antecedeu em quase meio século a teoria do trabalho contido de Smith que, por sua vez, será mais tarde integralmente apropriada por Ricardo. Todos foram assim responsáveis por um sério e comprometido movimento que recebeu sua consagração com Ricardo, quando esse, finalmente, adentrou na esfera da produção, no reino próprio ao valor, no reino onde se pode ver de forma límpida a substância do valor: *o trabalho*.

Por fim vale dizer que, apesar da história do valor-trabalho ter ressurgido com toda vitalidade em Marx, a história da economia política se encerrou em Ricardo. Mais uma vez nos apoiando em Marx, reconhecemos Ricardo como o último grande expoente da tradição econômica clássica. Depois de seu falecimento (1823) a história presenciou um período destacado “pela vitalidade científica no domínio da economia política”. Tal período, entretanto, se encerrou já em 1830 e se limitou ao debate em torno das teorias do próprio Ricardo.<sup>3</sup> Marx, é verdade, deu à teoria do valor-trabalho a sua forma mais elaborada e, acreditamos, a forma que efetivamente corresponde ao seu ser. Entretanto isso jamais faz de Marx um economista político, pois, como poderá ser visto ao longo de nossa narrativa, o que caracteriza a economia política clássica não se reduz ao comprometimento com seu objeto de estudo nem ao compartilhamento da teoria do valor-trabalho, mas à posição social dos indivíduos que pensam o mundo econômico, o fato desses indivíduos serem burgueses e de, em última instância, serem burgueses em luta contra a velha escola mercantilista.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Marx, 1867, 85.

<sup>4</sup> Até mesmo Ricardo travou vigorosos debates contra os interesses de uma aristocracia fundiária que se dedicava a proteger seus privilégios econômicos.

# CAPÍTULO I: A CRÍTICA AO MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Adam Smith, o escocês pai da moderna economia política, David Ricardo, o industrial que formalizou essa ciência, e Karl Marx, o comunista que escreveu a *Crítica da economia política*, formam o que tradicionalmente se compreende como uma unidade. A tradição ao articular esses três nomes transformou cada um em um momento destacado da história do pensamento econômico: Smith, o fundador – aquele que deu a primeira forma à doutrina econômica clássica –, Ricardo, o culminador – aquele que corrigiu os principais erros de Smith e que apresentou de modo claro e objetivo os elementos centrais da doutrina –, e Marx, o crítico – aquele que sanou as pendências que ainda permaneciam em Ricardo e que explicitou as consequências perversas contidas na doutrina.

A tríade resultou das elucubrações do próprio Marx. Ele vinculou seu pensamento aos economistas ligados ao projeto smith-ricardiano: “os economistas políticos”, “economistas políticos clássicos” ou simplesmente “economistas clássicos”<sup>5</sup>. Esses foram reconhecidos por ele como os *verdadeiros cientistas*, como os pensadores comprometidos verdadeiramente com o saber econômico. Os interesses desse grupo se confundiam com seu objeto de estudo, seus esforços se centravam na pesquisa que buscava “a estrutura interna das relações burguesas de produção”; eles se contrapunham àqueles cujos intentos não se encerravam na pesquisa descomprometida, mas nos sórdidos interesses de classe: a economia vulgar.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> “‘Os economistas clássicos’ é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo.” (Keynes, 1936, 43)

<sup>6</sup> Seguimos a determinação de economia política clássica de Marx: “Para deixar esclarecido de uma vez por todas, entendo por economia política clássica toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move apenas no interior do contexto aparente e ruma constantemente o matéria há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e servir às necessidades domésticas da burguesia, mas que, de resto, limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas.” (Marx, 1867, 156)

## 1. A APROPRIAÇÃO VULGAR

Os vulgares não eram leigos, tampouco estavam à margem dos ciclos ilustrados; seus conhecimentos econômicos eram amplos, porém marcados pela luta de classes. Embriagados pelas experiências parciais das classes e pressionados pelas demandas imediatas do enfervescimento social, não produziam senão ecos de sua posição histórica.<sup>7</sup> O professor Nassau Senior foi o famoso exemplo tratado por Marx em *O capital* – a honra de ser um personagem da “odisseia da mercadoria”<sup>8</sup> é contraposta às ironias que caracterizaram as críticas à vulgaridade de *A “última hora” de Senior*. Embora destacado pela crítica, Senior não passou de um pigmeu da vulgaridade, não foi mais que um ilustre desconhecido no hall dos grandes economistas vulgares: Jean-Baptiste Say, John Stuart Mill, Frédéric Bastiat, Henry Carey etc. Talvez todos economistas possam negligenciar a existência de Nassau Senior, mas nenhum poderá se esquivar, por exemplo, de Jean-Baptiste Say. Esse não restringiu sua vulgaridade à apologia deliberada,<sup>9</sup> ao contrário, se enquadrava no interior de um grande e versado movimento vulgar, no qual seus membros compartilhavam um pensamento que grassava nos mais importantes salões do início do século XIX.

O glamour desses nobres senhores impediu que Marx descartasse levemente seus trabalhos. Ele foi obrigado a compreender profundamente a dinâmica social que fazia com que a vulgaridade alcançasse *em aparência* a condição de ciência. Esses doutos economistas não condicionavam sua ciência imediatamente aos interesses mesquinhos dos lucros cotidianos, estavam, diferentemente, externando sua essência social. Seu ser burguês se limitava às

---

<sup>7</sup> Marx afirma que após o rico período do debate econômico da década de 1830 soou “o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência da apologética substituíram a investigação científica imparcial.” (Marx, 1867, 86). Vale ressaltar que a economia vulgar não surge com o dobre fúnebre, mas no início do século XIX. Talvez possamos afirmar que o primeiro vulgar foi Jean-Baptiste Say, homem acusado por Marx de ser “somente um vulgarizador de A. Smith”. (Marx, 1861-63, 83)

<sup>8</sup> De Paula, através de Kosik, nos inspira a pensar em seu *O “Outubro” de Marx* o quão próximos estão Ulisses da *Odisséia* e a mercadoria de *O capital*. (De Paula, 2008)

<sup>9</sup> Marx chega a distinguir os economistas vulgares apologistas dos demais economistas vulgares. J. S. Mill, por exemplo, era um membro da escola ricardiana, seu espírito vulgar estava vinculado à superficialidade da apreensão teórica, ao contrário de Senior que, como um apologista, somente pretendia defender os interesses da burguesia. Ver: Marx, 1867, 87.

vicissitudes do fetiche da mercadoria, a qual se expressava na exposição de fastidiosas e absurdas teorias.<sup>10</sup> A vulgaridade burguesa tocava superficialmente a essência das relações sociais de produção. Não se tratava de buscar o nexo interno que organiza a sociedade, mas de apresentar professoralmente a aparência do modo de produção. Uma aparência necessária resultante da própria realidade, mas que, enquanto se mantinha ao nível da aparência, não apresentava mais do que um momento inessencial da sociedade – uma religião da vulgaridade.<sup>11</sup>

Nessa medida, o pensamento vulgar lidava estritamente com as representações aparentes do modo de produção burguês:<sup>12</sup> a esfera da circulação se apresentava como o momento efetivamente a ser analisado; já a produção era relegada a mero momento necessário e insubstancial do comércio. Assim, os vulgares contentavam-se em teorizar sobre a tautológica identidade das trocas, sobre a harmonia dos mercados, sobre natureza mercantil humana, etc. Em suma, os vulgares esforçavam-se apenas em repetir elegantemente o credo burguês em defesa da liberdade, da igualdade e da propriedade; em defesa dos princípios burgueses.

Somente o pensamento que imergia nas profundezas ocultas da realidade econômica foi capaz de compreender o que a vulgaridade expressava. As reflexões vulgares não eram desprovidas de racionalidade, não eram meros devaneios da razão, eram apenas expressão de uma muito concreta realidade, de uma realidade que exigia que as classes se legitimassem tanto na realidade como na ideologia.<sup>13</sup> Nessa medida, Marx só foi capaz de apreender positivamente

---

<sup>10</sup> “O quanto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo que se cola ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho é demonstrado, entre outros, pela fastidiosa e absurda disputa sobre o papel da natureza na formação do valor de troca.” (Marx, 1867, 157)

<sup>11</sup> “A forma da renda e a fonte da renda expressa a relação da produção capitalista na forma *fetichista*. Ela é a sua existência [Dasein] que aparece na superficialidade separada do contexto oculto e dos elos intermediários. Desse modo, se torna a *terra* a fonte da *renda da terra*, o *capital* a fonte do *lucro* e o *trabalho* a fonte do *trabalho assalariado*. A forma deturpada, pela qual a verdadeira perversão se expressa, encontra-se naturalmente reproduzida nas ideias dos agentes desse modo de produção. Isso é uma ficção sem fantasia, uma religião da vulgaridade.” (Marx, 1862-63c, 451 – trad. nossa)

<sup>12</sup> “A economia vulgar, que ‘realmente não aprendeu nada’, apega-se aqui, como em tudo, à aparência [*Schein*] contra a lei do fenômeno [*Erscheinung*]. Em oposição a Espinosa, ela acredita que ‘a ignorância é uma razão suficiente’.” (Marx, 1867, 379)

<sup>13</sup> “Os economistas vulgares – bem diferente da pesquisa econômica que criticamos – traduzem, de fato, a ideia, o motivo, etc, a própria confusão estrutural que está na produção capitalista. Ela [a produção capitalista] se reflete neles apenas na sua aparência superficial. Eles traduzem ela em uma linguagem doutrinária, porém através do ponto de vista da parte dominante, dos capitalistas, portanto, [em uma linguagem] não ingênua nem objetiva, mas apologista. O manifesto bronco e pedante da exposição vulgar, que se produz como necessário sobre os alicerces

os desenvolvimentos dos economistas vulgares quando esteve munido de uma verdadeira ciência capaz de demonstrar os fundamentos e os limites dos pensamentos superficiais e apologistas. A pesquisa de Marx não podia, portanto, se reduzir a representações concretas das trocas, ele precisava superar os limites da harmônica esfera da circulação, do universo onde os princípios burgueses parecem eternos e próprios a natureza do homem; ele precisava entrar onde “se lê: *No admittance except on business.*”<sup>14</sup>

O asco de Marx aos vulgares contrapunha-se ao fascínio pelos clássicos. A economia política foi responsável por trazer à superfície as entranhas ocultas do modo de produção burguês. Seus representantes, em especial Smith e Ricardo, foram os verdadeiros responsáveis por explicitar o complexo e violento conteúdo que organiza a nossa sociedade. Nas mãos dos clássicos, a ciência econômica não se reduzia a um jogo de palavras, ela não estava comprometida a essa ou aquela ideologia; diferentemente, estava exclusivamente comprometida com a verdade do objeto de estudo. Por isso, foram os economistas políticos os responsáveis por dar vida a uma parte fundamental do pensamento crítico. Marx, desde a juventude, tomou essa ciência como fundamental para a superação do idealismo alemão; Engels, seu grande amigo, a apresentara e a utilizara como meio à crítica revolucionária sobre a qual toda a burguesia deveria ser submetida.<sup>15</sup> A economia política burguesa, já em sua forma clássica, aparecia enquanto “arma de ataque contra a economia burguesa”<sup>16</sup>, utilizada inicialmente pelo socialismo vulgar de Pierre-Joseph Proudhon e que mais tarde foi integralmente apropriada pela crítica revolucionária do socialismo científico.

Embora imediatamente útil à ação revolucionária, a economia política só poderia expressar todo seu poder após ser submetida à crítica devastadora. A falsa ciência de Proudhon transformou seu projeto revolucionário em uma mera utopia, pois ele pretendeu, “como homem da ciência, pairar acima de burgueses e proletários”, embora não passasse “do pequeno-burguês que oscila, constantemente, entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o

---

desse modo de produção, é bem diferente do ímpeto da economia política, da fisiocracia, de A. Smith, de Ricardo para compreender o interior desse [modo de produção].” (Marx, 1862-63c, 451 – trad. nossa.)

<sup>14</sup> Marx, 1867, 250.

<sup>15</sup> Engels utilizara amplamente as teses dos economistas políticos para compreender *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, obra publicada em 1845 e que resultara de ao menos 2 anos de estudos.

<sup>16</sup> Marx, 1867, 85.

comunismo”<sup>17</sup>. Assim, não compreendendo sua verdadeira posição, Proudhon caiu nas armadilhas da falsa ciência e foi por todos os lados atacado pelos comunistas.<sup>18</sup>

Proudhon e seus partidários, na tentativa de elaborar um sistema teórico que justificasse sua prática, traíram a própria ciência. Não sem motivo, caíram nos mais falaciosos discursos reformistas e foram acusados de serem *socialistas burgueses* ou *conservadores*.<sup>19</sup> A falsa crítica transformou as armas disponibilizadas pela economia clássica para a emancipação da classe trabalhadora em grilhões que impediam os trabalhadores de lutarem revolucionariamente pela liberdade. Não se tratava das armas da crítica nem da crítica das armas,<sup>20</sup> mas da adaptação perversa da ciência original a fim de construir presunçosas políticas para o estado burguês. Nada mais ingênuo e hipócrita do que querer “a burguesia sem o proletariado”, do que transformar a luta de classe em mera aparência, do que tentar convencer o proletário de se abster da luta revolucionária e do que fazê-los esperar pelas reformas que um dia, quem sabe, poderiam lhes dar algum acesso a dignidade social.<sup>21</sup> O que seria a teoria do bônus-horário além de um produto utópico da legítima ciência ricardiana que tinha o intuito de resolver todos os males do mundo burguês através de um banco?<sup>22</sup>

Proudhon se restringia a moralizar as categorias da economia política. Ele procurava determinar quais eram as “positivas” e quais eram as “negativas”; seu esforço se resumia a

---

<sup>17</sup> Marx, 1865, 221.

<sup>18</sup> Marx, 1865, 220-21.

<sup>19</sup> A seção *O socialismo conservador ou burguês* foi claramente escrito em oposição às ideias de Proudhon, esse inclusive foi lá citado. (Marx; Engels, 1848, 64-65)

<sup>20</sup> É mais que apropriado lembrarmos aqui de uma das mais famosas máximas de Marx: “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas.” (Marx, 1844a, 151)

<sup>21</sup> Marx; Engels, 1848, 64-65.

<sup>22</sup> “A construção ‘orgânica’ da ‘moeda-trabalho’ e do ‘banco nacional’, bem como dos ‘entrepostos de mercadorias’, não passa de uma quimera que quer dar a ilusão de que o dogma é uma lei que governa o universo. [...] O que se esconde na obra de Gray e que nem ele próprio consegue ver [...] foi proclamado sem rodeios por alguns socialistas ingleses anteriores e posteriores a ele. Mas estava reservado ao Sr. *Proudhon* e à sua escola o ‘serão’ mais sério sobre a degradação do *dinheiro* e a apoteose da *mercadoria* como sendo a própria essência do socialismo, reduzindo assim o socialismo a um desconhecimento elementar da necessária conexão entre a mercadoria e o dinheiro.” (Marx, 1859, 82-83). A crítica à elucubração do proudhoniano Darimon que trata desse assunto encontra-se em Marx, 1857-58, 101-104.

buscar um equilíbrio que seria capaz de superar os problemas inerentes à realidade.<sup>23</sup> Em resumo, ele não tocava na essência das categorias, não imprimia uma efetiva crítica a elas, simplesmente se esforçava para achar o que havia de bom e de ruim em cada categoria.<sup>24</sup>

A grei proudhoniana, tal como os economistas vulgares, abandonou o projeto dos economistas clássicos. Nenhum deles se dedicou a desenvolver os profundos conhecimentos econômicos. Ao contrário, os primeiros se apropriaram acriticamente daquele saber para justificar seus ingênuos projetos político-econômicos, enquanto os demais ora abandonavam integralmente aquela ciência, ora extraíam dela o que lhes interessava. A crítica à economia política não foi feita por nenhum deles, cabia àqueles que desejavam a verdadeira compreensão do modo de produção burguês fazê-la. Assim, as descobertas econômicas não podiam se manter preservadas nos limites do pensamento formal e conservador, não podiam, tampouco, ser pervertidas pelo falso socialismo. Os espíritos revolucionários de Engels e, principalmente, de Marx, precisavam apropriar-se da legítima ciência econômica burguesa para transformá-la em uma arma verdadeiramente revolucionária.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> “A solução do problema da miséria consiste então em elevar a uma expressão mais alta a ciência do contável [...]. [É] preciso manter as escrituras em dia, isto é, determinar com exatidão os direitos e os deveres, de maneira a poder, em cada momento, constatar a ordem ou a desordem e apresentar o balanço.” (Proudhon, 1851, 34)

<sup>24</sup> O próprio Proudhon afirma isso: “Faço a mesma operação sobre cada uma das categorias econômicas, a divisão do trabalho, a concorrência, o Estado, o crédito, a comunidade etc., mostrando alternativamente como cada uma destas idéias e, por conseguinte, como as instituições que elas engendram têm um lado positivo e um lado negativo; como elas dão lugar a uma dupla série de resultados diametralmente opostos: e sempre concludo pela necessidade de um acordo, conciliação ou síntese. [...] Na propriedade, como em todos os elementos econômicos, o mal ou o abuso é inseparável do bem [...]. Tudo o que é possível fazer contra os abusos ou inconvenientes da propriedade é fundi-la, sintetizar, organizar ou equilibrar com um elemento contrário que seja frente a ela o que o credor é frente ao devedor, o acionista frente ao comanditado etc.” (Proudhon, 1851, 33-34.)

<sup>25</sup> “O socialismo existente até aquele momento [da década de 1840] criticava o modo de produção capitalista vigente e suas conseqüências, mas não era capaz de explicá-los e, portanto, de lidar com eles; só o que ele conseguia fazer era condená-los como ruins. Por um lado, tratava-se de expor esse modo de produção capitalista em seu nexu histórico e em sua necessidade para um determinado período histórico – e, portanto, de expor também a necessidade de seu desaparecimento. Mas, por outro lado, de desvelar seu caráter intrínseco que continuava oculto, visto que a crítica feita até aquele momento se lançara mais sobre as conseqüências perversas do que sobre o andamento da coisa em si.” (Engels, 1878, 55-56)

## 2. OS ADORADORES DE CRUSOÉ

Poucas foram as vezes que Marx utilizou da analogia de Robinson Crusóe em sua gigantesca obra, contudo as chamadas robinsonadas ganharam relevo quando apareceram em *O capital*. Na oportunidade, Marx adjetivou o pensamento econômico clássico de adorador das estruturas míticas cuja manifestação na literatura recebeu sua maior expressão no romance de Defoe.

*A vida e as aventuras de Robinson Crusóe* remonta, com ares de verdade, à história de um naufrago inglês que permaneceu durante anos em uma ilha da América do Sul. Defoe fez de seu protagonista a materialização do espírito de seu tempo; dessa forma, Crusóe, não só era um homem dado a Deus, mas também, como um bom inglês, era um homem que seguia a retidão. Ele registrava “muito imparcialmente, como em colunas de débitos e créditos, os confortos de que dispunha contra os sofrimentos por que passava”<sup>26</sup> e organizava seus “horários de trabalho, a hora de sair com a [sua] espingarda, a hora de dormir e a hora de diversão”<sup>27</sup>, tudo isso, sem esquecer que os domingos são de Deus. Crusóe era em sua singularidade a expressão do bom inglês, do bom homem que mesmo sozinho em uma ilha cheia de perigos respeitava os tão caros valores de seu tempo. Sozinho em sua ilha, portanto, parecia capaz de expressar a verdadeira essência humana. Nada ocultava da relação que possuía consigo mesmo, com seus objetos e com Deus – tudo se expressava cintilantemente como uma relação extremamente racional e em si justificável.

Sabemos, e este trabalho tem a pretensão de esclarecer isto, que o pensamento robinsonado oculta aquilo que ele deveria efetivamente apresentar, a saber, que a verdade de todo indivíduo é a sociedade, que “o ser humano é, no sentido mais literal, um ζῷον πολιτικόν [animal político], não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade.”<sup>28</sup> Assim, todas as tratativas que desejaram apresentar a essência humana através de mitos que isolam os princípios caros ao pensador, não fazem mais que explicitar os princípios próprios a um teórico de um dado tempo histórico; desse modo, de maneira alguma o mito justifica a tese, ao contrário, ela simplesmente a reafirma tautologicamente. Veremos que, normalmente, o pensador de uma dada época apreende de sua

---

<sup>26</sup> Defoe, 1719, posição 1650.

<sup>27</sup> Defoe, 1719, posição 1830.

<sup>28</sup> Marx, 1857, 40.

realidade certos princípios que posteriormente são naturalizados e apresentados na forma de mitos. Esse procedimento, como podemos facilmente observar, nada nos explica sobre a origem do próprio princípio, pois a razão não se volta contra o princípio, ela, diferentemente, ao separá-lo do prosaico mundo real, o protege de qualquer pensamento verdadeiramente crítico.

Antes de começarmos a analisar os pensamentos robinsonados que serviram de base para a crítica de Marx, devemos mencionar que a reflexão sobre as robinsonadas n' *O capital*<sup>29</sup> é aparentemente distinta da que está nos *Grundrisse*, na *Contribuição à crítica da economia política*<sup>30</sup> e na carta de Engels para Marx de 19 de novembro de 1869.<sup>31</sup> Em *O capital*, Marx utilizou da alegoria para apresentar a insuficiência dos pensamentos que abstraem o conteúdo social ao pensar a sociedade como um conjunto de homens plenamente independentes; nos demais textos, diferentemente, ele a utilizou para criticar o anacronismo das concepções históricas dos filósofos e economistas políticos. Adiantamos, porém, que essa distinção é apenas aparente, pois todas as robinsonadas são essencialmente representações míticas da realidade, o que independe se essa representação aparece em um passado remoto ou em uma ilha imaginária. Portanto podemos definir uma robinsonada como o ato de apresentar em um espaço mítico, histórico ou não, as categorias puras de uma sociedade historicamente determinada.

## 2.1. Os britânicos

A ciência nas mãos dos economistas políticos permaneceu como um esforço para compreender a razão por trás dos fenômenos, contudo não lhes faltou ingenuidade ao naturalizar o homem burguês. Smith e Ricardo viram seus pares modernos no passado: a história não foi mais do que o esboço do desenvolvimento do romântico homem burguês primitivo até o concreto homem do mercado moderno. Eles não compreenderam o mundo burguês como um resultado da história efetiva, ao contrário, seguiram o espírito dos profetas

---

<sup>29</sup> Esse tipo de reflexão também pode ser vista no *Anti-Dühring* de Engels (1878, 184-85).

<sup>30</sup> Marx, 1859, 49. Nesse trabalho Marx não utiliza o termo robinsonada, porém n' *O capital* fica claro o fundamento da crítica, pois ele cita a presente passagem da *Contribuição à crítica* antecedendo-a com a seguinte sentença: “tampouco Ricardo escapa de uma robinsonada” (Marx, 1867, 151).

<sup>31</sup> Marx; Engels, 1869, 392.

do século XVIII e conceberam o passado como a forma simples do presente. Tudo o que pertence à forma pura do modo de produção burguês foi deslocado para um passado mítico; toda a pureza do mundo burguês foi transformada em humano puro, em um ser que só poderia existir em um mundo remoto onde tudo também era puro. Assim, a natureza humana do homem burguês foi transformada na natureza humana ela mesma. Essa forma pura, por sua vez, não podia em sua pureza ser encontrada na secularidade inglesa, mas em mundos imaginários onde, a exemplo de Crusoé, o homem podia expressar plenamente sua natureza. Ora, ao naturalizar as categorias de seu próprio ser, a economia política clássica eternizava a si mesma. Não se tratava de apresentar a origem histórica do mundo burguês, mas de transformar toda a história na história burguesa, de transformar toda a história na história da libertação dos princípios burgueses, ou mesmo, de abandonar a história, pois tudo seria essencialmente o mesmo.

No início, acreditava Hobbes, “havia treva na superfície do abismo”<sup>32</sup>: o *bellum omnia omnes* imperava. Na ausência de “impedimentos externos”<sup>33</sup>, os homens estavam livres para realizar sua avareza, nada impedia a luta pela realização dos desejos,<sup>34</sup> os lobos estavam soltos.<sup>35</sup> Posteriormente, já sob a luz, Locke sacralizou a penitência: o “suor do teu rosto”<sup>36</sup> é tua propriedade.<sup>37</sup> Hobbes manifestava o espírito da guerra civil inglesa, Locke o da revolução gloriosa. Eles representavam “os primeiros golpes pelos quais a burguesia conquistou poder político para si”.<sup>38</sup> Por sua vez, Smith foi responsável por fincar a bandeira burguesa em um

---

<sup>32</sup> Genesis 1, 2.

<sup>33</sup> Hobbes, 1651, 113.

<sup>34</sup> “[...] se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim [...] esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro. [...] na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória.” (Hobbes, 1651, 108)

<sup>35</sup> Muito antes de Marx e de Hegel, Montesquieu captou, ao criticar Hobbes, o fundamento do pensamento de nossos britânicos: “Hobbes pergunta: ‘por que, se não se encontram naturalmente em estado de guerra, os homens andam sempre armados? E por que têm chaves para fechar suas casas?’ Mas não percebe que está atribuindo aos homens, antes do estabelecimento das sociedades, aquilo que só pode acontecer após este estabelecimento, que fará com que encontrem motivos para atacarem-se e defenderem-se.” (Montesquieu, 1748, 14)

<sup>36</sup> Gênesis 3, 19.

<sup>37</sup> “O *trabalho* de seu corpo e a *obra* de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua *propriedade*.” (Locke, 1689, 409)

<sup>38</sup> “Hegel, na sua ‘Fenomenologia’, mostra o quanto essa teoria da exploração recíproca, que foi desenvolvida por Bentham até a saciedade, já fora concebida no início deste século como uma fase do século anterior. [...] A

novo campo do pensamento: a economia política erguia-se como pura expressão de uma nova era. O egoísmo e a propriedade não precisavam mais ser justificados, era a vez de naturalizar o comércio. Smith, partindo do mundo dos indivíduos, do amor-próprio e do direito à propriedade, afirmou que a propensão às trocas é parte da natureza humana.<sup>39</sup> Afirmou que no início era o mercado, e o mercado estava voltado para o homem, e o mercado era o homem. Ele estava, no início, voltado para o homem: “Tudo foi feito por meio dele; e sem ele nada se fez do que foi feito.”<sup>40</sup> No início era o mercado e o mercado estava voltado para todos proprietários e tudo era trocado – caçadores de castores trocavam seus abates por gamos na proporção de seu esforço.<sup>41</sup>

Os princípios da era burguesa – o egoísmo, a propriedade, o comércio e a liberdade – foram assim naturalizados, eternizados, sacralizados.<sup>42</sup> Consequentemente, o homem junto com sua história resultava dos princípios burgueses – não eram o comércio, as relações jurídicas de propriedade, etc. produtos da história humana, ao contrário, era a história humana produto dessas categorias. O passado e o presente tornavam-se consequentemente apenas ilustrações dos princípios absolutos que tudo normatizava. Os princípios não dependiam de nada, eram autônomos, soberanos, eram verdadeiros sujeitos. Os homens, ao contrário, não tinham nenhuma autonomia, eram mera realização dos sujeitos, eram apenas objetos, apenas

---

aparente tolice que consiste em reduzir todas as múltiplas relações dos indivíduos entre si a *uma única* relação de prestabilidade, essa aparente abstração metafísica deriva de que no interior da moderna sociedade burguesa todas as relações são praticamente subsumidas a uma única e abstrata relação monetária e de regateio. Tal teoria surgiu com Hobbes e Locke, simultaneamente à primeira e à segunda Revolução inglesa, com os primeiros golpes pelos quais a burguesia conquistou poder político para si. Naturalmente ela já era, antes, um pressuposto tácito para os escritores de economia.” (Marx; Engels, 1845-46, 395)

<sup>39</sup> Smith, 1767, 18.

<sup>40</sup> João, 1, 3.

<sup>41</sup> Marx ilustra esse movimento da seguinte maneira: “O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida. [...] Trata-se, ao contrário, da antecipação da ‘sociedade burguesa’, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. [...] Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza. Até o momento essa tem sido uma ilusão comum a toda nova época.” (Marx, 1857, 39-40)

<sup>42</sup> Marx, 1857-58, 184-188.

predicados de seus próprios princípios. Nesse sentido, esses princípios eram eternos, não tinham princípio nem fim; já os homens eram fugazes, possuíam início e fim, possuíam história.

Ainda que Smith não tenha se dedicado explicita e exclusivamente a fazer uma exposição sistemática da história da humanidade, podemos afirmar que sua concepção geral de história seguiu os passos acima descritos. Ele concebeu o passado como o momento pleno de seus princípios, onde eles apareciam de forma pura e manifesta. A história humana partia desse passado sem perder de vista sua relação com os princípios burgueses: a propensão natural às trocas criava a divisão do trabalho, a divisão do trabalho intensificava as trocas e a intensificação das trocas expandia, por sua vez, a própria divisão do trabalho. Conseqüentemente, os homens se especializavam cada vez mais e se tornavam cada vez mais dependentes da produção uns dos outros. Assim, a expansão do comércio junto com a divisão do trabalho criava o mercado mundial, criava o ócio, criava as artes, criava as chamadas sociedades avançadas, em suma, criava o próprio homem. Os princípios, notemos, permaneciam os mesmos ao longo da história. Em seu entorno, porém, desenvolviam os homens.

Tal procedimento pode até parecer correto à primeira vista. Contudo, quando nos aproximamos do método tão caro aos britânicos do século XVIII e XIX, notamos que os princípios a partir dos quais eles concebem a história não são mais do que produtos de sua própria realidade social historicamente determinada. Somente com as trocas desenvolvidas, com a sociedade burguesa plenamente estabelecida, é que se pôde efetivamente apreender os princípios que, por exemplo, Smith utilizou para pensar a história – o egoísmo, a propriedade, o comércio e a liberdade não são mais do que produtos históricos, predicados da história humana efetiva.<sup>43</sup> A inversão do pensamento tão comum nos clássicos britânicos expressa assim a verdadeira base a partir da qual a história foi concebida; ela mostra como os princípios

---

<sup>43</sup> Marx, 1857-58, 184-188. Nesse longo parágrafo, Marx demonstrou como as modernas ideias de egoísmo, de liberdade e de igualdade surgiram das estruturas sociais burguesas cujas relações de produção se assentam nas trocas. Tal reflexão pode ser sucintamente bem representada pela seguinte passagem: “Se, portanto, a forma econômica, a troca, põe a igualdade dos sujeitos em todos os sentidos, o conteúdo, a matéria, tanto individual como objetiva, que impele à troca, põe a liberdade. Igualdade e liberdade, por conseguinte, não apenas são respeitadas na troca baseada em valores de troca, mas a troca de valores de troca é a base produtiva, real, de toda igualdade e liberdade. Como ideias puras, são simples expressões idealizadas dessa base; quando desenvolvidas em relações jurídicas, políticas e sociais, são apenas essa base em outra potência. E isso também se verifica historicamente. A igualdade e a liberdade nessa extensão são exatamente o oposto da liberdade e igualdade antigas, que não têm justamente o valor de troca desenvolvido como fundamento [...]” (Marx, 1857-58, 188)

não são mais do que pensamentos próprios à dada época, dessa maneira, não podem, de forma alguma, ser concebidos como fundamento primeiro da história.

Se, por um lado, a robinsonada de Smith se destacava pelo anacronismo que não percebia sua forma histórica como uma forma histórica específica, por outro, elas foram responsáveis por pensar a história essencialmente como uma não-história. Partindo de seus princípios eternos, a história não era mais um vir-a-ser, era, ao contrário, um reafirmar dos princípios eternizados e enxertados nos homens. Nessa medida, não havia história, havia apenas a reafirmação do eterno, do imutável, do não-histórico. Porém era impossível para homens tão próximos da Idade Média reconhecer nas trevas os princípios burgueses de modo expresso; assim, a história efetiva separava-se em duas: aquela onde havia apenas a reafirmação dos eternos princípios burgueses – a história não-histórica – e aquela que negava os princípios burgueses – a história propriamente dita.<sup>44</sup>

Portanto, ao eternizar suas próprias relações sociais e encontrá-las em um mundo primitivo imaginário, os economistas políticos transformaram a história em um eterno desviar e retornar à natureza mítica do homem, assim, não era preciso compreender o processo de gênese da sociedade moderna, pois ela sempre existiu como a verdadeira essência dos homens; em contrapartida, o feudalismo era apenas um desvio, uma desventura sombria que tirou a humanidade de seu caminho. É justo, dessa maneira, observar que a história na economia política clássica não era um movimento que produzia o novo e destruía o velho. Ao contrário, ela essencialmente preservava tudo.<sup>45</sup> Estava limitada a girar em torno dos princípios

---

<sup>44</sup> “Os economistas têm procedimentos singulares. Para eles, só existem duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições da feudalidade são artificiais, as da burguesia são naturais. [...] Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais. Houve história porque existiram instituições da feudalidade e porque, nelas, encontram-se relações de produção inteiramente diferentes das sociedades burguesas, que os economistas querem fazer passar por naturais e, logo, eternas.” (Marx, 1847, 115-16)

<sup>45</sup> O claro e reto pensamento de Rubin ilustra de forma patente nossas inflexões: “[...] em vez de explicar a natureza do homem-como-produtor-de-mercadorias a partir das condições de seu sistema social, Smith vê este último apenas como uma condição adicional para a plena exteriorização das forças individuais localizadas no interior da natureza permanente do homem. A vitória de um sistema social sobre outro (o burguês sobre o feudal) aparece para Smith (assim como para outros membros do Iluminismo do século XVIII) como uma vitória da natureza humana ‘natural’ e ‘imutável’ sobre as instituições sociais ‘artificiais’ do passado. E como as novas

burgueses, às vezes os afirmando, às vezes os negando. Logo, não existia nela mudança efetiva, não existia ali *essencialmente* história, existia apenas história em *aparência*. O homem era, assim, o eterno proprietário egoísta barganhador que ora podia realizar-se em sua pureza, ora não, mas que sempre seria essencialmente o mesmo. Em resumo, os economistas clássicos viam o mesmo que os religiosos que veem em todas as outras religiões apenas o desvio da verdade, da sua própria verdade.<sup>46</sup>

## 2.2. O alemão

Nem toda inteligência de Hegel permitiu que ele escapasse do espírito de seu tempo. Com ampla vantagem em relação ao pensamento de língua inglesa, Hegel construiu a mais audaciosa das obras: a *Fenomenologia do espírito*. A história que reconstrói a própria história teve a pretensão de apresentar para o homem o devir de sua verdade.<sup>47</sup> Nela, sem dúvida, Hegel pôs o clássico problema do anacronismo em outros termos; a história já não era mais um manter-se, mas um transformar. Hobbes fez do Estado uma necessidade para seu homem naturalmente egoísta, Locke fez do Estado uma conveniência para seu homem senhor absoluto de si e de suas posses. O primeiro fez do Estado o poder que reprime parte da natureza humana para sua própria conservação e para maior satisfação da vida de todos os homens,<sup>48</sup> o segundo fez do Estado o

---

instituições sociais burguesas são uma condição necessária para a manifestação completa da natureza invariável do indivíduo, elas assumem o caráter de formas eternas, ‘naturais’ da economia.” (Rubin, 1929, 216)

<sup>46</sup> “Na medida em que a Economia burguesa não se identifica pura e simplesmente com o passado, mitologizando-o, sua crítica das sociedades precedentes, sobretudo a feudal, com a qual ainda tinha de lutar diretamente, é similar à crítica feita pelo cristianismo ao paganismo, ou à do protestantismo ao catolicismo.” (Marx, 1857-58, 59)

<sup>47</sup> “O que esta ‘*Fenomenologia do Espírito*’ apresenta é o vir-a-ser da *ciência em geral* ou do *saber*. O saber, como é inicialmente – ou o *espírito imediato* – é algo carente-de-espírito: a *consciência sensível*. Para tornar-se saber autêntico, ou produzir o elemento da ciência que é seu conceito puro, o saber tem de se esfalfar através de um longo caminho.” (Hegel, 1807, 40-41)

<sup>48</sup> “O fim último, causa final e desígnio dos homens [...], ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. [...] Porque as leis de natureza (como a *justiça*, a *equidade*, a *modéstia*, a  *piedade*, ou, em resumo, *fazer aos outros o que queremos que nos façam*) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar a menor segurança a ninguém.” (Hobbes, 1651, 141)

meio mais fácil e seguro para desempenhar as funções anteriormente executadas por cada homem em sua singularidade.<sup>49</sup> Ambos preservaram a natureza humana enquanto uma e mesma. Ela não se alterava ao longo do tempo. O que era do homem permanecia sendo; logo, o homem em seu estado primitivo era essencialmente idêntico ao homem feudal, ao homem burguês, a qualquer homem. As paixões, as leis, os princípios eram sempre os mesmos, embora a organização de cada elemento pudesse variar. Por isso não havia neles, como havia em Hegel, uma história que se criava e se destruía, uma história viva que em seu negar se fazia uma verdadeira história. Ao contrário, neles havia apenas rearranjo ou, como vimos, uma não-história. Como afirmou Hegel, a “história [...] aspira [...] contar aquilo que existiu [n]um tempo, e [que] noutra tempo deixou de existir, por ter dado lugar a qualquer outra coisa.”<sup>50</sup> A história nas mãos de Hegel se tornava o movimento do sujeito que se autoconstrói, ela era o ser “que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo”<sup>51</sup>. Não se tratava mais de sustentar a história a partir de categorias fixas, mas de percebê-la como a única verdade, como a única coisa fixa, como o próprio movimento.<sup>52</sup> As categorias surgiam, assim, com o desenvolvimento do sujeito que em seu devir as punha; elas não eram dadas a priori, abstratamente, ao contrário, elas eram constituídas ao longo do próprio processo. O sujeito autônomo fazia a história ao se fazer: “a *história* [...] é o vir-a-ser *que-sabe* e que se *mediatiza* – é o espírito extrusado no tempo.”<sup>53</sup>

A história tornou-se com Hegel um eterno desenvolver, ela era o processo que se negava ao se afirmar, era o processo que se afirmava se negando; ela era viva, era “o puro fluir”<sup>54</sup>. Ora,

---

<sup>49</sup> “Se o homem no estado de natureza é livre como se disse, se é senhor absoluto de sua própria pessoa e suas próprias posses, igual ao mais eminente dos homens e a ninguém submetido, por que haveria ele de se desfazer dessa liberdade? Por que haveria de renunciar a esse império e submeter-se ao domínio e ao controle de qualquer outro poder? A resposta evidente é a de que, embora tivesse tal direito no estado de natureza, o exercício do mesmo é bastante incerto e está constantemente exposto à violação por parte dos outros, pois que sendo todos reais na mesma proporção que ele, cada homem um igual seu, e por não serem eles, em sua maioria, estritos observadores da equidade e da justiça, o usufruto que lhe cabe da propriedade é bastante incerto e inseguro.” (Locke, 1689, 494-95)

<sup>50</sup> Hegel, 1974, 332 – trad. nossa.

<sup>51</sup> Marx, 1857-58, 54.

<sup>52</sup> “[...] de imutável, só existe a abstração do movimento – *mors immortalis*.” (Marx, 1847, 106)

<sup>53</sup> Hegel, 1807, 544.

<sup>54</sup> Padre Vaz afirma que “Hegel recorre ao conceito de *vida* tal como se constituía na tradição de pensamento que vai de Espinoza a Schelling passando pelo Romantismo. A vida é aqui o puro fluir ou a infinidade que suprime

o negar não é outra coisa senão o momento propriamente dialético<sup>55</sup>, por isso Marx afirmou que a dialética, mesmo nas mãos de Hegel, “apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; por que não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária.”<sup>56</sup> A dialética fez do mesmo distinto<sup>57</sup>, transformou o simples em um outro do complexo, pôs o complexo como resultado do simples; com ela a história deixou de ser um mero predicar, tornou-se um transsubstancializar. A dialética efetivamente revolucionou o conceito de história. Ao contrário das robinsonadas de seus pares, Hegel não manteve fixa as categorias simples, ele as suprassumiu em um momento superior condicionando, assim, reciprocamente os fundamentos e os resultados da história. A história em Hegel não foi apenas formalmente distinta, ela foi essencialmente outra: ela foi viva, foi uma verdadeira crítica às ficções que a precederam.<sup>58</sup> A dialética, como pura negatividade que põe a história em movimento, possibilitou a Hegel pensar a história como um vivo recordar. O segredo da história dialética hegeliana, porém, é idêntico àquele próprio aos filósofos britânicos: a robinsonada.

Embora a dialética tenha levado a história em Hegel a um novo patamar, ela não foi por si capaz de superar as robinsonadas do século XVIII. Hegel, tanto na *Fenomenologia* quanto na *Filosofia do direito*, identificou o desenvolvimento categorial com o desenvolvimento

---

todas as diferenças e, no entanto, é subsistência que descansa nessa absoluta inquietação.” (Vaz. in: Hegel, 1807, 19-20)

<sup>55</sup> “Aquilo pelo qual o conceito mesmo se conduz adiante é o que anteriormente foi indicado como o *negativo*, que ele tem em si mesmo; é isso que constitui o verdadeiramente dialético.” (Hegel, 1812-16, 35)

<sup>56</sup> Marx, 1867, 91.

<sup>57</sup> “Sabemos que todo o finito, em lugar de ser algo firme e último, é antes variável e passageiro; e não é por outra coisa senão pela dialética do finito que ele, enquanto é em si o Outro de si mesmo, é levado também para além do que é imediatamente, e converte-se em seu oposto.” (Hegel, 1830a, 165)

<sup>58</sup> “O espírito em seu conceito simples ainda não realizado é o em-si abstrato, esse conceito, o em-si, precisa, sem dúvida, preceder a construção de sua realidade; e é isso que foi preciso compreender com o estado de natureza. Nós estamos habituados a encerrar nas ficções de uns estados de natureza, o que é, sem dúvida, desprovido de condição de espírito [Zustand des Geistes], da vontade racional, mas que é, ao contrário, apenas o animal um sob o outro. A guerra de todos contra todos é o verdadeiro estado de natureza, tal como Hobbes observou corretamente. Esse em-si, ou o conceito não real do espírito, é simultaneamente o homem individual que aqui subsiste como tal. Assim, o comum do indivíduo se separa na apresentação geral, como se o indivíduo fosse em si e para si tal como uma vez foi, como se o comum não fizesse dele para ele o que é na verdade; o comum não seria sua essência, seria o mais importante, o que o indivíduo tem de principal.” (Hegel, 1986b, 107-08 – trad. nossa)

histórico. Na *Fenomenologia* ele partiu da *certeza sensível* para alcançar o *saber absoluto*<sup>59</sup> enquanto na *Filosofia do direito* ele começou pela *tomada da posse* e terminou n’o *Estado*. Nota-se, porém, que esse desenvolvimento histórico coincidiu com um desenvolvimento das categorias simples às complexas – não se tratava da “história segundo a ordem temporal”, mas da “sucessão das ideias no entendimento”<sup>60</sup>, tratava-se da “verdadeira teodicéia” “do conceito” que ao se desenvolver construía a história.<sup>61</sup>

Sem entrarmos a fundo na polêmica vinculada à relação entre história e dialética no pensamento de Hegel,<sup>62</sup> podemos reconhecer em sua obra um movimento histórico que “se ordena segundo uma sucessão de paradigmas e não segundo a cronologia empírica dos eventos”.<sup>63</sup> Isso não significa que Hegel tenha abandonado a história empírica, ao contrário, ele a colocou em sua forma lógico-racional. A história não estava posta nem como uma sucessão de eventos independentes nem como um desviar de si mesma; ela era o recordar do espírito que, ao pensá-la, devia superar sua imediatez e apreender a racionalidade que lhe é imanente.<sup>64</sup> Por isso, a verdadeira história do espírito só poderia ser conhecida, como bem mostraram Marx e Engels, *post festum*:

o filósofo apenas aparece como o órgão no qual o espírito absoluto, que faz a História, atinge a consciência *posteriormente*, depois de passar pelo movimento. A participação

---

<sup>59</sup> “Na *Fenomenologia do espírito* expus a consciência em seu movimento progressivo, desde a oposição primeira e imediata dela e do objeto até o saber absoluto.” (Hegel, 1812-16, 27)

<sup>60</sup> “Para Hegel, portanto, tudo o que ocorreu e que ainda ocorre é precisamente o que ocorre em seu próprio raciocínio. Assim, a filosofia da história não é mais que a história da filosofia, da sua própria filosofia. Já não há a ‘história segundo a ordem temporal’: há, apenas, a ‘sucessão das idéias no entendimento’.” (Marx, 1847, 105-06)

<sup>61</sup> “Que a história mundial seja esse curso de desenvolvimento e o verdadeiro devir do espírito, sob os cambiantes espetáculos [teatrais] de suas histórias - isso é a verdadeira teodicéia, a justificação de Deus na história. Apenas o juízo [Einsicht] pode reconciliar com a história mundial e com a efetividade o fato de que aquilo que aconteceu e acontece todos os dias não apenas não é sem Deus, mas é essencialmente a obra de seu si mesmo.” (Hegel, 1986a, 540 – trad. nossa.)

<sup>62</sup> Já na *Apresentação à Fenomenologia do espírito* Padre Vaz nos alerta sobre a complexidade do debate: “Não é fácil mostrar como se entrelaçam História e Dialética no discurso da *Fenomenologia*.” (Vaz, 2003, 14). Aqui, porém, optamos, em coerência com o objetivo desse trabalho, reduzi-la à leitura de Marx.

<sup>63</sup> Vaz, 2003, 15.

<sup>64</sup> “A série de figuras que a consciência percorre nesse caminho é, a bem dizer, a história detalhada da *formação* para a ciência da própria consciência.” (Hegel, 1807, 75)

do filósofo na História se reduz a essa consciência *posterior*, pois o espírito executa o movimento real *inconscientemente*. O filósofo vem, portanto, *post festum*.<sup>65</sup>

Ora, mas de onde origina o simples a partir do qual o filósofo reconstrói seu próprio mundo? Da própria consciência que já alcançou a ciência, responderia Hegel. Ou seja, a categoria simples inicial pressupõe aquilo que ela deve alcançar: o espírito absoluto.<sup>66</sup> Portanto, a categoria simples, elementar para a construção da história em Hegel, não era desprovida de pressuposto, ela tinha como pressuposto fundamental o próprio filósofo.

Foi Feuerbach quem intuitivamente e pela primeira vez afirmou que o filósofo não poderia estar acima de sua própria condição humana, assim, todo o universo categorial puro teria a mácula da concretude humana.<sup>67</sup> Logo, sendo o filósofo um humano real, as categorias com as quais ele “rememora” sua própria história são produto de sua concretude, concretude que não pode ser colocada à parte de sua condição de ser natural, real, social. Por isso, as categorias puras de Hegel não eram um puro produto do espírito. Eram, ao contrário, produtos da cabeça pensante do filósofo, produtos abstratos da realidade histórica que constituiu o filósofo. Nesse sentido, quando Hegel colocou em um passado abstrato, por exemplo, a “posse”, ele não fez mais que transferir a forma simples da moderna “propriedade privada” para um mundo imaginário distante.<sup>68</sup> Por isso, podemos afirmar em consonância com Marx que Hegel

---

<sup>65</sup> Marx; Engels, 1845, 103. Ou, nas palavras do próprio Hegel: “O indivíduo, cuja substância é o espírito situado no mais alto, percorre esse passado da mesma maneira como quem se apresta a adquirir uma ciência superior, percorre os conhecimentos-preparatórios que há muito tem dentro de si, para fazer seu conteúdo presente; evoca de novo sua rememoração, sem no entanto ter ali seu interesse ou demorar-se neles.” (Hegel, 1807, 41)

<sup>66</sup> “[...] o progredir é um *retroceder ao fundamento*, para o *originário* e o *verídico*, dos quais depende aquilo com que é feito o início e pelos quais de fato é produzido. – Assim, a consciência é reconduzida em seu caminho desde a imediatidade, com a qual inicia, para o saber absoluto como a sua mais íntima *verdade*. Este último, o fundamento, é então também aquilo a partir do qual surge o primeiro, que se apresentou primeiramente como o imediato. – E, assim, o espírito absoluto, que resulta como a verdade suprema, concreta e última, de todo ser, é ainda mais conhecido como renunciando com liberdade no *fim* do desenvolvimento e abandonado a configuração de um ser *imediato* – se decidindo para a criação de um mundo que contém tudo aquilo que entrou no desenvolvimento (o qual precedeu aquele resultado) e é transformado, por meio dessa posição invertida em relação ao seu início, em algo dependente de um resultado como princípio.” (Hegel, 1812-16, 54)

<sup>67</sup> “É Feuerbach quem consuma e crítica Hegel do ponto de vista hegeliano, ao dissolver o espírito metafísico absoluto no ‘homem real sobre a base da natureza’; é ele o primeiro que consuma a crítica da religião, traçando, ao mesmo tempo, os grandes e magistrais rasgos basilares para a crítica da especulação hegeliana e, por isso, de toda a metafísica.” (Marx; Engels, 1845-46, 159)

<sup>68</sup> Marx foi bem além de nossa reflexão ao analisar a “posse” e a “propriedade privada”, pois ele reconheceu, sem apelar para a determinação ontológica do filósofo, que ambas subsistem em um mesmo tempo e espaço: “Mas

fez o mesmo que nossos britânicos, com a diferença de não ter mantido fixas as categorias ao longo da história, mas de as ter instituído uma das outras e de ter, desse modo, reconhecido a história como uma totalidade viva.<sup>69</sup>

Notemos que a dialética apareceu aqui limpidamente como a grande evolução em relação ao pensamento já criticado. A pura dialética é, pois, o *caroço racional* oculto no *invólucro místico*; ela é a grande joia do pensamento hegeliano.<sup>70</sup> Quando foi posta como pura negatividade do espírito absoluto de Hegel, ocultou o conteúdo do pensamento no interior do próprio pensamento: a história real que pôs os sujeitos concretos que a pensam, tornou-se predicado do pensamento autônomo, do sujeito abstrato que aparecia como sujeito livre.<sup>71</sup>

---

essas categorias simples não têm igualmente uma existência independente, histórica ou natural, antes das categorias concretas? Isto depende. Hegel, por exemplo, começa corretamente a filosofia do direito com a posse como a mais simples relação jurídica do sujeito. Mas não existe posse antes da família ou das relações de dominação e servidão, que são relações muito mais concretas. Pelo contrário, seria correto dizer que existem famílias, tribos, que somente *possuem*, mas não têm *propriedade*. Com relação à propriedade, portanto, a categoria mais simples aparece como relação de associações mais simples de famílias ou tribos. Na sociedade mais avançada, a propriedade aparece como a relação mais simples de uma organização desenvolvida. Mas o substrato mais concreto, do qual a posse é relação é pressuposto. É impossível imaginar um selvagem singular possuidor. Nesse caso, porém, a posse não é uma relação jurídica. Não é correto que a posse desenvolve-se historicamente na família. A posse pressupõe sempre, ao contrário, esta ‘categoria jurídica mais concreta’.” (Marx, 1857, 55-56)

<sup>69</sup> O próprio Marx reconheceu explicitamente o caráter absoluto do método de Hegel: “O que os outros filósofos fizeram – que eles concebem momentos isolados da natureza e da vida humana como momentos da consciência-de-si e, na verdade, da consciência-de-si abstrata – isto Hegel *sabe* como o *fazer* da filosofia. Eis porque sua ciência é absoluta.” (Marx, 1844b, 124)

<sup>70</sup> Poderíamos ir além e reconhecer como a joia do pensamento hegeliano a racionalidade ela mesma, pois, de fato, o fundamento efetivo de sua verdade foi posto em cheque pela crítica marxiana, mas não seu conteúdo propriamente dito, uma vez que a inversão de Marx colocou o conteúdo racional de Hegel sob tutela da materialidade ao mesmo tempo que o preservou. Citamos aqui, o nome que conseguiu expressar com uma clareza memorável as profundas e dispersas elocubrações de Marx, Engels: “Essa filosofia alemã [o idealismo alemão] mais recentemente chegou à finalização no sistema hegeliano, no qual pela primeira vez – e este é seu grande mérito – encontra-se descrita uma compreensão de todo o mundo natural, histórico e espiritual como processo, isto é, como movimento, mudança, transformação e desenvolvimento constantes, e no qual se faz a tentativa de demonstrar o nexos interior existente nesse movimento e desenvolvimento. Por essa óptica, a história da humanidade deixou de parecer-se com um emaranhado caótico de brutalidade sem sentido, que, diante do tribunal da razão filosófica já amadurecida, são todas igualmente condenáveis, sendo melhor esquecê-las o mais rápido possível, e passou a aparecer como o processo do desenvolvimento da própria humanidade. A tarefa do pensamento, dali em diante, era acompanhar a escalada gradativa desse processo por todos os descaminhos e demonstrar sua legalidade interior em meio a todas as aparentes casualidades.” (Engels, 1878, 52-53)

<sup>71</sup> “Uma vez que as ideias dominantes são separadas dos indivíduos dominantes e, sobretudo, das relações que nascem de um dado estágio do modo de produção, e que disso resulta o fato de que na história as ideias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas diferentes ideias ‘a ideia’ etc. como o dominante na história, concebendo

Nesse movimento, o filósofo perdia o conteúdo do próprio pensamento e caía no idealismo absoluto que submetia tudo ao pensamento, por isso ele caía na ilusão de conceber a realidade como resultado do espírito absoluto, enquanto, efetivamente, a ideia de espírito absoluto era apenas um resultado da realidade – Hegel foi, sem dúvida, um idealista.<sup>72</sup> A realidade, a massa dos homens reais, tornava-se suporte para o espírito abstrato de Hegel,<sup>73</sup> ou, antes, a realidade tornava-se apenas a vestimenta dos fantasmas da especulação.<sup>74</sup> – Os profundos porões ingleses e os altos sótãos franceses não eram importantes, importava apenas percorrer, de cabo a rabo, os canais idealistas de seus intestinos.<sup>75</sup> Canais ora percorridos pela dialética que, mesmo oculta em um invólucro místico, mesmo deixando de lado a concretude do mundo prosaico, foi capaz de evoluir, de preenchê-los efetivamente com conhecimento, pois a dialética de Hegel não se

---

com isso todos esses conceitos e ideias singulares como ‘autodeterminações’ do conceito que se desenvolve na história. Assim o fez a filosofia especulativa. Ao final da *Filosofia da História*, o próprio Hegel assume que ‘considera somente o progresso *do conceito*’ e que expôs na história a ‘verdadeira *teodiceia*’.” (Marx; Engels, 1845-46, 49-50)

<sup>72</sup> “Hegel era idealista, isto é, as ideias em sua mente não equivalem, para ele, a retratos mais ou menos abstratos das coisas e dos processos reais, mas em vez disso, as coisas e seu desenvolvimento eram apenas retratos realizados da ‘ideia’ que já existia em algum lugar antes do mundo. Desse modo, tudo foi posto de cabeça para baixo e o nexos real do mundo foi completamente invertido.” (Engels, 1878, 53)

<sup>73</sup> “A concepção *hegeliana* da História pressupõe um *espírito abstrato* ou *absoluto*, que se desenvolve mostrando que a humanidade apenas é uma *massa* que, consciente ou inconscientemente, lhe serve de suporte. Por isso ele faz com que, dentro da História *empírica*, exotérica, se antecipe uma História *especulativa*, esotérica. A História da humanidade se transforma na História do *espírito abstrato* da humanidade que, por ser *abstrato*, fica *além* das possibilidades do homem real.” (Marx; Engels, 1845, 102)

<sup>74</sup> “A ideia especulativa, a representação abstrata, é feita a força motriz da história e, desse modo, a história é transformada em mera história da filosofia. Mas mesmo esta última não é de forma alguma concebida tal como realmente acontece de acordo com as fontes existentes, e muito menos tal como se desenvolveu a partir da influência das relações históricas reais [*realen*], mas sim como foi concebida e descrita pelos novos filósofos alemães, Hegel e Feuerbach em particular. [...] A história se torna, assim, uma mera história de ideias ilusórias, uma história de espíritos e fantasmas, enquanto a história real, empírica, que constitui o fundamento dessa história de fantasmas, só é explorada a fim de produzir os corpos para esses fantasmas; dela são tomados de empréstimo os nomes necessários para vestir os fantasmas com a aparência da realidade [*Realität*]. (Marx; Engels, 1845-46, 134)

<sup>75</sup> “Porque a verdade, assim como a História, é o sujeito etéreo, separado da massa material; ela não se dirige aos homens empíricos, mas sim ao ‘*mais íntimo da alma*’; não toca, para chegar a ser ‘*experimentada de verdade*’, ao *corpo grosseiro* do homem, alojado por exemplo nas profundidades de um porão na Inglaterra ou nas alturas de um sótão na França, mas ‘percorre’, ‘de cabo a rabo’, os canais idealistas de seus intestinos.” (Marx; Engels, 1845, 98)

reduzia mais à pura forma. Ela era, de fato, “a alma motriz do progredir científico”, aquilo que fez o conhecimento caminhar em direção à verdade.<sup>76</sup>

Em resumo. O pensamento dialético, que furtava de si seu próprio conteúdo ao colocá-lo como seu servo e não como seu senhor, transformava a história em uma glorificação do existente, pois apreendia apenas o fluxo do movimento que reconciliava o passado com o presente: cabia ao filósofo – “órgão no qual o espírito absoluto, que faz a História, atinge a consciência *posteriormente*”<sup>77</sup> – apenas lembrar a história que o constituiu. O filósofo fazia, desse modo, com que “tudo o que ocorreu e que ainda ocorre” seja “precisamente o que ocorre em seu próprio raciocínio. Assim, a filosofia da história não [era] mais que a história da filosofia, da sua própria filosofia.”<sup>78</sup> A história efetiva era reduzida a lembrança, a reconciliação, a identificação da ideia consigo mesma. A história para o filósofo era apenas o interpretar do mundo<sup>79</sup>. O filósofo transformava, dessa maneira, a história em um além do homem real, ele não pensava os homens reais como senhores da história, mas a história como senhora dos homens;<sup>80</sup> negava, com isso, o poder dos homens sobre a história, pois punha o finito sob o domínio do infinito.<sup>81</sup> Contudo esse pensamento não pode ser acusado de ter abandonado o real, diferentemente, ele apenas o subordinou à ideia posta como autônoma. Ideia essa que, ao se apresentar em devir, fazia da “história em aparência” um efetivo movimento; a ideia autônoma respondia essencialmente à necessidade de um pensamento que quer pensar a história, que queria pensar o movimento. Entretanto “a história em aparência” nega o conteúdo da própria história – a realidade dos homens não era colocada como o seu fundamento –, ela não compreendia, dessa maneira, que o movimento das categorias abstratas do pensamento *não* era o processo de gênese efetivo do real, ainda que, nesse modo de pensar a história, as

---

<sup>76</sup> Hegel, 1830a, 163.

<sup>77</sup> Marx; Engels, 1845, 103.

<sup>78</sup> Marx, 1847, 105.

<sup>79</sup> “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.” (Marx; Engels, 1845-46, 535)

<sup>80</sup> “A História da humanidade se transforma na História do *espírito abstrato* da humanidade que, por ser *abstrato*, fica *além* das possibilidades do homem real.” (Marx; Engels, 1845, 102)

<sup>81</sup> “Hegel se torna culpado, pois, de uma dupla insuficiência, de um lado ao explicar a filosofia como a existência do espírito absoluto, negando-se, ao mesmo tempo, a explicar o *indivíduo filosófico real* como o espírito *absoluto*; e, de outro lado, ao teorizar que o espírito absoluto, na condição de espírito absoluto, apenas faz a História em *aparência*.” (Marx; Engels, 1845, 103)

categorias surjam umas das outras. Com Hegel o devir foi efetivamente instituído, mas ele permaneceu sob o jugo das ilusões do século XVIII: as categorias simples que resultavam da realidade concreta do filósofo eram identificadas em um passado mítico. O idealismo hegeliano foi, assim, responsável por colocar a história em um novo patamar, mas não conseguiu, à medida que era idealista, superar todos os problemas da filosofia da história. Por isso devemos sempre ter em mente a seguinte passagem de Marx sobre o papel de Hegel na história do pensamento humano:

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça pra baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento.<sup>82</sup>

### 2.3. O francês

Mal-afortunado aquele sobre o qual a crítica marxiana foi direcionada. Na frente de Proudhon escreveu-se pequeno-burguês e o marxismo nunca mais o perdoou por tamanha traição. O tradicional adjetivo serviu de pretexto para abandonar qualquer pensamento ou ação política não marxista – Proudhon deixou de ser um proletário, ainda que tenha nascido e crescido no seio do proletariado francês; deixou de ser um crítico, ainda que não tenha estudado desejando a erudição;<sup>83</sup> deixou de ser um revolucionário, ainda que sempre tenha lutado com e para o proletário francês. Tudo foi imediatamente reduzido a nada, Proudhon tornou-se mais uma caricatura do indivíduo não marxista, do mal. O reducionismo absurdo que tantos marxistas levaram a cabo confronta-se com a seriedade com que Marx lidou com Proudhon.

---

<sup>82</sup> Marx, 1867, 91.

<sup>83</sup> “Eu me disse um dia: por que, na sociedade, há tanta dor e miséria? [...] fadigado com os intermináveis combates da tribuna e da imprensa, quis eu próprio aprofundar a coisa. Consultei os mestres da ciência, li centenas de volumes de filosofia, de direito, de economia política e de história: e queira Deus que eu tivesse vivido num século em que tanta leitura me fosse inútil!” (Proudhon, 1840, 23)

Proudhon foi um pensador orgânico cujo ser estava umbilicalmente articulado ao seu tempo – ele expressava no pensamento científico o amorfo sentimento francês do início do século XIX. Ele se encontrava nos interstícios da sociedade francesa, não era nem um proprietário nem um típico proletário, era sim um trabalhador das camadas médias. Como consequência natural, seu pensamento deslumbrava-se “com a magnificência da grande burguesia” e experimentava “simpatia pelos sofrimentos do povo”. Proudhon era sem dúvida um pequeno-burguês e como tal era, “simultaneamente, burguês e povo”, era a unidade da contradição social que divinizou.<sup>84</sup> A natureza social de Proudhon foi, desse modo, seu grande mérito e seu grande demérito, pois foi ela quem o fez reconhecer os elementos perversos da sociedade, mas ao mesmo tempo que Proudhon os combatia, ele os sacralizava, os eternizava.

A crítica de Marx revelou o limite do pensamento que não transpôs as ilusões do modo de produção burguês, revelou que o espírito revolucionário proudhoniano ainda era imaturo para realizar a verdadeira tarefa da classe trabalhadora. Proudhon, restringido ao seu único mundo, ao mundo pequeno-burguês, pensou os fundamentos para alcançar o mundo futuro, logo, fez do mundo futuro apenas formalmente distinto do presente. Marx tentou mostrar a Proudhon os meios para superar as ilusões fantásticas do reformismo, porém aquele apenas impeliu ainda mais este à sofística. O bronco pensador francês não estava preparado para as pândegas do pensamento especulativo alemão: a boa intenção se revelou trágica e a “fêrula crítica” deveu rompimento e condenação.<sup>85</sup>

O jovem Marx, impassível crítico, tomou objetivamente conhecimento das limitações de Proudhon quando este publicou em 1846 o seu *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria*. A *Filosofia da miséria* do francês foi respondida já no ano seguinte sob a irônica alcunha de *Miséria da filosofia*. A violenta crítica esmiuçou impetuosamente cada procedimento de Proudhon – ela detalhou como ele se apropriou amadoramente do pensamento da economia política e como ele caiu no pior do hegelianismo. Na crítica de 1847 Marx prezou

---

<sup>84</sup> “Em uma sociedade avançada, o *pequeno-burguês*, em virtude da posição que ocupa nela, faz-se meio socialista e meio economista, isto é, deslumbrava-se com a magnificência da grande burguesia e, ao mesmo tempo, experimenta simpatia pelos sofrimentos do povo. É, simultaneamente, burguês e povo. Em seu foro íntimo, ufana-se com a sua imparcialidade, com o ter encontrado o justo meio termo, que pretende distinguir do termo médio. Esse pequeno-burguês diviniza a *contradição*, porque ela constitui o fundo do seu ser. Ele é a contradição social em ação. Deve justificar, teoricamente, o que ele próprio é na prática, e o Sr. Proudhon tem o mérito de ser o intérprete científico da pequena burguesia francesa, o que é um mérito real, pois a pequena burguesia será parte integrante de todas as revoluções sociais que se preparam.” (Marx, 1847, 215)

<sup>85</sup> Marx, 1847, 220.

pela minúcia, tratou de cada desvio, de cada insinuação, de cada falso problema, de cada falsa conclusão de seu ainda amigo francês; já na carta a Annenkov de dezembro de 1846, Marx apresentou a crítica geral, nela expôs em poucas páginas e de forma reveladora o conjunto da crítica, explicitou plenamente o pensamento robinsonado e idealista de Proudhon que apenas apropriava das fantasmagorias e das fraseologias hegelianas. Assim, o esforço de Proudhon de unificar a economia política e o hegelianismo e, a partir deles, conceber uma explicação materialista da história tornou-se mais uma aparição do tenebroso idealismo; sua história materialista foi apenas uma história idealista travestida de materialismo. A ira de Marx foi, portanto, completamente compreensível: todo o esforço de conduzir Proudhon ao momento superior do pensamento, ao materialismo histórico dialético, apenas fez de Proudhon mais uma expressão do que combatera.

À semelhança de Marx e sob sua influência, Proudhon tentou compreender a sociedade à luz da economia política e de Hegel,<sup>86</sup> contudo, diferentemente do comunista, o anarquista não lançou uma sobre a outra – ele as preservou no seio de seu sistema tal como as encontrara. A ciência econômica de David Ricardo não sofreu uma verdadeira crítica nas mãos de Proudhon, ele não imprimiu sobre ela uma rigorosa análise, não a tensionou, não buscou suas contradições, não a levou ao limite; ele apenas tomou-lhe de empréstimo seus princípios, categorias e leis – sem a devida crítica, a ciência econômica burguesa quedava sem maiores modificações em seu sistema.<sup>87</sup> Proudhon acolhia passivamente o ponto de vista dos economistas burgueses e reduzia seu esforço a crítica moral, assim, não lhe interessava demonstrar como a economia produzia naturalmente os méritos e deméritos da sociedade. Envolvido pelos princípios burgueses, reconhecia na economia a ciência humana por excelência, a ciência capaz de apresentar a verdadeira natureza humana, e, nessa medida, compartilhava das mesmas ilusões dos economistas políticos. Os princípios burgueses eram reconhecidos como princípios universais dos homens, assim, tal como outrora fizeram os

---

<sup>86</sup> “Durante minha estância em Paris, em 1844, travei conhecimento pessoal com Proudhon. Menciono aqui o fato porque, em certa medida, sou responsável pela sua *sophistication*, como os ingleses chama à adulteração de mercadorias. Em nossas longas discussões, que freqüentemente duravam noites, contagiei-o, para grande desgraça sua, com o hegelianismo que, por seu desconhecimento da língua alemã, não podia estudar a fundo.” (Marx, 1865, 219)

<sup>87</sup> Como a *Miséria da filosofia* denuncia, era bastante insuficiente o conhecimento de economia política de Proudhon. O francês, como muito bem demonstrou Marx, cometia erros dignos de um escolar. (Marx, 1865, 220)

economistas, Proudhon eternizava o homem burguês, fazia dele a medida de todos os outros, transformava todos os homens em burgueses; assim, a própria história permanecia sob o mesmo ponto de vista dos britânicos, daqueles que autonomizaram e fixaram as categorias burguesas e, nessa medida, fizeram da história produto das categorias abstratas.<sup>88</sup> Restringida ao homem naturalmente burguês, a sensibilidade pequeno-burguesa de Proudhon estava conseqüentemente coagida a buscar “o *lado bom* e o *lado mau*, a *vantagem* e o *inconveniente* [...] em cada categoria econômica”<sup>89</sup>, portanto as mazelas não resultavam da natureza própria ao sistema econômico burguês, ao contrário, elas quedavam misticamente no seio de cada categoria econômica.<sup>90</sup>

Proudhon, como sabemos, foi seduzido pelos mágicos poderes atribuídos à dialética hegeliana, contudo as dificuldades concernentes ao acesso ao texto alemão o impediram de apreender o caráter iminente crítico e fluído da dialética. Embora Proudhon tenha à semelhança dos britânicos eternizado a essência do homem burguês, ele tentou, atraído pela sedutora linguagem hegeliana, pensar a história prosaica sob o testemunho da filosofia do espírito. Nessa medida, toda insuficiência do conhecimento de Proudhon foi deflagrada em sua exposição caricatural da história. A história não era mais, como fora para os britânicos, um momento puramente abstrato capaz de revelar expressamente a essência humana, tampouco era como fora para Hegel: um eterno desenvolver ou um puro fluir. A história em Proudhon se

---

<sup>88</sup> “Também as relações econômicas, vistas sob a forma de categorias, são, para o Sr. Proudhon, fórmulas eternas, sem origem nem progresso. Noutros termos: o Sr. Proudhon não afirma, diretamente, que a *vida burguesa* seja para ele uma *verdade eterna*; di-lo indiretamente, ao divinizar as categorias que expressam as relações burguesas sob a forma de idéias. Toma os produtos da sociedade burguesa como seres espontâneos, dotados de vida própria, e eternos, desde que eles se lhe apresentam sob a forma de categorias, de idéias. Não vê, portanto, mais além do horizonte burguês. [...] Realmente, faz o que fazem todos os bons burgueses. [...] Nenhum deles compreende que a forma burguesa de produção é uma forma histórica e transitória, como era a forma feudal. Este erro deriva de que, para eles, o homem burguês é a única base possível de toda sociedade, deriva de que não podem imaginar um estado social em que o homem deixe de ser burguês.” (Marx, 1846, 213)

<sup>89</sup> Marx, 1847, 107.

<sup>90</sup> “Para ele, a ciência se reduz às magras proporções de uma fórmula científica. É um homem à caça de fórmulas. Assim, o Sr. Proudhon jacta-se de oferecer-nos uma crítica da economia política e do comunismo, quando, na realidade, permanece muito abaixo de uma e de outro; dos economistas porque, como filósofo, de posse de uma fórmula mágica, julga-se dispensado da obrigação de entrar em detalhes puramente econômicos; dos socialistas, porque carece da perspicácia e da coragem necessárias para elevar-se, ainda que apenas no terreno da especulação, para além dos horizontes da burguesia.” (Marx, 1865, 221)

reduzia a uma “*série no entendimento*”<sup>91</sup>, como uma sucessão de categorias ordenadas ao longo do tempo.

É notória a inspiração de Proudhon em Hegel, ele, à semelhança do mestre, quis fazer “em relação à economia política” “o que Hegel fez em relação à religião, ao direito, etc.”, por isso procurou reduzir todas “as coisas a uma categoria lógica e todo movimento [...] ao método”.<sup>92</sup> Proudhon foi assim responsável por tentar superar a mítica história partilhada pelos economistas, ele foi aquele que tentou pela primeira vez articular as categorias econômicas com a história. Ele queria de fato pensar a história como um processo do desenvolvimento econômico.

Da dialética hegeliana, o francês partilhava apenas da linguagem.<sup>93</sup> Ele não concebia a contradição como própria à essência da história, assim, não era a história em seu puro fluir que se punha, se contrapunha e, nessa medida, se produzia; a contradição não era o ser mesmo em seu movimento, não era própria à coisa ela mesma. Diferentemente, toda contradição própria a algo, não passava de uma contradição própria à moral, à moral de Proudhon, “a distinção dogmática entre o bom e o mau”<sup>94</sup>; assim, se reduzia todas as coisas a dois lados e a história tornava-se apenas o esforço de se eliminar o mal, “de apresentar uma categoria como antídoto da outra”. As categorias perdiam com o francês toda a espontaneidade – o puro fluir desaparecia, a substância que se punha e se contrapunha perdia todo seu conteúdo e se tornava mera forma, “a idéia ‘já não *funciona*[va]’, já não [tinha] vida em si mesma”, tudo se reduzia a sucessão de categorias mortas,<sup>95</sup> a sucessão de categorias obedientes ao bel-prazer da moral pura.<sup>96</sup> Já não era “a categoria que se põe e se opõe a si mesma pela sua natureza contraditória;

---

<sup>91</sup> Marx, 1847, 109.

<sup>92</sup> Marx, 1847, 104.

<sup>93</sup> “Da dialética de Hegel, o Sr. Proudhon só tem a linguagem. O movimento dialético, para ele, é a distinção dogmática entre o bom e o mau.” (Marx, 1847, 108)

<sup>94</sup> Marx, 1847, 108.

<sup>95</sup> “Tamanha é a força produtora das contradições que *funcionam* e que fazem funcionar o Sr. Proudhon que, pretendendo explicar o aparecimento sucessivo das relações sociais, ele nega que *qualquer coisa* possa acontecer, que, pretendendo explicar a produção com as suas fases, ele contesta que *qualquer coisa possa produzir-se*. Portanto, para o Sr. Proudhon, já não há história, já não há sucessão de idéias e, entretanto, o seu livro ainda subsiste – e este livro é, precisamente, de acordo com sua própria expressão, a *história segundo a sucessão das idéias*.” (Marx, 1847, 112)

<sup>96</sup> Marx, 1847, 110.

[era] o Sr. Proudhon, que se mov[ia], se debat[ia] e se agita[va] entre os dois lados da categoria.”<sup>97</sup> Sem a dialética, todo o movimento de Proudhon se revelava “um verdadeiro malabarismo” que o transportava de uma categoria para outra e assim fazia com que ele construísse um verdadeiro *Sistema das Contradições Econômicas*, de suas próprias contradições econômicas.<sup>98</sup>

Assim Marx revelou os segredos do materialismo histórico proudhoniano, um materialismo e uma história que desprovida de qualquer dialética desabou sobre a mais perversa metafísica. As categorias de Proudhon tomadas em si mesmas não possuíam qualquer conteúdo real, pois inicialmente foram importadas de modo leviano da economia política e depois foram localizadas arbitrariamente na história. Ao tentar localizar as categorias econômicas ao longo da história, Proudhon perdia o conteúdo próprio às categorias econômicas – a saber, o conteúdo proveniente de sua posição no interior de uma totalidade sistemática que tanto produz quanto resulta de cada categoria – e, desse modo, acabava por desarticular a unidade que sustenta todo o saber econômico; ele fazia das categorias que só poderiam existir juntas categorias que se sucediam no tempo.<sup>99</sup> As categorias depuradas de todo conteúdo e localizadas ao longo da história não podiam se apresentar senão como um outro da substancial realidade histórica, assim, as categorias pairavam sobre a história, pareciam livres de qualquer realidade e de qualquer conteúdo, eram de fato eternas e etéreas e, nessa medida, somente elas poderiam produzir a história e nunca a história poderia as produzir.<sup>100</sup> Portanto não eram as ideias produtos da realidade concreta, diferentemente as ideias estavam separadas e muito além de tal realidade. O materialismo histórico de Proudhon não era mais do que um extenso e tacanho

---

<sup>97</sup> Marx, 1847, 109

<sup>98</sup> “Se rasgarmos o véu que cobre esta linguagem mística, veremos que o Sr. Proudhon nos oferece a ordem em que as categorias econômicas se encontram alinhadas em sua cabeça. Não seria preciso esforçar-me muito para provar-lhe que essa é a ordem de uma cabeça muito desordenada.” (Marx, 1847, 208)

<sup>99</sup> “As relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo. [...] Construindo-se com as categorias da economia política o edifício de um sistema ideológico, deslocam-se os componentes do sistema social. Transforma-se os diferentes componentes da sociedade em várias sociedades, que se sucedem umas às outras. De fato, como é que a fórmula lógica do movimento, da sucessão, do tempo, poderia explicar, sozinha, o corpo social, no qual todas as relações coexistem simultaneamente, sustentando-se umas às outras?” (Marx, 1847, 107)

<sup>100</sup> “Cada princípio teve seu século para nele se manifestar: o princípio da autoridade, por exemplo, teve o século XI, como o do individualismo teve o XVIII. De consequência em consequência, era o século que pertencia ao princípio, e não o princípio ao século. Noutros termos: era o princípio que fazia [a] história, não a história ao princípio.” (Marx, 1847, 110)

idealismo apartado da história, um idealismo que somente se pintava com as cores vibrantes da ciência econômica, mas que não passava de um desserviço a ela. O materialismo histórico de Proudhon, podemos finalmente afirmar, não era mais que um idealismo não histórico.<sup>101</sup>

Vemos, assim, o apreço de Proudhon às robinsonadas quando lembramos que toda sua história metafísica tem como origem as categorias da economia política clássica. Proudhon efetivamente cometeu uma grande robinsonada quando não reconheceu a natureza histórica específica das categorias com as quais lidava e ingenuamente as projetou na história; fazia assim de toda a história resultado de seu tempo e não via mais do que sua própria sociedade em todas as outras.

---

<sup>101</sup> “Decididamente, o Sr. Proudhon quis amedrontar os franceses, lançando-lhes ao rosto frases quase hegelianas. [...] Os economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas. O Sr. Proudhon, que tem à sua frente estas categorias já formadas, quer nos explicar o ato de formação, a geração destas categorias, princípios, leis, ideias, pensamentos. Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra. O Sr. Proudhon, tomando estas relações como princípios, categorias, pensamentos abstratos, tem apenas que *ordenar* esses pensamentos, que, alfabeticamente dispostos, encontram-se no final de qualquer tratado de economia política. Os materiais dos economistas são a vida ativa e atuante dos homens; os materiais do Sr. Proudhon são os dogmas dos economista. Mas [...] a partir do momento em que se quer ver nestas categorias somente idéias, pensamentos espontâneos, independentes das relações reais, a partir de então se é forçado a considerar o movimento da razão pura como a origem desses pensamentos.” (Marx, 1847, 102-103)

### 3. A DIALETICA REVOLUCIONÁRIA

Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência.<sup>102</sup>

A dialética revolucionária surge como a verdadeira superação das robinsonadas dos britânicos e de Hegel. Os britânicos, como vimos, foram responsáveis por apreender as principais categorias do mundo burguês, foram eles os pensadores que construíram os melhores sistemas econômicos, sistemas esses em larga medida capazes de explicar o efetivo funcionamento da sociedade burguesa; esses pensadores cometeram o erro, porém, de desconsiderarem na prática a verdade histórica que produziu seu objeto de estudo. O limite do pensamento britânico nos levou a Hegel e a sua dialética, contudo, apesar de Hegel ter sido responsável por trazer à luz as bases para o pensamento legitimamente histórico e para o pensamento legitimamente científico, também ele compartilhou das ilusões próprias às robinsonadas. Tanto a economia política quanto Hegel viram na história apenas os produtos de suas próprias sociedades.

A solução para tal trama só poderia ser realizada através da superação dos elementos positivos de cada um dos pensamentos: a ciência econômica deveria sofrer um profunda e rigorosa crítica e assim, através da dialética, ser tomada como um sistema racional capaz de apresentar a verdade do modo de produção capitalista; a filosofia hegeliana, por seu turno, deveria ser atacada por sua própria dialética, que, depois de realizar a verdadeira crítica à economia política, se tornava efetivamente capaz de colocar a filosofia em seu devido lugar. Proudhon, como vimos, se relacionou acriticamente com ambos; foi assim responsável apenas por mostrar as dificuldades que todo pensamento que deseja superar os limites do *entendimento* tão caro à ciência econômica e do *idealismo* próprio à filosofia hegeliana deve enfrentar.

Doravante apresentaremos a largos traços o pensamento que, a nosso ver, superou os limites das robinsonadas, os limites próprios aos pensamentos que não se reconheceram como

---

<sup>102</sup> Marx; Engels, 1845-46, 95.

membros de um dado tempo histórico e que, nessa medida, só reconheciam na história sua própria sociedade.

### 3.1. O pressuposto crítico: o modo de produção

O argumento que perpassou toda a análise crítica observa que as formas do pensamento são produto de uma dada realidade histórica, contudo essa dada realidade não deve ser tomada em sua pura imediatidade evanescente, pois dessa maneira não haveria como apreendê-la cientificamente;<sup>103</sup> tampouco deve ser tomada como um puro desenvolver, como o movimento de um sujeito “que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta a partir de si mesmo”<sup>104</sup>, pois nessa medida retornaríamos à já criticada robinsonada hegeliana. Com o auxílio da economia política e principalmente da observação da história concreta, a razão concluiu que a realidade histórica é na verdade uma sucessão de formas autônomas de organização social, dessa maneira, o pensamento foi capaz de escapar tanto da pura acidentalidade como da robinsonada que apreendia toda a história à luz de uma organização social específica. Essas unidades sociais autônomas foram chamadas de *modos de produção*.<sup>105</sup>

Aquilo que confere unidade a um dado tempo histórico, que o atemporaliza, subverte de certo modo a própria definição de história – a história encerrada em um dado modo de

---

<sup>103</sup> Gontijo retoma de forma simples e direta as reflexões taxativas sobre a impossibilidade de se fazer ciência daquilo que evanesce: “Afinal, se, conforme Aristóteles, o objeto do conhecimento científico ‘é eterno, pois todas as coisas que existem por necessidade no sentido absoluto do termo são eternas, e as coisas eternas são ingêntas e imperecíveis’ de modo que ‘não há, portanto, demonstração nem ciência, em sentido absoluto, das coisas perecíveis’.” (Gontijo, 2008, 30)

<sup>104</sup> Marx, 1857-58, 54.

<sup>105</sup> Podemos reduzir as unidades sociais distinguíveis a conceito de modo de produção, uma vez que reconhecemos que todas as sociedades são organizadas a partir da relação geral entre homem e natureza: “Essas diferentes condições, que apareceram primeiro como condições da autoatividade e, mais tarde, como entraves a ela, formam ao longo de todo o desenvolvimento histórico uma sequência concatenada de formas de intercâmbio, cujo encadeamento consiste em que, no lugar da forma anterior de intercâmbio, que se tornou um entrave, é colocada uma nova forma, que corresponde às forças produtivas mais desenvolvidas e, com isso, ao avançado modo de autoatividade dos indivíduos; uma forma que, *à son tour* [por sua vez], torna-se novamente um entrave e é, então, substituída por outra. Dado que essas condições, em cada fase, correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é ao mesmo tempo a história das forças produtivas em desenvolvimento e que foram recebidas por cada nova geração e, desse modo, é a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos.” (Marx; Engels, 1845-46, 68)

produção aparece como o contrário de si, aparece como um eterno retorno sobre si. Esse movimento que nega o avanço do puro fluir em direção ao futuro, que o aprisiona em um momento de si mesmo é o fundamento real que faz efetivamente da história seu contrário, que a faz parar. – Lembremos que a história foi definida por Hegel como aquilo que “aspira [...] contar aquilo que existiu [n]um tempo, e [que] noutro tempo deixou de existir, por ter dado lugar a qualquer outra coisa”<sup>106</sup>, como aquilo que é o puro fluir em direção ao novo; nessa medida, o filósofo só era capaz de apreender a verdadeira razão desse puro fluir quando ele alcançava a verdade de si mesmo. Somente nesse momento, o espírito possibilitava que um de seus órgãos, o filósofo, reconstruísse aquilo que o constituiu e, nessa medida, apreendesse a razão responsável por produzir todos os momentos evanescentes da história; o filósofo desse modo revelava que, apesar da história ser um puro fluir, de forma alguma era um puro fluir aleatório, ela era, diferentemente, um puro fluir do sujeito absoluto, do espírito. Assim, ao capturar o elemento vivo que tudo produzia, Hegel resolvia o problema da accidentalidade. Por outro lado, o retorno do espírito sobre si através do recordar revela a necessidade da circularidade para a apreensão racional da história, entretanto, como sabemos, esse retornar sobre si resulta na subversão do próprio conceito de história, pois faz do puro fluir em direção ao novo o eterno retornar sobre si mesmo. Portanto, para Hegel, era só no fim da história que o pensamento poderia compreender sua própria verdade – ao fim e ao cabo, ele afirmava que a razão necessita daquilo que o modo de produção explicitamente nos oferece: a *negação* da história.

A razão hegeliana precisou superar a imediatidade evanescente para apreender o que pensava ser a verdadeira essência da história; o pensamento que se confronta com um dado modo de produção deve também superar as manifestações imediatas, fenomênicas, dessa dada sociedade para apreender sua verdadeira essência. Portanto o pensamento que deseja compreender verdadeiramente o que confere unidade a uma dada sociedade não pode agir como a economia vulgar, não pode se limitar ao “contexto aparente”, diferentemente, ele deve investigar “a estrutura interna das relações”<sup>107</sup> sociais desse dado modo de produção; deve, por conseguinte, superar as imediatidades evanescentes e apreender a essência que tais imediatidades ocultam. Porém, diferentemente do saber hegeliano, esse saber deve estar atento

---

<sup>106</sup> Hegel, 1974, 332 – trad. nossa.

<sup>107</sup> Marx, 1867, 156.

à temporalidade própria à atemporalidade que procura apreender. As leis próprias a um dado modo de produção não são de modo algum leis eternas, tampouco leis provenientes ou adequadas a outros modos de produção, são efetivamente leis *específicas* àquela dada sociedade, são leis eternas, leis absolutas de uma sociedade específica. Logo o *conceito* de um dado modo de produção – o momento onde o saber supera tanto o fenômeno como a pura essência e se apresenta na pura unidade de ambos – deve estar sempre atento à parcialidade da totalidade que é. Nessa medida, apesar de um dado modo de produção ser uma totalidade, de forma alguma é uma totalidade absoluta como àquela que encontramos em Hegel; é, diferentemente, uma totalidade *orgânica* – uma totalidade real que se mantém a si própria e que percorre nela mesma o processo de sua existência,<sup>108</sup> uma totalidade viva cuja origem só pode resultar de um outro. Assim, enquanto totalidades orgânicas, todos os modos de produção apontam sua origem para fora de si, ou seja, cada um deles se origina de uma forma social diferente de si – o modo de produção capitalista, por exemplo, resultou do modo de produção feudal, já esse resultou do modo de produção romano, etc.

Uma vez posto um dado modo de produção, ele, enquanto totalidade orgânica, produz seus próprios pressupostos, desenvolve de acordo consigo mesmo e se declara independente de seu progenitor.<sup>109</sup> Quando tomamos, por conseguinte, um modo de produção por ele mesmo, não precisamos ir além dele para compreendê-lo, pois todo modo de produção aparece enquanto uma totalidade, como um ser autossuficiente que contém em si as próprias condições de sua existência, como uma circularidade cujos pressupostos são simultaneamente postos e pressupostos.<sup>110</sup> Entretanto nunca devemos esquecer que, embora essa totalidade seja em si

---

<sup>108</sup> Hegel, 1830b, 384.

<sup>109</sup> “O domínio do capital é o pressuposto da livre concorrência, exatamente como o despotismo romano dos césares era o pressuposto do livre ‘direito privado’ romano. Enquanto o capital é fraco, ele próprio procura ainda apoiar-se nas muletas dos modos de produção do passado ou que estão desaparecendo com o seu surgimento. Tão logo ele se sente forte, joga as muletas fora e se movimenta de acordo com as suas próprias leis.” (Marx, 1857-58, 546)

<sup>110</sup> “[O] capital enquanto tal, tão logo é posto, cria seus próprios pressupostos [...]. [Os] pressupostos, que originalmente apareciam como condições de seu devir – e, conseqüentemente, ainda não podiam nascer de sua ação *como capital* –, aparecem agora como resultado de sua própria efetivação, de sua efetividade, como condições *postas* por ele – *não como condições de sua gênese, mas como resultado de sua existência*. Para devir, o capital não parte mais de pressupostos, mas ele próprio é pressuposto, e, partindo de si mesmo, cria os pressupostos de sua própria conservação e crescimento.” (Marx, 1857-58, 378) “Se no sistema burguês acabado cada relação

mesma autossuficiente, ela não paira no ar, ela é *real*, ela é um ser histórico, um ser que foi posto no tempo, que nele permanece e que nele desaparecerá.<sup>111</sup> Nessa medida podemos afirmar que o modo de produção é uma *totalidade atemporal historicamente posta*, é um ser real, que existe no tempo e que resulta de um outro de si, mas que ao mesmo tempo nega o próprio tempo ao paralisá-lo e nega seu progenitor ao se ver independente dele. Portanto todo modo de produção pode e *deve* ser tomado como um ser puramente lógico, como um verdadeiro conceito; é somente com a subversão de sua natureza histórica que a razão pode apreendê-lo em sua pura e consistente verdade, em sua essência.<sup>112</sup>

### 3.2. O método cientificamente correto

Tendo em mãos o conceito geral de modo de produção, podemos agora nos debruçar sobre o esforço histórico que buscou compreender a essência da sociedade burguesa. Os

---

econômica pressupõe a outra sob a forma econômico-burguesa e, desse modo, cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, o mesmo sucede em todo sistema orgânico.” (Marx, 1857-58, 217)

<sup>111</sup> Foi exatamente nesse sentido que Marx afirmou que “[...] o nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introduzida, ou onde a economia burguesa, como simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores. Por essa razão, para desenvolver as leis da economia burguesa não é necessário escrever a *história efetiva das relações de produção*. Mas a sua correta observação e dedução, como relações elas próprias que devieram históricas, levam sempre a primeiras equações [...] que apontam para um passado situado detrás desse sistema. Tais indicações, juntamente com a correta apreensão do presente, fornecem igualmente a chave para a compreensão do passado [...]. Por outro lado, esse exame correto também leva a pontos nos quais se delineia a superação da presente configuração das relações de produção – e, assim, o movimento nascente, a prefiguração do futuro. Se as fases pré-burguesas aparecem como *simplesmente históricas*, i.e., como pressupostos superados, de maneira que as condições atuais da produção aparecem *abolindo a si mesmas* e pondo-se, conseqüentemente, como *pressupostos históricos* para um novo estado de sociedade.” (Marx, 1857-58, 378-79)

<sup>112</sup> Foi por esse motivo que Marx diferenciou o desenvolvimento lógico do desenvolvimento histórico. Uma vez que as categorias subsistem simultaneamente em uma dada forma de organização social, seu engendramento conceitual perpassa pela lógica imanente ao objeto e não por sua origem histórica. Marx manifestou com referência ao sistema burguês o que aqui generalizamos: “Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa.” (Marx, 1857-58, 60)

economistas políticos, bem antes de Marx e munidos de ilusões, foram capazes de construir os primeiros sistemas aptos a apresentar a estrutura própria à sociedade capitalista e, por isso, foram consistentemente chamados de *cientistas*. Mas como puderam os economistas políticos alcançar, sem a devida consciência do que faziam, o método cientificamente correto?

Lembre-mos que a realidade concreta, ou a *materialidade*, permanece ao longo de toda a obra de Marx como o fundamento do pensamento humano: o homem antes de mais nada é um ser natural, real, concreto,<sup>113</sup> conseqüentemente sua consciência também é.<sup>114</sup> Portanto o pensamento não deve ser tomado como autônomo, ele deve ser reconhecido como produto de uma dada realidade, da realidade que constitui aquele que pensa – “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.”<sup>115</sup> Assim, quando tomamos o conceito de modo de produção, observamos que a realidade que constitui um dado homem é uma realidade específica, uma totalidade específica que opera sobre si e que faz do indivíduo que nela se encontra apenas um órgão do todo, nessa medida, a consciência do indivíduo não é mais que um momento desse órgão, logo, dessa totalidade; um momento muito específico, um momento que corresponde a posição do indivíduo no interior de uma dada sociedade.<sup>116</sup> Por isso, ainda que toda consciência seja resultado de uma totalidade, elas se apresentam *imediatamente* apenas como uma expressão específica dessa realidade, apenas como uma *ideologia*.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> "O homem é imediatamente *ser natural*." (Marx, 1844b, 127)

<sup>114</sup> “A produção de idéias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. [...] A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.” (Marx; Engels, 1845-46, 93-94)

<sup>115</sup> Marx, 1859, 5.

<sup>116</sup> Nesse sentido, Marx percebia que toda consciência singular não era mais do que produto de uma totalidade, por isso ele afirmou que “[d]e modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade com um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas.” (Marx, 1867, 80)

<sup>117</sup> Marx e Engels trataram em sua *Ideologia alemã* da relação específica das classes dominantes com as ideias, mostrando como, ao fim e ao cabo, as ideias dominantes não eram mais que representações ideais das relações materiais dominantes: “As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...]” (Marx; Engels, 1845-46, 47)

Na mesma medida que uma dada totalidade social produz o homem que pensa, produz também o objeto sobre o qual ele pensa. Entretanto também esse objeto não aparece imediatamente como uma totalidade, aparece diferentemente como uma infinitude de fenômenos evanescentes. Assim a consciência *posta* a pensar sobre a totalidade que a determina avança sobre a realidade tal como a ela aparece, como uma infinitude de fenômenos. A consciência, nessa medida, avança sobre a aparência e chega “analiticamente a conceitos cada vez mais simples”, chega a conceitos cada vez mais abstratos, chega aos conceitos abstratos capazes de ensejá-la a voltar sobre si e, assim, ser capaz de superar sua imediatidade e pensar cientificamente sobre a totalidade que a instituiu.<sup>118</sup>

Entretanto esse retroceder da razão sobre si que possibilita que ela supere os limites impostos pela totalidade à consciência depende da posição da consciência pensante no interior de seu respectivo modo de produção, pois ela não só deve ser capaz de superar a imediatidade de seu objeto de estudo como ainda deve ser também capaz de se voltar *corretamente* sobre si. Não resta dúvida, portanto, que não era a pura ignorância ou o puro mau-caratismo que produzia a consciência apologética da economia vulgar; diferentemente, ela expressava efetivamente sua própria posição no interior da totalidade social, no interior da luta de classes. As consciências dos economistas clássicos, por seu turno, correspondiam a uma realidade material cuja luta de classes burguesa ainda não estava plenamente desenvolvida e cujo inimigo ainda era a sociedade feudal,<sup>119</sup> desse modo, a totalidade do modo de produção capitalista não levava a pesquisa científica da classe dominante à pura apologia que apenas reafirmava tautologicamente o existente, ela diferentemente forçava a investigação científica imparcial,

---

<sup>118</sup> “Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples.” (Marx, 1857-58, 54)

<sup>119</sup> Nota-se que por mais que desde o século XVII a burguesia tenha tomado o poder político na Inglaterra e tenha travado uma luta feroz no século XVIII contra as instituições feudais que insistiam em permanecer, foi só no século XIX que de fato a burguesia assumiu o pleno controle da sociedade inglesa transformando-a conseqüentemente numa legítima sociedade correspondente ao conceito do modo de produção capitalista.

pois a classe burguesa, da qual faziam parte nossos bons economistas clássicos, via ali poderosas armas para o combate ideológico que travava contra a velha ordem feudal.<sup>120</sup> Nessa medida, a economia política se esforçou para afirmar a superioridade da sociedade burguesa buscando intuitivamente transformar seus princípios em princípios absolutos, logo, buscando naturalizar o homem burguês ao transformá-lo no homem por excelência – da luta contra o feudalismo originaram-se as robinsonadas britânicas.

Uma vez permanentemente estabelecida a condição subordinada de qualquer consciência, inclusive a científica, à sua respectiva totalidade orgânica,<sup>121</sup> estamos habilitados a apresentar com maior detalhe aquilo que Marx expôs de forma geral no famoso *O método da economia política*<sup>122</sup>. Lá ele afirmou, depois de apresentar a impossibilidade da consciência pensante permanecer restringida ao “concreto representado”, que a consciência

chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais abstratos; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo [ao concreto representado], mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.<sup>123</sup>

“A primeira via”, prosseguiu Marx, “foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese.” Os economistas da segunda metade XVII e da primeira metade do XVIII foram os grandes responsáveis por extrair da matéria bruta as categorias elementares a partir das quais a economia política a partir da segunda metade do século XVIII produziria seus grandes tratados. Petty, por exemplo, partiu, como bem traçou Marx em sua *Introdução* de 1857, do “todo vigente”, da população, da tributação, dos atos de troca, etc. e chegou a algumas “relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor”;<sup>124</sup> contudo,

---

<sup>120</sup> Marx, 1867, 85-86.

<sup>121</sup> “O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comportar apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.” (Marx, 1857-58, 55)

<sup>122</sup> Marx, 1857-58, 54-61.

<sup>123</sup> Marx, 1857-58, 54.

<sup>124</sup> Marx, 1857-58, 54.

efetivamente, tal processo encontra-se muito distante da linearidade sugerida aqui por Marx.<sup>125</sup> O movimento que apreendeu a partir da realidade imediata as categorias abstratas não se reduzia à mera análise da realidade concreta, tampouco se reduzia à mera pesquisa despreziosa; ele, diferentemente, foi um processo muito fluido e rico, foi efetivamente um intenso experimentar do pensamento, foi, permanentemente, um processo que colidia a consciência científica com seu objeto de pesquisa e que não só retirava da realidade objetiva os meios necessários para pensá-la como também testava incessantemente nela esses meios. Portanto a economia política desde o início investigou “a estrutura interna da relações burguesas de produção”<sup>126</sup> para compreender os mesmos fenômenos econômicos dos quais partia.

A descrição geral do método global da ciência econômica abstraiu a fluidez do pensamento contido na “primeira via”, ele o tomou como um pressuposto histórico *necessário* para a segunda via, para o chamado *método cientificamente correto*.<sup>127</sup> A forma simples da “primeira via” manifestava, assim, a necessidade do pensamento científico não só de partir das categorias simples, mas também de produzi-las, por isso o primeiro movimento da ciência econômica não só foi um movimento constatável historicamente como também é um movimento exigido pelo conceito de ciência. Por isso Marx concebeu o primeiro movimento como condição *necessária* para o segundo, como o seu legítimo ponto de partida. Porém o movimento próprio ao método cientificamente correto também não se restringia, como veremos, a mera exposição lógica-dedutiva das categorias longamente trabalhadas pelos primeiros economistas; ele não foi nem uma simples articulação racional dessas categorias, nem um mero desdobrar das categorias simples nas complexas. Diferentemente e a exemplo dos primeiros economistas, também aqueles que se empenharam em construir a partir da segunda

---

<sup>125</sup> Em uma passagem de sua *Contribuição à crítica da economia política*, Marx afirmou manifestamente que o movimento real da ciência está longe de ser linear: “quer para os fisiocratas, quer para os seus adversários, o problema não era saber que trabalho cria *valor*, mas sim qual o trabalho que cria a *mais-valia*. Tratam assim o problema na sua forma complexa antes de o haver resolvido na sua forma elementar. Isto acontece, aliás, com todas as ciências, cuja evolução histórica só depois de mil rodeios e atalhos conduz aos verdadeiros pontos de partida.” (Marx, 1859, 46)

<sup>126</sup> Marx, 1867, 156.

<sup>127</sup> “Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto.” (Marx, 1857-58, 54)

metade do século XVIII os audazes sistemas econômicos viam-se intuitivamente coagidos a retornar à realidade empírica, a buscar nas representações concretas a base capaz de sustentar sua ciência. – Ao invés da ciência econômica clássica seguir corajosamente as exigências lógicas de seu objeto e assim se aventurar nos perigosos caminhos das categorias abstratas até que esses a levassem de volta à realidade concreta, ela refugava de sua tarefa científica e se escondia atrás da imediatidade concreta. Por isso não podemos afirmar que a economia política nos ofereceu um sistema econômico cientificamente rigoroso, apesar dela ter de fato nos oferecido sistemas profundamente articulados ao método cientificamente correto.<sup>128</sup>

Com Smith, a economia política foi capaz, como adiantamos, de elevar os princípios da sociedade burguesa à condição de princípios de seu sistema econômico; assim o egoísmo, a propriedade, o comércio e a liberdade devieram simplesmente propensão natural às trocas, devieram a base a partir da qual se poderia conceber toda realidade econômica. Smith foi, desse modo, responsável por apresentar o verdadeiro fundamento sobre o qual todo pensamento que deseja pensar a sociedade burguesa deve partir; ele fez do *mercado* o momento efetivo da sociabilidade e, nessa medida, explicitou como as leis próprias ao mercado eram de fato as leis fundamentais da sociedade burguesa. Portanto foi com Smith estabelecido pela primeira vez a possibilidade de se pensar uma totalidade social à margem de sua própria gênese histórica; a partir do escocês ficou claro que apreendendo as leis próprias ao mercado seríamos capazes de apresentar as leis próprias à sociedade, no caso, à sociedade burguesa. Logo, Smith foi responsável por apresentar o caminho que o método cientificamente correto deveria seguir, o único caminho capaz de apresentar cientificamente a sociedade burguesa. Nessa medida, como havíamos afirmado retoricamente, os economistas políticos alcançaram, ainda que sem a devida consistência, o método cientificamente correto.

Por fim, somos tencionados a refletir sobre um ponto que só foi explicitado efetivamente por Ricardo antes de avançarmos sobre a análise histórica da teoria do valor-trabalho. O inglês ao iniciar sua obra com uma crua exposição *Sobre o valor* afirmou o apriorismo dessa categoria

---

<sup>128</sup> Dois dos autores trabalhados nesta dissertação seguiram de maneira muito consistente as exigências lógicas de seus sistemas: François Quesnay e David Ricardo. O primeiro não conseguiu, entretanto, fundar uma ciência genuinamente burguesa, pois pertencia a um tempo onde o modo de produção burguês ainda estava umbilicalmente ligado à sociedade feudal; o segundo foi, sem dúvida, o economista que produziu o mais rico e rigoroso sistema econômico, entretanto não foi capaz, devido ao desconhecimento da dialética hegeliana e ao seu limitado ponto de vista burguês cuja atenção era inteiramente absorvida pela análise da grandeza do valor (Marx, 1867, 155), de conceber um sistema capaz de explicar verdadeiramente a totalidade dos fenômenos econômicos.

na sociedade burguesa. O *valor* foi assim reconhecido pela primeira vez como a categoria “mais geral do modo burguês de produção”, conseqüentemente, como a categoria que o caracterizava “como um tipo particular de produção social.”<sup>129</sup> Sabemos, porém, que a categoria central do modo de produção burguês não é o valor, mas a *mercadoria*, essa, entretanto, teve seu primado reconhecido apenas por Marx quando esse compreendeu que a dinâmica total da sociedade burguesa transformava a coisa em mercadoria, em *sujeito* do processo social.<sup>130</sup> – Aqui devemos alertar o leitor sobre o fato da mercadoria ser tanto *valor de uso* quanto *valor*; entretanto é rigorosamente pelo fato da mercadoria ser *valor* e não valor de uso que ela se distingue de todos os demais produtos da atividade humana. Desse modo, o valor se apresenta como *a especificidade* que faz da mercadoria o que de fato ela é, a saber, uma relação social entre homens obliterada por coisas.<sup>131</sup> Por isso toda a análise da presente dissertação está deslocada para a natureza *abstrata, social* da mercadoria – para o *valor* – e não para sua natureza objetiva, útil – para o valor de uso.

---

<sup>129</sup> Marx, 1867, 155.

<sup>130</sup> Marx, 1867, 146-58

<sup>131</sup> “O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais.” (Marx, 1867, 147)

## CAPÍTULO II: A TENRA CIÊNCIA ECONÔMICA

Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos. Quando é valor de uso, nela não há nada de misterioso [...]. É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. Por exemplo, a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível. Ela não só se mantém com os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria.<sup>132</sup>

### 1. WILLIAM PETTY: O GÊNIO FUNDADOR

William Petty foi sem dúvida o gênio “fundador da economia política moderna”<sup>133</sup>. Ele, em pleno século XVII e com uma agudeza fantástica, rompeu com a tradição mercantilista<sup>134</sup> e fundou conscientemente uma nova ciência.<sup>135</sup> Petty individualizou a economia política,<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> Marx, 1867, 146.

<sup>133</sup> Engels, 1878, 257; Marx, 1857, 27; Marx, 1859, 42, 54-55.

<sup>134</sup> “Um trabalho bem-acabado de Petty, fundido numa só peça, é seu *Quantulumcunque Concerning Money* [...]. Nele, sumiram completamente os últimos vestígios das noções mercantilistas que ainda podem ser encontrados em seus outros escritos.” (Engels, 1878, 259-60)

<sup>135</sup> “Petty tem consciência de ser o fundador de uma ciência nova.” (Marx, 1859, 54)

<sup>136</sup> “*Aritmética política*, onde pela primeira vez a economia política se individualiza como ciência independente.” (Marx, 1859, 42)

desenvolveu um método próprio a ela,<sup>137</sup> apreendeu e desenvolveu suas principais categorias<sup>138</sup> e ainda elaborou a teoria da divisão do trabalho de modo mais esplêndido que o grande Adam Smith.<sup>139</sup> Contudo nem mesmo toda a genialidade do inglês permitiu que ele sobrepujasse as condições materiais de seu tempo e superasse todas as complicações próprias à mercadoria.

[...] o trabalho é o pai e o princípio ativo da riqueza, como a terra é a mãe [...].<sup>140</sup>

A frase consagrada de William Petty expressa a turva realidade dos primeiros séculos da transição do feudalismo para o capitalismo. A terra, que outrora fora a senhora absoluta da sociedade, tornou-se a partir do século XV a causa do declínio do mundo feudal.

Na Inglaterra, a servidão havia praticamente desaparecido na segunda metade do século XIV. A maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no século XV, em camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir sua propriedade.<sup>141</sup>

Nessa medida, o século XV ficou marcado como a idade de ouro do trabalhador inglês. Entretanto esse luminoso período não teve vida longa, pois já “no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” o roubo de terras camponesas e o cercamento de terras comuns destruía a base econômica do próspero campesinato inglês e criava as bases do modo de produção burguês – “de sua idade de ouro [...] a classe trabalhadora inglesa decaiu, sem qualquer fase de transição, à idade de ferro”. O violento processo que tomou dos trabalhadores

---

<sup>137</sup> Schumpeter, 1954, 252-54; Rubin, 1929, 100-01. O próprio Petty reconheceu as novidades concernentes ao seu método: “O método que adotei para fazê-lo ainda não é muito costumeiro; em vez de usar apenas palavras comparativas e superlativas e argumentos intelectuais, tratei de (como exemplo da aritmética política que há tempos é meu fito) exprimir-me em termos de número, peso e medida; de usar apenas argumentos baseados nos sentidos e de considerar somente as causas que têm fundamento visível na natureza, deixando à consideração de outros as que dependem das mentes, das opiniões, dos apetites e das paixões mutáveis de determinados homens.” (Petty, 1690, 143)

<sup>138</sup> “Petty foi o primeiro a esboçar as linhas gerais da teoria do valor-trabalho” (Rubin, 1929, 104)

<sup>139</sup> “Petty desenvolveu também a tese da divisão do trabalho considerada como força produtiva, e fê-lo num plano muito mais vasto que Adam Smith.” (Marx, 1859, 54) Além desse feito, Petty deve também ser reconhecido por ter antecipado a fábrica de alfinetes de Smith em quase um século quando apresentou a divisão do trabalho no interior de uma relojoaria. (Petty, 1682, 474)

<sup>140</sup> Petty, 1662, 84.

<sup>141</sup> Marx, 1867, 788.

a terra, resultou em larga medida do “florescimento da manufatura flamenga de lã” e do “consequente aumento dos preços da lã” que, por sua vez, despertaram a ganância de uma nobreza para a qual “o dinheiro era o poder de todos os poderes”; assim ela se movimentou para transformar as suas próprias terras, as terras comuns e as terras dos camponeses independentes “em pastagens de ovelhas”. A usurpação de terras resultou tanto num gigantesco afluxo de riqueza monetária para a Inglaterra quanto na criação de uma massa de trabalhadores livres e obrigados a vender sua força de trabalho.<sup>142</sup> – A história, cujo prelúdio acabamos de apresentar em poucas linhas, só terminou “nas últimas décadas do século XVIII”, quando desapareceu “o último resquício de propriedade comunal dos lavradores”<sup>143</sup> e quando as cidades se impuseram como os verdadeiros centros da dinâmica social. Por isso, ao longo dos primeiros séculos do modo de produção capitalista, podemos verificar a centralidade da terra tanto em termos econômicos quanto políticos, não surpreende, desse modo, que essa tenha sido reiteradamente reconhecida como a mãe de toda riqueza.

“A frase que foi repetida *ad nauseam*”<sup>144</sup> e que sintetizou a concepção de riqueza de Petty, expressou mais que a importância histórica da terra para toda a época de transição, ela expressou também as dificuldades próprias ao conceito de mercadoria; em especial, expressou a dificuldade de se apreender isoladamente o caráter estritamente *abstrato* da mercadoria: o *valor*. Petty não tomou de forma alguma a riqueza ao longo de sua obra *estritamente* como um abstrato, ele sempre ilustrou sua produção como um ato específico de transformação da natureza – o homem plantava trigo, extraía prata, construía um barco, produzia roupas, etc.<sup>145</sup> Assim a “riqueza” aparecia também como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”<sup>146</sup>, como uma mera coisa útil ao homem, como um *valor de uso*. Enquanto valor de uso, porém, pouco importava como essa riqueza era produzida, qual relação social existia por trás de seu ser; importava apenas

---

<sup>142</sup> Marx, 1867, 785-92.

<sup>143</sup> Marx, 1867, 794-95.

<sup>144</sup> Sem a devida consciência das dificuldades próprias do pensamento que vai além da forma aparente, Schumpeter afirmou que “todo mundo conhece a frase que foi repetida *ad nauseam* de que ‘o trabalho é o pai... da riqueza, como a terra é a mãe’. Isso quer dizer que Petty apresentou os dois ‘fatores originais de produção’ sobre o qual falam os teóricos posteriores.” (Schumpeter, 1954, 256 – trad. nossa)

<sup>145</sup> Petty, 1662, 56.

<sup>146</sup> Marx, 1867, 113.

saber como o produtor transformava a natureza, qual objeto ele produzia, de qual valor de uso se tratava. Nesse sentido, o trabalho aparecia essencialmente atrelado à natureza externa ao homem, a qual, para Petty, em última instância, era a terra; pois somente por intermédio da natureza externa ao homem, esse poderia criar os objetos externos capazes de satisfazer suas próprias necessidades. Portanto o trabalho era concebido como atividade vinculada ao caráter coisal da riqueza, ele era uma “atividade orientada a um fim”, uma atividade orientada para “a produção de valores de uso”.<sup>147</sup>

Entretanto, Petty, e não Hobbes,<sup>148</sup> tornou-se o pai da economia política exatamente por não ter restringido a mercadoria ao valor de uso. Petty, sem se deixar iludir pelo fato da natureza condicionar a força criadora do trabalho, converteu a mercadoria em trabalho, concebeu, assim, o trabalho real em seu aspecto social geral, como divisão do trabalho, como base de toda riqueza.<sup>149</sup> Ele, partindo do trabalho e de sua base material, partindo da possibilidade de que um homem pudesse plantar seu trigo com as próprias mãos, se perguntou:

quanto vale em dinheiro inglês esse trigo ou essa renda? Respondo que vale tanto dinheiro quanto outro homem pudesse, apenas ele, poupar, no mesmo espaço de tempo, descontadas suas despesas, se ele se dedicasse integralmente a fazê-lo e produzi-lo. Suponhamos que outro homem viaje para uma região onde haja prata, que a extraia, que a afine, que de lá a traga para onde o outro plantara seu trigo, e a amoede etc. [...] Acho que a prata de um deve ser estimada no mesmo valor que o trigo do outro; havendo, digamos, 20 onças de prata e 20 alqueires de trigo, segue-se que o preço de 1 alqueire desse trigo seria 1 onça de prata.<sup>150</sup>

É verdade que essa passagem permanece lidando diretamente com o caráter objetivo do produto do trabalho, contudo ela não se restringe a ele. Em primeiro lugar, o trabalho permanece como trabalho concreto, como atividade que transforma a natureza de uma dada forma, porém,

---

<sup>147</sup> Marx, 1867, 261.

<sup>148</sup> No *Leviatã*, Hobbes também põe o trabalho ao lado da terra, porém ele não supera a imediatidade coisal da riqueza: “A nutrição de um Estado consiste na *abundância* e na *distribuição* dos *materiais* necessários à vida, em seu *acondicionamento* e *preparação* [...]. Dado que a matéria dessa nutrição consiste em animais, vegetais e minerais, Deus colocou-os generosamente ao nosso alcance, à superfície da terra ou perto dela, de modo tal que não é preciso mais do que trabalho e esforço para colhê-los. A tal ponto a abundância depende simplesmente [...] do trabalho e esforço dos homens.” (Hobbes, 1651, 195)

<sup>149</sup> Marx, 1859, 42.

<sup>150</sup> Petty, 1662, 57.

ao comparar produtos diferentes, Petty reconheceu a essência comum desses produtos, reconheceu conseqüentemente o trabalho como algo comum a esses produtos. O trabalho revelou-se, assim, substância social – ele não se findava nas infinitas atividades concretas, ele era também o conteúdo comum a todos os produtos. Desse modo, Petty superava a estrita objetividade das mercadorias e as concebia como um mesmo, como produtos do trabalho humano, logo, inversamente, fazia do trabalho humano a substância comum às mercadorias. As mercadorias, assim, não só eram coisas úteis aos homens, mas também produtos do trabalho humano, produtos intercambiáveis do trabalho humano, portanto as mercadorias eram tanto *valor de uso* quanto *valor*.

Notemos, porém, que a qualidade de serem valores não aparecia à margem de sua natureza corpórea, assim o valor aparecia unido ao valor de uso, logo, também a produção de um não se dissociava do outro. O trabalho não se diferenciava, desse modo, em *trabalho abstrato* e *trabalho concreto*, aparecia apenas como *trabalho*, como ato que transformava a natureza, mas que ao mesmo tempo determinava as relações de trocas. A substância do valor, o trabalho abstrato, não aparecia dissociado de sua natureza concreta, disso resulta que o trabalho não poderia aparecer dissociado da base objetiva sobre a qual atuava, por isso Petty retornava incessantemente à terra. Portanto a dificuldade própria à dupla natureza da mercadoria e, conseqüentemente, ao duplo caráter do trabalho, fazia com que intuitivamente Petty concebesse que as trocas eram determinadas tanto pelo trabalho quanto pela terra.

É verdade que Petty chegou até mesmo a reconhecer o trabalho como o determinante das trocas,<sup>151</sup> entretanto suas experiências empíricas indicavam que existiam outros fatores que influenciavam diretamente a proporção das trocas. Não sem motivos, nosso autor afirmou que o trabalho “deve ser a base da uniformização e balanceamento dos valores” ao mesmo tempo que confessava “que há maior variedade e complexidade nas superestruturas e práticas envolvidas” na determinações das trocas.<sup>152</sup> Nada era mais natural, conseqüentemente, do que

---

<sup>151</sup> “Visto que possivelmente haja mais arte e risco em trabalhar com prata do que com trigo, apesar disso tudo vem a dar no mesmo. Suponhamos que cem homens trabalhem dez anos com o trigo, e o mesmo número trabalhe, pelo mesmo espaço de tempo, com prata; afirmo que o produto líquido da prata é o preço do produto líquido total do trigo, e que partes equivalentes de uma são os preços das partes equivalentes do outro [...]. Essa é também a maneira pela qual se determina a verdadeira dimensão dos valores do ouro e da prata, que muitas vezes é estabelecida, apenas por um erro comum, difundido pelo mundo, ora a mais ora a menos [...]” (Petty, 1662, 57)

<sup>152</sup> Petty, 1662, 57.

procurar na terra uma das outras causas fundamentais para a determinação do valor, nessa medida, Petty se confrontou com um verdadeiro problema: se tanto o trabalho quanto a terra eram os determinantes da proporção das trocas, então um deveria ser conversível necessariamente ao outro ou a um terceiro, caso contrário seria impossível reduzir uma dada quantidade de uma mercadoria a uma dada quantidade de outra.<sup>153</sup> Assim, o consciencioso Petty se perguntava sobre uma possível convertibilidade de um no outro – deveria existir uma “paridade natural entre terra e trabalho”<sup>154</sup>.

Petty buscou solucionar tal questão em ao menos duas oportunidades. Em 1662, no *Tratado dos impostos e das contribuições*, Petty enveredou em um verdadeiro quiproquó: ao buscar “os valores naturais da posse simples da renda”, ele não lidava mais com a terra como meio material necessário à produção de um objeto externo ao homem, transformava-a em mero numerário que, por sua vez, foi representado por uma certa soma de dinheiro, não sendo bastante, ele se pôs a comparar a renda da terra de um dado país com outro,<sup>155</sup> dessa forma, porém, nada pôde acrescentar à questão. 10 anos depois, nosso autor voltou a refletir sobre o que chamou de “a mais importante consideração na economia política”<sup>156</sup>, dessa vez, também tomou um falso caminho ao buscar reduzir o valor da terra à quantidade e a qualidade das mercadorias através dela produzidas e ao buscar simplesmente reduzir tais produtos à quantidade de riqueza que um homem adulto em média consome;<sup>157</sup> o que mostra que Petty, como bem afirmou Marx, não buscou “a medida comum do valor, mas a medida *do valor* no mesmo sentido que o *dinheiro* é a medida do valor”<sup>158</sup>, em outros termos: Petty buscou um representante visível do valor.

---

<sup>153</sup> “[...] as grandezas de coisas diferentes só podem ser comparadas quantitativamente depois de reduzidas à mesma unidade. Somente como expressão da mesma unidade são elas grandezas com um denominador comum e, portanto, grandezas comensuráveis.” (Marx, 1867, 127)

<sup>154</sup> Petty, 1662, 58.

<sup>155</sup> Petty, 1662, 58-59.

<sup>156</sup> “E isso me trás a mais importante Consideração na economia política, em outras palavras, como se faz uma *comparação* e uma *equalização* de terra e trabalho, assim como se expressa o valor de alguma coisa em termos de um desses isoladamente.” (Petty, 1691, 181 – trad. nossa.)

<sup>157</sup> Petty, 1691, 180-83.

<sup>158</sup> Marx, 1862-63a, 327 – trad. nossa.

Fica claro, portanto, que o desenvolvimento da economia política dependia da resolução dessa dupla determinação do valor. Portanto à razão, ao reconhecer conversão da terra enquanto “base natural do trabalho real” em renda da terra,<sup>159</sup> em mera forma do valor, só restava admitir sua legítima tarefa, “a tarefa de resolver o próprio *valor da terra no trabalho*.”<sup>160</sup>

---

<sup>159</sup> Marx, 1862-63a, 325 – trad. nossa.

<sup>160</sup> Marx, 1862-63a, 326 – trad. nossa.

## 2. BENJAMIN FRANKLIN: O CARÁTER ABSTRATO DO VALOR

Enquanto o velho mundo subscrevia a noção de valor apresentada por Petty, no novo mundo um jovem americano fazia do *trabalho* a base de toda *riqueza social*. Benjamin Franklin, o homem reconhecido por suas importantes contribuições à física, foi o arguto e esquecido economista político que fez do tempo de trabalho o *único* determinante do valor.<sup>161</sup>

Franklin, “conscientemente e com uma clareza que toca quase a banalidade”, reduziu “o valor de troca a tempo de trabalho”<sup>162</sup>. Tal como outrora fizera Petty, Franklin converteu a mercadoria em tempo de trabalho sem se esquecer da base natural pressuposta, não obstante o americano não fez do trabalho *um* fundamento das trocas, mas *o* fundamento das trocas. Ele libertou, assim, o valor de qualquer fundamento *não social* ao mesmo tempo que mantinha a mercadoria como objeto do trabalho real. Franklin pôde, dessa maneira, lidar com o trabalho como fundamento absoluto da mercadoria e pôde também, ainda que sem a devida consciência, se relacionar com o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias: o trabalho *concreto* e o trabalho *abstrato*.

A apreensão correta da mercadoria apresenta-se, porém, de duas maneiras. Por um lado, ela mostra a necessidade de ir além da imediatidade do corpo da mercadoria, por outro, mostra a dificuldade de se ocupar exclusivamente com o momento objetivo superado. Em outras palavras, permanece a dificuldade de se relacionar com o momento puramente abstrato da mercadoria cujo ser não abandona sua concretude, mas também não se resume a ela. Lembremos que Petty retornava sempre à materialidade – procurava na terra, num valor de uso, a base do valor. Dessa maneira, limitava o próprio valor, pois fazia deste resultado daquele;

---

<sup>161</sup> Escapa totalmente ao objetivo desta dissertação pesquisar sobre a relação efetiva que o trabalho de Franklin teve para o desenvolvimento do pensamento econômico. Deve-se, porém, ressaltar que existem aqueles que defendem que Franklin chegou a conhecer pessoalmente Adam Smith e que aquele pode ter sido fundamental para o desenvolvimento da teoria do valor-trabalho apresentada por este (Eliot, 1924). A importância dada ao americano pela historiografia econômica, porém, é notavelmente pequena. Em obras de relevo, como *The trend of economic thinking* de Friedrich August Hayek e *História do pensamento econômico* de Isaac Ilich Rubin, Franklin não chegou nem mesmo a ser citado; em outras, como *Historia del análisis económico* de Alois Schumpeter e *A History of Political Economy* de John Kells Ingram, sua importância foi reduzida a comentários dispersos de menor importância. Salta aos olhos, contudo, que Marx não tenha mencionado nem sequer uma vez o nome de Franklin em sua *Theorien über den Mehrwert* (1861-63), ainda que ele o tenha reconhecido como o primeiro a apreender o trabalho como o único determinante do valor em sua *Contribuição à crítica da economia política* (1859), o que nos sugere que Marx tenha realmente acreditado que “a análise que Franklin fez do valor de troca não influenciou imediatamente o progresso da ciência” (Marx, 1859, 45).

<sup>162</sup> Marx, 1859, 44.

consequentemente, o momento abstrato do trabalho – fundamento do valor – não se apresentava livremente, ao contrário, ele sempre estava submetido à forma concreta do trabalho – fundamento do valor de uso. Franklin, ao abandonar qualquer determinação das trocas que não fosse o trabalho, o trabalho em sua forma *geral, social, abstrata*, rompia com qualquer limitação imediatamente objetiva da determinação do valor. Não se tratava mais desse ou daquele trabalho concreto, mas do *trabalho humano em geral*; não do trabalho que retira os frutos da terra, mas do trabalho que resultava e servia ao homem. A terra não importava mais, ou melhor, ela importava apenas como base real para a produção de valores de uso; o trabalho, esse sim, era o *sujeito* que atuava sobre a natureza virgem ou sobre a natureza já transformada pelo homem.

Franklin, portanto, consagrou a riqueza enquanto *riqueza social*; seu valor não estava restringido ao caráter coisal da mercadoria, mas a sua *permutabilidade*. Assim ele, de fato, concebia a riqueza como uma “enorme coleção de mercadorias”<sup>163</sup>, como uma infinidade de objetos do trabalho cuja medida era o tempo de trabalho despendido em cada um deles. Portanto não só reconhecia que as mercadorias eram um duplo de valor de uso e valor, mas também que o trabalho era o único fundamento de ambas as partes da mercadoria. Por isso, podemos afirmar sem maiores complicações que Franklin foi o primeiro a reconhecer *a mercadoria tal como ela é*.

Voltemos agora os olhos para a letra de Franklin a fim de compreender como aquele jovem que antecedeu Smith em quase meio século procedeu. O sagaz americano possui uma obra relativamente extensa sobre assuntos econômicos,<sup>164</sup> entretanto trataremos nesta dissertação apenas de um ensaio: *A modest Inquiry into the Nature and Necessity of a Paper Currency* de 1729. Com 22 anos, Franklin escreveu um dos mais importantes e desconhecidos trabalhos de economia política; nele, o autor apresentou, pela primeira vez, com uma clareza e

---

<sup>163</sup> Marx, 1867, 113.

<sup>164</sup> A obra econômica de Franklin nos aparece como um imenso e rico campo ainda não explorado do pensamento econômico. Em textos que se espalham ao longo de mais de meio século (ver: Franklin, 1856), o autor discutiu, aprofundou e desenvolveu diversos assuntos de suma importância para a presente ciência. Um exemplo expressivo da genialidade do autor aparece no curto ensaio *Positions to be examined, concerning National Wealth* de 1769; nele Franklin afirma o salário de subsistência, discute assimetria de informação e deduz, de forma brilhante, o lucro dessas assimetrias.

com uma consistência lógica que impressiona, o trabalho como fundamento de toda riqueza e o tempo de trabalho como a medida das trocas.

*A modest Inquiry into the Nature and Necessity of a Paper Currency* chegou ao valor-trabalho depois de reconhecer a necessidade de apresentar “as noções precisas da natureza e do valor do dinheiro em geral.”<sup>165</sup> Essas noções surgiram, porém, da própria natureza das trocas, a saber, que as trocas pressupõem uma diversidade de produtos, os quais, por sua vez, resultam da diversidade de capacidades humanas. O primeiro fundamento para se encontrar a natureza e o valor do dinheiro é a diversidade de produtos do trabalho, logo, *a divisão do trabalho*.<sup>166</sup> O dinheiro é ele mesmo resultado dessa necessidade das trocas, ele aparece, por isso, apenas como o facilitador das mesmas, como *meio de troca*.<sup>167</sup> Essa simples constatação levou Franklin, antes mesmo de apresentar a verdadeira natureza do valor, a romper de modo categórico com a tradição mercantilista,<sup>168</sup> uma vez que transformou a finalidade daquela doutrina em apenas um meio.<sup>169</sup>

O rompimento com o mercantilismo foi declarado pela simples transformação do dinheiro em meio de troca, ele deixava de ser o objetivo das trocas e passava a ser o meio para

---

<sup>165</sup> Franklin, 1729, 263 – trad. nossa.

<sup>166</sup> “A Providência tem ordenado que não só os diferentes países, mas também as diferentes partes de um mesmo país adequassem de modo peculiar suas produções, tal como a genialidade de diferentes homens foi adaptada para uma variedade de diferentes artes e manufaturas; por isso temos que o *comércio*, ou a troca de uma mercadoria ou de uma manufatura por outra, é altamente conveniente e benéfica para a humanidade. Como, por exemplo, A pode ser hábil na arte de produzir tecidos e B pode compreender como se cultiva o milho. A deseja milho e B tecido; assim eles trocam com o outro seus respectivos produtos para que obtenham uma vantagem e uma satisfação mútua.” (Franklin, 1729, 263-64 – trad. nossa.)

<sup>167</sup> “[...] para remediar certos inconvenientes e para facilitar as trocas, os homens inventaram o dinheiro, propriamente chamado de *meio de troca*.” (Franklin, 1729, 264 – trad. nossa.)

<sup>168</sup> A seguinte passagem resume bem a tradição mercantilista: “Enquanto nos séculos XVI e XVII, na infância da moderna sociedade burguesa, a paixão universal pelo ouro lançou povos e príncipes nas cruzadas de além-mar e na conquista do Graal de ouro, os primeiros intérpretes do mundo moderno, os promotores do sistema monetário – de que o sistema mercantil é apenas uma variante –, aclamaram como única riqueza o ouro e a prata, isto é, a moeda.” (Marx, 1859, 163)

<sup>169</sup> “Por muito tempo, aquelas partes do mundo que se engajaram no comércio, fixaram o ouro e a prata como o carro-chefe e como o mais apropriado material para esse meio; eles foram considerados em si mesmos metais preciosos por sua pureza, beleza e escassez. Desse modo, particularmente a prata foi usada para dar valor a todas as mercadorias. Mas ela, como prata mesmo, não é valor permanente, é valorada mais ou menos de acordo com sua escassez ou abundância, portanto, parece necessário fixar algo outro mais apropriado para ser uma *medida dos valores*, e, assim, afirmo que esse outro deve ser o *trabalho*.” (Franklin, 1729, 265 – trad. nossa.)

as trocas. Os metais não eram vistos mais como o verdadeiro objeto de desejo, seu ser não passava de facilitador das trocas, eles não eram *fim* em si mesmo, mas *meio*. Assim, ao transformar o dinheiro em meio de troca, a troca em intercâmbio de mercadorias e as mercadorias em produto do trabalho, Franklin acabava com qualquer possibilidade de ocultar o verdadeiro conteúdo das trocas e, por isso, pôde revelar de maneira genial que a única medida do valor “deve ser o *trabalho*.”<sup>170</sup> O trabalho, e apenas o trabalho, tornou-se o fundamento das mercadorias, por isso afirmou categoricamente que o “[c]omércio em geral não é nada além de troca de trabalho por trabalho”<sup>171</sup>. Com um só golpe, Franklin reduziu brilhantemente todas as relações mercantis a *trabalho*.

Vejamos mais de perto como o autor procedeu:

É através do trabalho que o valor da prata deve ser medido, tal como todas as outras coisas. Se supusermos que um homem se dedica a cultivar o milho, enquanto outro extrai e refina a prata. No fim de um ano, ou de qualquer outro período de tempo, a produção total de milho e de prata são os preços naturais um do outro; e, se um produzir 20 bushels e o outro 20 onças, então uma onça dessa prata é o valor do trabalho de um bushel desse milho. Mas se, graças à descoberta de minas mais próximas, de mais fácil extração ou mais abundantes, um homem extrai 40 onças de prata enquanto anteriormente extraía 20 e o mesmo trabalho continua a ser requerido para cultivar 20 bushels de trigo, então esse bushel de milho custará o mesmo que duas onças, *caeteris paribus*.<sup>172</sup>

Partindo da condição de que toda riqueza é na verdade trabalho, Franklin utilizou convenientemente do aumento da produtividade do trabalho para explicitar que o *valor* das mercadorias independem de seus corpos – uma mesma quantidade de prata, por exemplo, pode ter quantidades diferentes de valor ao longo do tempo. Isso implica que Franklin reconheceu que o elemento constitutivo do valor, o trabalho, transcende o próprio ato concreto da produção de mercadorias; o trabalho aqui não se restringia a mera transformação da natureza, a mera produção de valores de uso. O mesmo trabalho que produzia os valores de uso também deveria produzir algo além desses, caso contrário não se poderia concluir que um mesmo valor de uso pudesse ter distintos valores ao longo do tempo. Assim, o próprio trabalho se mostrava de forma

---

<sup>170</sup> Franklin, 1729, 265 – trad. nossa.

<sup>171</sup> Franklin, 1729, 267 – trad. nossa.

<sup>172</sup> Franklin, 1729, 265-66 – trad. nossa.

dupla: por um lado, ele transformava a natureza em coisa útil ao homem, por outro, ele era a *medida* de toda riqueza. Desse modo, temos aqui não só o reconhecimento do trabalho como o único produtor de valores de uso, mas também o reconhecimento do trabalho como produtor de valor, portanto concluímos que o trabalho foi de fato apresentado por Franklin em seu duplo caráter: como *trabalho concreto* e como *trabalho abstrato*.<sup>173</sup>

“No entanto, o que ele não sab[ia], ele o di[sse].”<sup>174</sup> Franklin não direcionou sua análise para o trabalho e por isso não superou as dificuldades próprias à categoria trabalho. Ele tomou o trabalho imediatamente como o fundamento das mercadorias sem se perguntar o que seria o trabalho e por que o trabalho era a substância das mercadorias. Franklin, como a maioria dos economistas políticos, se voltava para a *grandeza do valor*, e não para sua *substância*;<sup>175</sup> assim, sua intuitiva percepção, ao concluir que a quantidade de trabalho determinava as trocas, obscurecia a natureza do trabalho. Consequentemente, o americano, tal como mais tarde faria Adam Smith, reduziu apressadamente a natureza abstrata do trabalho a mera *quantidade de trabalho concreto* e em seguida identificou essa quantidade ao valor, nessa medida, *o valor tornava-se a quantidade de trabalho concreto incorporado, contido, nessa ou naquela mercadoria*, tornava-se a medida do trabalho concreto esvaziada de qualquer conteúdo. Não se tratava do “como” e do “quê” do trabalho, mas do “quanto”, de sua duração.<sup>176</sup> O caráter concreto do trabalho, consequentemente, aparecia como mera condição de necessidade da riqueza e a riqueza, por sua vez, perdia toda a sua qualidade própria e se tornava um simples numerário, um simples quantum de trabalho. “Portanto”, concluía Franklin, “a riqueza de uma

---

<sup>173</sup> Foi Marx quem, ao analisar a natureza própria ao trabalho chegou a *O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias* (Marx, 1867, 119-24) e observou que o trabalho é ao mesmo tempo trabalho concreto, útil e trabalho abstrato, social.

<sup>174</sup> “Franklin não tem consciência de que, ao estimar o valor de todas as coisas ‘no trabalho’, ele abstrai da natureza diferente dos trabalhos trocados – e os reduz, assim, a trabalho humano igual. No entanto, o que ele não sabe, ele o diz. Ele fala, primeiramente, de ‘um trabalho’, então ‘do outro trabalho’ e, por fim, do ‘trabalho’ sem ulterior caracterização como substância do valor de todas as coisas.” (Marx, 1867, 128)

<sup>175</sup> Veremos ainda como Smith e Ricardo estiveram presos a essa perspectiva.

<sup>176</sup> A seguinte passagem de Marx, ao nos esclarecer sobre a dupla natureza do trabalho, torna clara a parcialidade do pensamento de Franklin: “Portanto, se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do “como” e do “quê” do trabalho; aqui, trata-se de seu “quanto”, de sua duração. Como a grandeza do valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela contida, as mercadorias devem, em dadas proporções, ser sempre valores de mesma grandeza.” (Marx, 1867, 123)

nação deve ser avaliada pela quantidade de trabalho que seus habitantes podem adquirir e não pela quantidade de prata e ouro que possuem”<sup>177</sup>; portanto, podemos concluir, a riqueza não era nem a quantidade de valores de uso que poderiam adquirir nem a quantidade de certos valores de uso que possuíam, a riqueza era apenas uma dada quantidade de trabalho, de valor.

Foi natural que Franklin substituísse os metais preciosos pelo trabalho. Os primeiros não poderiam, como vimos, responder a demanda própria à natureza do pensamento que para compreender o movimento dos preços precisava de algo fixo, precisava de uma “medida-padrão”.<sup>178</sup> Desse modo, ele ingenuamente se voltou para o trabalho e buscou no mundo das mercadorias a expressão imediata da substância do valor, assim, ele cometeu o pecado de igualar a excelsa substância do valor, o trabalho, a uma prosaica mercadoria, a força de trabalho<sup>179</sup>. Franklin perpetrava o mesmo erro que décadas depois iria cometer o grande Adam Smith; o americano, ao tomar o trabalho segundo a concepção comum, ao não ir a fundo na análise do trabalho, “tomou da prática industrial a representação corrente do fabricante que compra e paga o *trabalho* de seu trabalhador”<sup>180</sup> e, assim, incorreu no erro de acreditar que a mercadoria força de trabalho era o próprio trabalho.<sup>181</sup>

---

<sup>177</sup> Franklin, 1729, 265-66 – trad. nossa.

<sup>178</sup> Matematicamente essa busca pelo elemento fixo é crucial para que se possa atribuir racionalidade ao sistema: quando todos os elementos de uma função variam não se pode reconhecer a variação relativa de cada elemento, desse modo, é necessário que se fixe um elemento para se compreender o movimento dos demais. Esse raciocínio foi trabalhado de forma extremamente hábil por David Ricardo quando ele critica Adam Smith por ter buscado no trigo e no trabalho a “medida-padrão” das mercadorias. Ver: Ricardo, 1817, 25-29.

<sup>179</sup> Optamos em utilizar, seguindo a tradição marxista, a categoria “força de trabalho” quando tratamos do valor de uso vendido pelo trabalhador – a capacidade de trabalho ou o trabalho em potência. Para uma introdução sobre os benefícios trazidos por Marx através de tal categoria, recomendamos a leitura da *Introdução* de Engels ao famoso texto de Marx *Trabalho assalariado e capital* (Engels, 1891).

<sup>180</sup> “A economia política clássica tomou da prática industrial a representação corrente do fabricante que compra e paga o *trabalho* de seu trabalhador. Essa representação é perfeitamente suficiente para o comércio, para a contabilidade e para o cálculo de preço do fabricante. Transposta ingenuamente para a economia política, provocou nela grandes mal-entendidos e complicações.” (Engels, 1891, 594)

<sup>181</sup> Esse raciocínio de Franklin pode ser observado na seguinte passagem: “A medida em que esses metais cresceram com muito mais intensidade na Europa depois da descoberta da América, eles sofreram uma perda de valor excessiva. Na Inglaterra, por exemplo, anteriormente uma moeda de prata valia um dia de trabalho, entretanto, hoje, dificilmente essa moeda vale a sexta parte de um dia de trabalho, uma vez que nada menos que seis peças de prata são necessárias para comprar o trabalho de um homem por um dia em qualquer parte desse reino. Isso deve ser completamente atribuído à maior abundância de dinheiro que existe hoje na Inglaterra em relação ao que existia no passado. Ainda assim, talvez a Inglaterra hoje não seja de fato mais rica do que naquele tempo, uma vez que a mesma quantidade de trabalho realizado ou de serviço prestado naquela época por 100

É verdade, porém, que Franklin lidou com a imediaticidade concreta e a partir dela encontrou as categorias elementares da economia política, por isso, apenas de modo incipiente, pôde ensaiar reflexões efetivamente explicativas dos fenômenos econômicos. Sua teoria do valor-trabalho deve ser ressaltada pela genialidade e pelo atrevimento de um jovem que mesmo distante de toda riqueza do pensamento europeu pôde apresentar, em suas linhas gerais e bem antes de Smith, a teoria do valor-trabalho. Infelizmente a atenção de Franklin não se voltou mais para as geniais reflexões de sua juventude, ele, como sabemos, se dedicou às ciências naturais, à política e à prática econômica; relegando aos anais da história econômica a mais genial das análises do valor realizada entre William Petty e Adam Smith. Assim sendo, sempre podemos nos perguntar, como sugeriu Eliot, se de fato Franklin influenciou Smith e quais tipos de descobertas ele teria realizado se o americano tivesse prosseguido com suas pesquisas econômicas. Aqui, entretanto, devemos nos contentar com o rico material que sua *modesta investigação* nos oferece e reafirmar a qualidade de seus demais textos de economia política, que, apesar de não tratarem diretamente da teoria do valor, são igualmente geniais.

---

libras, hoje em dia requer ou custa 600 libras para que seja feito.” (Franklin, 1729, 266 – trad. nossa.) Definitivamente, Franklin não tratava do valor do produto do trabalho de um dia, mas sim do valor da força de trabalho de um dia; ele afirmava conseqüentemente que o custo para a contratação do trabalho não variava, e não que o produto de seu trabalho não variava, logo, ele comparava mercadoria dinheiro com mercadoria força de trabalho, conseqüentemente, não havia nenhuma medida fixa capaz de racionalizar o movimento de mercado. Voltaremos a esse assunto quando tratarmos de Smith.

### 3. FRANÇOIS QUESNAY: O VALOR OFUSCADO

A importância da fisiocracia, cujo principal representante foi François Quesnay,<sup>182</sup> transcende a teoria do valor-trabalho; ela foi a primeira tentativa de apreender sistematicamente o objeto econômico.<sup>183</sup>

Até o *Quadro econômico* de Quesnay, 1758, o esforço da reflexão voltava-se para a purificação da matéria bruta e para as incipientes tentativas de explicar os fenômenos econômicos. Vimos até aqui os principais pensamentos que desenvolveram a teoria do valor-trabalho, vimos como tais pensamentos não se reduziam a mera observação, assim, eles simultaneamente avançavam sobre a matéria bruta e se punham a racionalizá-la. Infelizmente, porém, os pensamentos que foram responsáveis por iniciar a séria investigação da estrutura interna das relações de produção burguesa ainda não possuíam as condições objetivas necessárias para superar os limites de suas reflexões e, conseqüentemente, para ousar construir um legítimo sistema econômico. Tal atrevimento só foi realizado por François Quesnay quando esse concebeu seu pretensioso *Quadro econômico* – “a primeira tentativa engenhosa de capturar o processo inteiro da produção social, abarcando a produção, a circulação, a distribuição e o consumo do produto social no interior de um único esquema.”<sup>184</sup>

Quesnay foi, assim, responsável por levar a economia política ao *método cientificamente correto*. A partir de então, ela deveria lidar com seu objeto de estudo como uma totalidade autossuficiente, ou seja, como uma totalidade que contém em si os elementos de seu próprio ser; seu esforço, nessa medida, passava a ser o de compreender o fundamento material da própria reprodução social. Ela não poderia se perder mais em elucubrações localizadas, ela deveria se movimentar sempre em direção à totalidade sistêmica onde cada reflexão específica deveria estar articulada a um algo maior. O esforço em apreender as leis que organizam esse algo maior determinou os próximos passos da ciência econômica; ela não poderia mais esquecer

---

<sup>182</sup> “O reduzido grupo de economistas e filósofos políticos franceses conhecidos em sua época como *Les économistes* e pela história da economia como fisiocratas apresenta traços muito característicos até mesmo para um leitor superficial. Mas quando os consideramos sobre outro ponto de vista, o grupo se reduz realmente a um só homem: Quesnay. Nele todos os economistas vêem uma das maiores figuras de sua ciência.” (Schumpeter, 1954, 267 – trad. nossa)

<sup>183</sup> “[...] o sistema fisiocrático é a primeira concepção sistemática da produção capitalista.” (Marx, 1885, 409-10)

<sup>184</sup> Rubin, 1929, 448.

a coerência interna, não bastava mais elucidar esse ou aquele problema isoladamente, tornou-se particularmente necessário articular todas as categorias econômicas em um único sistema – tornou-se necessário pensar o mundo econômico através do método cientificamente correto.<sup>185</sup>

Todavia o grande avanço do sistema fisiocrata se chocou com sua própria teoria do valor.<sup>186</sup> Ao determinar que apenas o trabalho agrícola era o verdadeiro produtor de riqueza – logo, para nós, de valor –, a fisiocracia interrompia o movimento ascendente de reconhecimento da pura substância do valor – o trabalho abstrato. Dessa maneira, a doutrina não poderia ter marcado a história do valor-trabalho por desenvolver sua forma pura, mas, diferentemente, por ter reconhecido *a unidade de valor e valor de uso*.

Quando nos aproximamos de Quesnay, observamos que o primeiro esforço de sua *Análise do Quadro econômico* foi o de distinguir a sociedade em três classes. A sociedade foi reconhecida como composta pela classe produtiva, pela classe dos proprietários e pela classe estéril; a primeira, todavia, se destacava por ser aquela cujo trabalho fazia “renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação”<sup>187</sup>. Vejamos, porém, a que se reduz a concepção fisiocrata de riqueza: na produção de grãos, por exemplo, podemos observar, sem maiores dificuldades, que um punhado de sementes produz uma quantidade ainda maior das mesmas sementes, logo, as sementes não só repõem as condições iniciais de sua própria produção como ainda produzem um considerável excedente. Desse modo, a fisiocracia, impulsionada pela expressividade do processo natural de multiplicação de valores de uso,

---

<sup>185</sup> É nesse sentido que Marx chama também os fisiocratas de “pais da Economia moderna.” (Marx, 1857-58, 258)

<sup>186</sup> Como ficará claro ao longo desta seção, a definição de valor encontrada na fisiocracia é um tanto quanto controversa. Por um lado, encontramos o valor como resultado do trabalho agrícola – dessa maneira a fisiocracia pôde pensar em toda uma circularidade econômica –; por outro, não há nenhuma determinação explícita que fundamente as trocas singulares, a não ser que as mesmas devam ser realizadas “conforme os preços sujeitos à ordem natural que regula diariamente os valores venais dos produtos.” (Quesnay, 1766, 227). Napoleoni, nesse sentido, possui certa razão ao ter afirmado que “[...] não existe na fisiocracia qualquer teoria específica do valor, e que, em consequência, o esquema contido no *Tableau* foi elaborado aceitando-se empiricamente os preços que, de fato, eram praticados no mercado.” (Napoleoni, 1973, 33)

<sup>187</sup> “A nação se reduz a três classes de cidadãos: a *classe produtiva*, a *classe dos proprietários* e a *classe estéril*. A *classe produtiva* é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários de terras. Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação.” (Quesnay, 1766, 211)

acreditava que apenas a natureza era a verdadeira produtora de riqueza e que, conseqüentemente, apenas os trabalhos vinculados à terra eram produtivos.<sup>188</sup> Assim, a doutrina francesa levava a cabo a máxima de William Petty – “o trabalho é o pai e o princípio ativo da riqueza, como a terra é a mãe”<sup>189</sup> –, pois aniquilava com qualquer possibilidade de se reconhecer no trabalho *em geral* o fundamento do valor, ela só reconhecia uma espécie de trabalho como produtivo: apenas o trabalho ligado à terra, ligado à verdadeira progenitora de toda riqueza, poderia ser concebido como produtivo.<sup>190</sup>

Notemos, contudo, que ao restringir o trabalho a essa forma de multiplicação de riqueza, perdemos de vista o próprio trabalho. O trabalho passava a ser apenas *meio* para o aumento natural da riqueza, nessa medida, ele era visto como parte natural do processo de produção e de multiplicação da riqueza, como uma parte cuja função se limitava a dirigir e a promover o metabolismo químico agrícola e a promover a reprodução da vida animal. Portanto o trabalho se encontrava reduzido a trabalho *concreto*, a mero metabolismo entre homem e natureza; colocava-se não o trabalho enquanto sujeito operador da riqueza que utilizava-se da terra, mas a terra enquanto senhora suprema da riqueza que utilizava-se do trabalho humano.

Com a limitada concepção de riqueza, a fisiocracia reduzia o trabalho a trabalho concreto e perdia de vista, conseqüentemente, o valor. O valor enquanto resultado da natureza abstrata do trabalho desaparecia nos corpos das mercadorias, nos valores de uso, tal como o

---

<sup>188</sup> Marx com absoluta simplicidade nos esclarece a reflexão fisiocrata: “Somente na relação da semente natural com seu produto aparece de maneira tangível essa multiplicação dos valores de uso, o excedente do produto acima do componente dele mesmo que tem de servir para a nova produção – do qual, portanto, uma parte pode ser consumida improdutivamente. Apenas uma parte da colheita tem de ser devolvida diretamente à terra como semente; de produtos encontrados na natureza, dos elementos ar, água, terra, luz, e de substâncias adicionadas no adubo ou de alguma outra maneira, a semente reproduz então o excedente em um *quantum* multiplicado como cereal etc. Em suma, o trabalho humano só tem de dirigir o metabolismo químico (na agricultura), em parte promovê-lo também mecanicamente, ou promover a própria reprodução da vida (pecuária), para obter o excedente, *i.e.*, para transformar essas mesmas substâncias naturais de uma forma sem valor para o uso em uma forma valiosa. A verdadeira figura da riqueza universal é, por conseguinte, o excedente dos produtos da terra (cereal, gado, matérias-primas).” (Marx, 1857-58, 259)

<sup>189</sup> Petty, 1662, 84.

<sup>190</sup> O reconhecimento do camponês como verdadeira figura social responde às exigências da França pré-revolucionária. Como Rubin brilhantemente expôs, havia na primeira metade do século XVIII uma violenta política econômica contrária aos interesses do campesinato francês que intensificava a luta entre campo e cidade; desse modo, a fisiocracia aparecia no campo das ideias como uma verdadeira doutrina que reconhecia e defendia o papel destacado do campo na economia daquele país. (Rubin, 1929, 125-34)

trabalho abstrato desaparecia no trabalho concreto. Assim, o valor não era mais parte visível da riqueza, essa aparecia simplesmente como um conjunto de valores de uso, de bens agrícolas.<sup>191</sup> Dessa maneira, a fisiocracia se privava de conhecer o verdadeiro fundamento das trocas e transformava todo processo social de produção de riqueza em um processo subordinado ao movimento natural de produção, logo, todo o aumento de produção se restringia à pura análise do metabolismo natural. Entretanto o mesmo processo que ocultava o valor foi responsável por um grande avanço da teoria econômica.

Devemos observar, para superarmos esse aparente paradoxo, que a fisiocracia, ao acompanhar o movimento total dos bens agrícolas, pôde confrontar a totalidade desses bens consigo mesma,<sup>192</sup> desse modo, a doutrina francesa, diferentemente de Petty e Franklin, não pôs o valor de uso singular frente a outro, ela pôs a totalidade de seus valores de uso frente a si mesma e por isso foi capaz de visualizar pela primeira vez e corretamente uma forma do valor, *o mais-valor*, através do mais-produto. Se tanto Petty quanto Franklin partiam dos produtores independentes que se encontravam no mercado para trocar suas mercadorias e, por isso, punham-se a questionar sobre os fundamentos das trocas, a fisiocracia, por outro lado, não se detinha ante as trocas isoladas, ao contrário, ela se punha a analisar movimento total da riqueza

---

<sup>191</sup> É fato que Quesnay utilizou o termo “valor” em sua *Análise do quadro econômico*, contudo esse termo aparecia apenas como número da riqueza. Não se tratava de uma categoria independente, algo imanente à mercadoria, como foi utilizado por Petty e Franklin, ao contrário, era apenas a medida da riqueza agrícola. Nos dois autores estudados podemos observar que o valor apareceu como fundamento das trocas – as trocas deveriam ocorrer segundo o valor das mercadorias –, aqui, diferentemente, o valor era a simples medida da riqueza, ele sequer lhe era imanente ou necessário. Nessa medida, Quesnay igualava valor a preço (Quesnay, 1766, 212) e afirmava que o dinheiro não era riqueza no sentido de seu *Quadro econômico* (Quesnay, 1766, 225); o valor aparecia assim como uma categoria desprovida de conteúdo, como uma categoria vazia.

<sup>192</sup> O *Quadro* de Quesnay pode ser resumido da seguinte forma: “No total dos 5 bilhões, repartido primeiramente entre a *classe produtiva* e a *classe dos proprietários*, sendo gasto anualmente em uma ordem regular que assegura perpetuamente a mesma reprodução anual, há 1 bilhão em compras à *classe estéril*; e a *classe produtiva*, que vende 3 bilhões em produtos às duas outras classes, destina 2 bilhões ao pagamento da renda e gasta 1 bilhão em compras à *classe estéril*; esta recebe, pois, 2 bilhões empregados em comprar da *classe produtiva* bens para a subsistência de seus agentes e matéria-primas para suas obras; e a *classe produtiva* gasta, ela própria, 2 bilhões anualmente em produtos, o que completa a despesa ou o consumo total de 5 bilhões de reprodução anual. Tal é a ordem regular da distribuição da despesa dos 5 bilhões que a *classe produtiva* faz renascer anualmente com o emprego de 2 bilhões de adiantamentos anuais, compreendidos na despesa total 5 bilhões de reprodução anual.” (Quesnay, 1766, 216)

–<sup>193</sup> os primeiros partiam das trocas singulares, do valor de troca e chegavam ao valor, a fisiocracia, por sua vez, partia do movimento total dos valores de uso e assim também chegava ao valor.

Portanto, se o primeiro movimento da fisiocracia que descrevemos foi responsável por dissolver o trabalho abstrato no trabalho concreto, logo, o valor no valor de uso; o segundo movimento foi responsável por, ao apresentar o movimento total dos valores de uso, apresentar o valor em sua forma social total, segundo o movimento total da riqueza. Assim, em seu conjunto, os valores de uso eram alçados à legítima condição de mercadorias, eles não só eram riqueza concreta como também eram riqueza que se relacionava consigo mesma, era riqueza abstrata. Era, de fato, riqueza burguesa, riqueza que não se restringia a simples identidade social das mercadorias, mas que se movia para se diferenciar quantitativamente de si mesma; era riqueza que se movia pela acumulação. Por isso, devemos tal como outrora fez Marx reconhecer que a fisiocracia apreendeu, ainda que sob o manto dos corpos das mercadorias, o mais-valor,<sup>194</sup> ao mesmo tempo que concebia indiretamente o trabalho na forma específica do trabalho agrícola como o fundamento da produção de toda riqueza, logo, também de mais-valor.<sup>195</sup>

Voltamos, pois, ao valor. O valor, que apareceu com Aristóteles como mera igualdade das trocas dissociada dos distintos corpos das mercadorias,<sup>196</sup> encontrou em Petty sua primeira determinação consistente. O inglês demarcou o campo a partir do qual toda uma geração de

---

<sup>193</sup> “Os inumeráveis atos individuais da circulação são, em massa, diretamente englobados em seu movimento social característico – na circulação entre as grandes classes sociais, com funções econômicas determinadas.” (Marx, 1885, 409)

<sup>194</sup> É nesse sentido que Marx admitiu, em consonância com Smith (Smith, 1776, 845), que a fisiocracia havia reconhecido o mais-valor: “Dado que o mais-valor se representa primeiramente em mais-produto, mas todos os outros trabalhos já são tempo *disposable* [disponível], comparados com o tempo de trabalho que é empregado na produção de meios de sustento, fica claro por que os fisiocratas fundamentam o mais-valor sobre o mais-produto na agricultura, que eles apenas falsamente consideraram como mera dádiva da natureza.” (Marx, 1861-63, 209)

<sup>195</sup> “Mas como é criado um mais-valor pelo capital, i.e., por valores existentes, mediado pelo trabalho? Nesse caso, eles descartam inteiramente a forma e consideram somente o processo de produção simples. Em razão disso, só pode ser produtivo o trabalho que tem lugar em um domínio tal que a força natural do instrumento de trabalho patentemente permite ao trabalhador produzir mais valores do que ele consome. Em consequência, o mais-valor não provém do trabalho enquanto tal, mas da força natural que é usada e comandada pelo trabalho – a agricultura. Esse é, portanto, o único *trabalho produtivo*, porque os fisiocratas já haviam compreendido que *somente o trabalho criador de mais-valor é produtivo*. [...] mas esse mais-valor se transforma furtivamente em um *quantum* maior do valor de uso que resulta da produção, acima do valor de uso que nela foi consumido.” (Marx, 1857-58, 259)

<sup>196</sup> Aristóteles foi o primeiro que “analisou a forma de valor”, a igualdade entre coisas distintas. (Marx, 1867, 135-36)

economistas políticos deveria pensar:<sup>197</sup> terra e trabalho tornaram-se os fundamentos inquestionáveis do valor. Ainda que em 1729 um jovem americano tenha revelado a verdadeira substância do valor “com uma clareza que toca quase a banalidade”<sup>198</sup>, foi a fisiocracia que alterou explicitamente a história do valor. A doutrina que virou moda na França foi responsável por impor a necessidade de se pensar sistematicamente a economia burguesa; não era mais cabível pensar a riqueza negligenciando sua totalidade. Doravante, cabia à ciência econômica não só pensar a totalidade segundo o movimento total das mercadorias como também segundo as trocas singulares, portanto a economia política deveria mostrar o movimento total das trocas sem subverter nem abandonar as trocas singulares.

---

<sup>197</sup> “Locke e North são a prova de que as primeiras intervenções ousadas que Petty operou em quase todas as esferas da economia política foram retomadas {uma por uma} e aprofundadas pelos seus sucessores. Os rastros desse processo durante o período de 1691 até 1752 se impõem ao observador mais superficial já pelo fato de que todos os escritos econômicos mais significativos que dele fazem parte tomam Petty como ponto de partida, seja positiva ou negativamente.” (Engels, 1878, 264)

<sup>198</sup> Marx, 1859, 44.

# CAPÍTULO III: APOGEU E OCASO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

A redução analítica da mercadoria a trabalho, sob a dupla forma de redução do valor de uso a trabalho concreto ou atividade produtiva para um fim determinado, e de redução do valor de troca a tempo de trabalho ou trabalho social igual, é resultado crítico das pesquisas efetuadas durante um século e meio pela economia política clássica [...].<sup>199</sup>

## 1. ADAM SMITH: O ETERNO RETORNO AO EMPÍRICO

O autor da *Riqueza das nações* é, sem dúvida, o mais importante, famoso, influente e conhecido economista de todos os tempos.<sup>200</sup> Seu legado atravessou gerações, suas ideias marcaram época, sua obra fundamentou políticas e doutrinas, seu nome tornou-se referência. Smith foi o homem que levou o pensamento liberal a um novo estágio; ele levou os princípios burgueses para o seu lugar de direito, para a economia política. Não sem motivos foi reconhecido como o pai do liberalismo econômico, como o grande homem que anunciou a base econômica e, por consequência, política de uma nova era.<sup>201</sup> Ele anunciou como nenhum outro o novo mundo, o mundo onde os maduros princípios burgueses já dominavam e articulavam as relações sociais. Nada escapava à liberdade, ao direito a propriedade e à justiça burguesa; nada consequentemente escapava ao mercado. Efetivamente, tudo era o mercado, pois o mercado tornou-se próprio à natureza humana, o homem deveio um animal barganhador e, assim, o mundo burguês já não aparecia enquanto um mundo parcial ou artificial, ele era apenas a realização do próprio homem.

---

<sup>199</sup> Marx, 1859, 42.

<sup>200</sup> Em recente pesquisa, Smith foi considerado o mais respeitável economista que escreveu antes do século XX. (Davis *et al.*, 2011)

<sup>201</sup> “Aqueles que exaltaram a obra de A. Smith como uma obra original que inaugurava uma época, evidentemente, pensavam, antes de tudo, nas orientações *políticas* que ele propunha, ou seja, no livre-cambismo, no *laissez-faire*, na administração colonial, etc.” (Schumpeter, 1954, 226)

Adam Smith anunciou a maturidade da ciência econômica,<sup>202</sup> definiu claramente seus objetos, suas regras, seus objetivos e sua história; se esforçou na hercúlea tarefa de transformá-la em um legítimo sistema, fez dela um verdadeiro ramo do saber. Ao lado da filosofia, do direito, da física se ergueu explícita e conscientemente uma nova ciência: a economia política.<sup>203</sup> Ainda que não tenha presenciado em vida o surgimento de uma verdadeira escola em seu entorno, Smith foi responsável por delimitar o caminho que seus sucessores seguiriam.<sup>204</sup> Por isso, podemos afirmar sem maiores complicações que todos os autores de economia política do início do século XIX foram diretamente influenciados por Smith.<sup>205</sup>

O escocês, diferentemente da fisiocracia, se propôs a construir uma obra capaz de abarcar consistentemente a totalidade dos assuntos econômicos, o movimento total da riqueza foi pensado sem deixar de lado nenhum momento, processo, categoria e fenômeno concernente ao mundo econômico. Nessa medida, *A riqueza das nações* aparece como uma gigantesca tentativa de construir um sistema cujas partes estavam umbilicalmente ligadas ao todo. A natureza humana, as trocas singulares, o trabalho, o capital, o desenvolvimento das forças produtivas, o dinheiro, os tributos, os salários, os lucros, as rendas, o valor, o valor real, o valor nominal, os preços, as oscilações dos preços, a oferta, a demanda, o mercado local, o mercado mundial são alguns dos incontáveis temas tratados à exaustão dentro de uma mesma obra

---

<sup>202</sup> Segundo Marx, foi James Steuart o primeiro que “tratou em seu conjunto do sistema da economia política burguesa”. Embora Steuart tenha lidado diretamente com o conjunto do sistema, foi Adam Smith aquele que operou a primeira tentativa de sistematizar esse conteúdo. James Steuart ainda lidava com as dificuldades provenientes da ainda corrente necessidade de separar “as categorias abstratas da economia política” de “seus conteúdos materiais”; não pôde, por isso, se arriscar, diferentemente de Smith, na construção de um sistema econômico genuinamente científico. (Marx, 1859de, 43 – trad. nossa.)

<sup>203</sup> A partir da publicação de *A riqueza das nações* “a economia política deixava de ser um agregado de discursos separados ou um apêndice da filosofia e do direito natural: ela emergia como uma ciência independente, dotada de uma exposição sistemática e coerente.” (Rubin, 1929, 210)

<sup>204</sup> “A julgar pela enorme influência que *A Riqueza das Nações* viria a ter como ponto de partida obrigatório inquestionável para o estudo da Economia ao longo de quase todo o século XIX, o impacto imediato de sua publicação não é impressionante. Embora saiba-se que sua primeira edição esgotou-se em seis meses, a tiragem dessa edição é desconhecida e sua repercussão não parece ter ido além do círculo restrito de intelectuais iniciados e políticos esclarecidos. A obra só é mencionada pela primeira vez com peso de autoridade em debates parlamentares por Pitt — o famoso ministro liberal, que havia conhecido Smith em 1787 e se dizia seu discípulo — em 1792.” (Fritsch, 1996, 8)

<sup>205</sup> Após a morte de Smith, a humanidade pôde presenciar o surgimento de autores como Malthus (1766-1834), Say (1767-1832), Ricardo (1772-1823), Simondi (1773-1842), James Mill (1773-1836), R. Torrens (1780-1864), Ramsay McCulloch (1789-1864), Stuart Mill (1806-1873), entre outros.

pretensamente sistêmica. O tímido esforço fisiocrata alçou com Smith a verdadeira posição de *ciência*, mais especificamente, de ciência burguesa, de ciência capaz de explicar com relativa robustez a base material sobre a qual se desenvolve a totalidade da sociedade burguesa.

Smith, adiantamos, não foi capaz de realizar sua ambição – ele não conseguiu, apesar de sua genialidade e grande dedicação, superar todas as dificuldades imanentes ao seu objeto de estudo. Mais uma vez o momento histórico determinou o limite da ciência. Smith lidou com o capital manufatureiro, com o capital que ainda não tinha feito da produção sua imagem semelhante; diferentemente da grande indústria onde o ritmo, o modo e o conhecimento do trabalho estavam postos nas máquinas, a manufatura ainda dependia em muito do ritmo, da destreza e do conhecimento do trabalhador singular.<sup>206</sup> Assim, a mesma base material que possibilitou Smith reconhecer o trabalho em sua forma geral como o sujeito criador da riqueza, não o permitiu reconhecer a submissão de tal sujeito à totalidade da produção social.

### **1.1. A divisão do trabalho e seu fundamento**

Sabemos que as categorias com as quais Smith pensou o mundo econômico se originaram de um longo esforço analítico que pouco a pouco fez das representações concretas conceitos abstratos cada vez mais finos. Das trocas efetivas, vimos, Petty chegou à terra e ao trabalho; Franklin distinguiu o segundo do primeiro e fez deste o único fundamento das trocas – o trabalho pôde, enfim, ser analisado em sua singularidade e reconhecido em seu caráter qualitativo e quantitativo; já a fisiocracia foi responsável por colocar o trabalho em relação a um sistema econômico, reconheceu por conseguinte a especificidade dessa categoria em relação a uma totalidade. O *trabalho*, a categoria com a qual Smith inicia sua obra,<sup>207</sup> está muito além da representação imediata, da imediatidade concreta, ela é antes de mais nada produto de uma longa reflexão que extraiu da matéria bruta seu conteúdo abstrato. O trabalho com o qual Smith

---

<sup>206</sup> “A queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores atravessa então todo o período da manufatura [...]. Ao mesmo tempo, a manufatura, nem podia se apossar da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em suas bases. Como obra de arte econômica, ela se erguia apoiada sobre o amplo pedestal do artesanato urbano e da indústria doméstica rural.” (Marx, 1867, 442)

<sup>207</sup> “O trabalho anual de toda nação é o fundo [*fund*] que originalmente lhe fornece todos os bens necessários à vida e ao conforto anualmente consumidos, e que consistem sempre na produção imediata do trabalho, ou em bens que essa produção permite comprar de outras nações.” (Smith, 1776, 1)

lidou é, portanto, uma categoria *abstrata*, mais exatamente, a categoria abstrata que sustenta e perpassa todo o seu sistema.<sup>208</sup>

Por um lado, a categoria trabalho resulta da realidade histórica da Inglaterra do final do século XVIII, por outro, ela é consequência de um longo esforço da reflexão. O movimento reflexivo iniciado por Petty coaduna aqui com a realidade material de uma sociedade efetivamente burguesa; não se tratava de mais uma reflexão isolada sobre a ainda incipiente sociedade moderna, mas de uma reflexão sistemática sobre uma sociedade integralmente mercantilizada.

No final do período manufatureiro inglês, na época de Smith, patenteava-se a direta relação do trabalhador com o produto do trabalho, não haviam grandes mediações no processo produtivo propriamente dito que obscureciam o protagonismo do trabalhador. O trabalhador aparecia como *sujeito* do processo de trabalho, ele era em sua singularidade fundamental para produção de qualquer riqueza; contudo a independência própria ao ato singular chocava-se com a dependência do trabalho alheio.

Vimos quando tratávamos de Petty que a modernidade surgiu com a formação do proletariado, foi através da expulsão do trabalhador do campo e de sua consequente libertação jurídica, em suma, da separação do trabalhador dos meios de produção que foram instituídas as bases para a produção capitalista e para a expansão do mercado. A moderna produção

---

<sup>208</sup> Ainda que uma certa área do pensamento tente escamotear a base do pensamento smithiano ressaltando uma série de outros elementos que também estão em suas reflexões e responsabilizando a tradição ricardiana por ter deformado “a verdadeira” teoria do valor de Smith, chega ser impossível obliterar a importância do trabalho na obra do escocês. Schumpeter, por exemplo, tentou justificar essa reprovável corrente da seguinte forma: “[...] se atribuiu a A. Smith uma teoria do valor-trabalho – ou, mais propriamente, atribuíram a ele três teorias do valor-trabalho incompatíveis entre si – quando está de todo claro, através do capítulo 6, que Smith queria *explicar* o preço das mercadorias pelo seu custo de produção, razão pela qual o dito capítulo se divide em salário, lucros e renda, os quais são ‘as fontes originais de todo rendimento, bem como de todo valor de troca’. Se trata, sem dúvida, de uma explicação bastante insatisfatória do valor, mas dá acesso, sem maiores dificuldades, a uma teoria do preço de equilíbrio e a teoria da distribuição.” (Schumpeter, 1954, 230-31 – trad. nossa) Contudo o autor, indecorosamente, se absteve de comentar que o mencionado trecho de Smith se encontra no interior da seguinte passagem: “A totalidade do que é anualmente arrecadado ou produzido pelo trabalho de toda a sociedade ou, o que vem a ser a mesma coisa, seu preço é originalmente distribuído dessa maneira entre os diferentes membros da sociedade. Salário, lucros e renda da terra são as fontes originais de todo rendimento, bem como de todo valor de troca. Qualquer outro rendimento deriva, em última análise, de uma ou outra dessas três fontes.” (Smith, 1776, 65) Ora, ainda que de fato Smith coloque essas três fontes como fundamento de toda riqueza, ele jamais deixou de concebê-las como produtos, ou mesmo formas, do trabalho. Essa passagem está, portanto, longe de revelar uma pseudo consistência de Smith sobre a “teoria do preço de equilíbrio” ou sobre da “teoria da distribuição”, ao contrário, ela é a manifestação das contradições do pensamento de nosso escocês.

manufatureira<sup>209</sup> surgiu nesse interim como a primeira forma própria ao modo de produção capitalista, conseqüentemente, seu desenvolvimento se dava naturalmente articulado ao desenvolvimento do mercado; tal forma, porém, possuía uma natureza contraditória em relação ao conceito do modo de produção capitalista. Por um lado, a manufatura estava integralmente envolvida pelo mercado: ela adquiria nele os elementos necessários à produção e depositava nele as riquezas produzidas.<sup>210</sup> Por outro, a manufatura se apresentava com certa independência em relação ao mercado, pois a produção ela mesma resultava ainda das técnicas e das habilidades próprias ao trabalho artesanal; o capital estava restringido a uma forma de organização produtiva que não respondia aos seus anseios, segue-se disso que a própria produção lhe parecia, de certo modo, estranha.<sup>211</sup> Foi essa estranheza, porém, que possibilitou a Smith não só reconhecer o papel destacado do mercado como também a lidar com o trabalho sem o véu da maquinaria, a lidar diretamente com o trabalho humano como verdadeiro produtor de riqueza. Em resumo, foram esses os motivos que levaram Smith a se pôr a refletir sobre o trabalho, mais especificamente sobre a forma interdependente do trabalho: *a divisão do trabalho*.

*A análise imediata da divisão do trabalho de Smith* sugere que o autor foi responsável por duas proezas: em primeiro lugar, ao destacar a divisão do trabalho, sintetizou o período da

---

<sup>209</sup> Trata-se aqui da divisão manufatureira do trabalho em sua forma moderna, em sua forma voltada à produção de mercadorias – de valores de troca – e não de sua forma clássica – de valores de uso – tão comum a organizações sociais pré-capitalistas como a chinesa, egípcia ou mesmo a feudal.

<sup>210</sup> “Como forma especificamente capitalista do processo de produção social [...], tal divisão [do trabalho] é apenas um método particular de produzir mais-valor relativo ou aumentar a autovalorização do capital – que também pode ser chamada de riqueza social, *Wealth of Nations* etc. – a expensas dos trabalhadores.” (Marx, 1867, 438)

<sup>211</sup> “Para o correto entendimento da divisão do trabalho na manufatura, é essencial apreender os seguintes pontos: primeiramente, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide plenamente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manuseio de seu instrumento. O trabalho artesanal permanece sendo a base, e essa base técnica limitada exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial que o produto percorre tem de ser executável como trabalho parcial artesanal. É justamente porque a habilidade artesanal permanece como a base do processo de produção que cada trabalhador passa a dedicar-se exclusivamente a uma função parcial, e sua força de trabalho é então transformada em órgão vitalício dessa função parcial.” (Marx, 1867, 413)

manufatura;<sup>212</sup> em segundo, vinculou diretamente o aumento das forças produtivas do trabalho à divisão do trabalho.<sup>213</sup> De fato, nenhum desses avanços marcaram uma grande evolução em relação ao que já havia sido tratado por Petty e por aqueles que o sucederam.<sup>214</sup> Nesse tocante, o exemplo da fábrica de alfinetes ilustra o compromisso smithiano com seus antecessores, mais especificamente com Petty e sua fábrica de relógios,<sup>215</sup> ilustra ainda o limite de seu pensamento, pois não diferenciou a divisão do trabalho no interior da fábrica da divisão *social* do trabalho.

Como bem evidenciou Marx, existem dois sentidos distintos de divisão do trabalho na sociedade moderna. A divisão do trabalho em sua forma tradicional, clássica, típica das sociedades não capitalistas, tem em vista exclusivamente o *valor de uso*, já a divisão do trabalho especificamente burguesa está vinculada à produção de *mercadorias*.<sup>216</sup> Nesse aspecto, a divisão burguesa incorpora a forma clássica, pois toda produção de mercadoria é também produção de valor de uso, e simultaneamente supera a lateralidade imediatamente concreta da produção quando reconhece o primado do *valor*. Consequentemente a divisão burguesa do trabalho possui “dois sentidos muito distintos, que são de fato complementares, mas também opostos sob certo ponto de vista”<sup>217</sup>: a divisão *manufatureira* do trabalho e a divisão *social* do

---

<sup>212</sup> “[...] o que o caracteriza [A. Smith] como economista político que sintetiza o período da manufatura é o acento que ele coloca sobre a divisão do trabalho.” (Marx, 1867, 422)

<sup>213</sup> “O mérito principal de Smith na divisão do trabalho é que ele a enfatiza e coloca em primeiro lugar, diretamente de fato, como força produtiva do trabalho (isto é, do capital).” (Marx, 1861-63, 310)

<sup>214</sup> “[...] A. Smith não concebeu nenhuma tese nova sobre a divisão do trabalho.” (Marx, 1867, 422)

<sup>215</sup> “Portanto, ao se tomar Ferguson, mestre direto de Smith, e Petty, cujo exemplo do relógio ele substituiu pelo da fábrica de alfinete, então sua originalidade consiste apenas na *exaltação* da divisão do trabalho e na sua *consideração unilateral (portanto, economicamente correta) como meio de aumento da força produtiva do trabalho*.” (Marx, 1861-63, 313)

<sup>216</sup> N’*O capital*, Marx diferenciou a concepção clássica da concepção moderna da divisão do trabalho do seguinte modo: “A economia política, que só surge como ciência no período da manufatura, considera a divisão social do trabalho do ponto de vista exclusivo da divisão manufatureira do trabalho, isto é, como meio de produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho e, por conseguinte, baratear as mercadorias e acelerar a acumulação do capital. Na mais estrita oposição a essa acentuação da quantidade e do valor de troca, os escritores da Antiguidade clássica dedicam-se exclusivamente à qualidade e ao valor de uso. Em decorrência da separação dos ramos sociais da produção, as mercadorias são mais bem-feitas, os diversos impulsos e talentos dos homens escolhem suas esferas correspondentes de atuação, pois, sem limitação, nada significativo pode ser realizado em parte alguma.” (Marx, 1867, 438-39)

<sup>217</sup> Marx, 1861-63, 301.

trabalho.<sup>218</sup> A primeira encontra-se no interior da fábrica, como esforço social para “produção de um valor de uso particular, antes que ele entre como mercadoria particular, autônoma, no mercado, na circulação”<sup>219</sup>; a segunda vai além do ato singular da produção e, nessa medida, determina a própria produção de valores de uso, uma vez que ela corresponde a articulação social total, mercantil, dos produtores independentes.<sup>220</sup>

De fato, Smith confundia os dois aspectos da moderna divisão do trabalho. Ele afirmou já no início de seu primeiro capítulo – *Da divisão do trabalho* – que seria “possível compreender mais facilmente os efeitos da divisão do trabalho sobre a atividade geral da sociedade considerando a maneira pela qual ela opera em algumas manufaturas específicas.”<sup>221</sup> Portanto ele se autorizou a apresentar a estrutura da divisão social do trabalho a partir da divisão manufatureira do trabalho.<sup>222</sup> Essa identidade, porém, como sabemos, não se reduz a mera analogia, ela oculta a própria essência específica da moderna divisão do trabalho: o mercado.<sup>223</sup> O raciocínio de Smith, contudo, teve uma base real muito forte, ele reproduziu a estrutura contraditória do período manufatureiro, pois, como afirmamos, o mercado aparecia efetivamente à margem do processo de trabalho – as manufaturas, por terem se instaurado sobre a base do artesanato, comportavam-se como unidades produtivas autônomas, logo, o processo de trabalho aparecia como voltado sobre si mesmo, como mera produção de valores de uso. Conseqüentemente, o mercado aparece nesse momento d’*A riqueza das nações* como elemento secundário, como elemento, por um lado, dispensável no interior das fábricas, por outro lado, facilitador das trocas entre unidades produtivas independentes.

---

<sup>218</sup> Seguimos as nomenclaturas sugeridas por Marx n’*O capital*: Marx, 1867, 428. Quando tratamos da unidade de ambas, utilizamos simplesmente a expressão “divisão do trabalho”.

<sup>219</sup> Marx, 1861-63, 300.

<sup>220</sup> O tópico Divisão do trabalho, da recém traduzida *Para crítica da economia política – Manuscritos de 1861-1863*, cadernos I a V, é uma das melhores exposições de Marx sobre o assunto.

<sup>221</sup> Smith, 1776, 7.

<sup>222</sup> “Para Smith, a totalidade da sociedade aparece como uma gigantesca manufatura onde o trabalho é dividido entre milhares de empresas separadas, porém mutuamente complementares.” (Rubin, 1929, 228)

<sup>223</sup> “Mas, apesar das inúmeras analogias e nexos entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na oficina, a diferença entre elas é não apenas de grau, mas de essência. [...] Mas o que estabelece a conexão entre os trabalhos autônomos do criador de gado, do curtidor e do sapateiro? A existência de seus respectivos produtos como mercadorias. O que caracteriza, ao contrário, a divisão manufatureira do trabalho? Que o trabalhador parcial não produz mercadoria.” (Marx, 1867, 428-49)

Embora Smith tenha colocado em destaque a divisão manufatureira do trabalho e tenha reduzido o mercado à coadjuvância, ele não perdeu de vista a natureza própria à sociedade burguesa – salta aos olhos a importância dada pelo autor ao aumento das forças produtivas do trabalho. Smith mostrou, assim, seu compromisso com a sociedade mercantil e com toda economia política. Não se tratava da produção voltada para o valor de uso mais belo, mais bem feito ou mais útil, mas da produção voltada para o aumento dos valores de uso. Portanto, ainda que o autor tenha tratado da divisão do trabalho à margem do mercado, ele não perdeu de vista o movimento próprio à produção burguesa, o movimento de acumulação e expansão da riqueza.

Porém, quando nos restringimos à *análise imediata da divisão do trabalho de Smith*, devemos reconhecer o movimento de acumulação e expansão da riqueza como resultado da própria divisão do trabalho, ou seja, da organização do trabalho capaz de aumentar a quantidade de valores de uso. Nesse sentido, a divisão do trabalho não aparecia só como *meio*, mas também como *fundamento* para o aumento da produção. Portanto vemos apenas o movimento objetivo da produção de valores de uso como base para o aumento da quantidade de valores de uso, em outros termos, só lidamos com os valores de uso. Voltamos, assim, ao problema que encontramos na fisiocracia, uma vez que, tal como ela, Smith afirmava o valor de uso em detrimento do valor; este desaparecia enquanto momento da riqueza, ao revés, a riqueza aparecia enquanto pura soma de valores de uso, como um agregado de coisas. O *valor* não aparecia como essencial ao produto do trabalho, logo, temos aqui o *não* reconhecimento da mercadoria.<sup>224</sup>

Entretanto, para compreendermos a genialidade de Smith, não podemos nos ater à *análise imediata de sua divisão do trabalho*. Está claro, pois, que para ele a essência da sociedade não se encontrava na divisão do trabalho, mas na natureza humana. Intuitivamente, Smith parecia ter reconhecido que não existia nenhum elemento próprio ao seu conceito de divisão do trabalho que impulsionava o desenvolvimento das forças produtivas. A mera possibilidade do aumento quantitativo de valores de uso não era suficiente para justificar o movimento incessante de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho, logo, da produção de valores de uso. A divisão do trabalho não poderia, portanto, instituir a própria

---

<sup>224</sup> Nesse sentido, não surpreende que Marx tenha afirmado que Smith, no fundo, “põe mais-valor tão somente na medida em que, na divisão do trabalho, o excedente aparece como dádiva natural, como força natural da sociedade, como a terra, no caso dos fisiocratas. Daí a grande importância que A. Smith confere à divisão do trabalho.” (Marx, 1857-58, 260)

divisão do trabalho, ela precisava resultar de algo que a ultrapassava. Assim, abruptamente e em consonância com seu tempo, Smith iniciou seu segundo capítulo afirmando que certa “propensão a cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra” era algo “comum a todos os homens”, era o fundamento da bela divisão do trabalho.<sup>225</sup>

Adiantamos que o pensamento robinsonado encontrava na eterna forma pura do homem as características fundamentais do prosaico homem historicamente determinado. Aqui, sem dúvida, Smith patenteia nossa reflexão, pois ele assumiu terminantemente que uma certa propensão às trocas fazia parte da natureza humana. Sabemos, porém, que tal propensão somente é natural ao homem da moderna sociedade burguesa e não aos homens de outras formas de organização social – nas sociedades feudais, por exemplo, as trocas se encontravam à margem da estrutura social, eram criticadas e perseguidas, eram vistas como comportamentos escusos e distantes da verdadeira essência humana. Portanto, quando tomamos o fundamento axiomático de Smith à luz da moderna sociedade burguesa, ou seja, à luz de uma sociedade de indivíduos autônomos articulados pelo mercado, reconhecemos que o escocês foi o primeiro a identificar a *natureza social*, a *essência própria à moderna sociedade burguesa*. A propensão às trocas surgia assim como o elemento da essência humana capaz de amalgamar a sociedade preservando a autonomia de seus membros.<sup>226</sup>

Se por um lado, a propensão natural às trocas possibilitou que Smith concebesse uma verdadeira sociedade mercantil, por outro, ela foi responsável por exprimir a superioridade de seu conceito de divisão do trabalho. É verdade que em um primeiro momento, Smith nos tencionou a acreditar que o desenvolvimento da divisão do trabalho, das forças produtivas, estava vinculado ao aumento da produção de riqueza material, de valores de uso; contudo, ao iniciar o segundo capítulo de sua obra – *Do princípio que dá origem à divisão do trabalho* –, ele colocou a divisão do trabalho sobre um fundamento totalmente moderno. O escocês apresentou sem nenhum titubeio a propensão às trocas como fundamento de toda divisão do

---

<sup>225</sup> Smith, 1176, 18.

<sup>226</sup> “Como Smith transpõe o hiato que separa seu indivíduo abstrato da sociedade capitalista de mercadorias? Fiel aos seus princípios individualistas originais, Smith se move a partir do indivíduo em direção à sociedade. Ela é composta de indivíduos separados, independentes: o fenômeno social é o resultado desses diferentes indivíduos em interação uns com os outros; a unidade social [...] é produzida a partir desses interesses individuais, e sua coesão é mantida por meio deles. [...] A *sociedade*, vista como unidade econômica, é uma *sociedade de troca* na qual os indivíduos entram movidos por seus *interesses pessoais*.” (Rubin 1929, 216-17) Rubin esqueceu, porém, de dizer que tais interesses foram incorporados à natureza humana através da chamada propensão natural às trocas.

trabalho; superou, desse modo, o limite da divisão manufatureira do trabalho afirmando sua essência social. O mercado surgia como consequência necessária da propensão ao câmbio, ele era o espaço onde os indivíduos autônomos do mundo burguês se encontravam e realizavam suas pulsões mercantis; era, de fato, o espaço da sociabilidade, o espaço onde os atos independentes se confrontavam uns com os outros; em outras palavras, o mercado surgia como espaço amalgamador da sociedade de indivíduos autônomos propensos às trocas. A produção em sua forma cindida e articulada – a divisão do trabalho – objetava algo além do que o próprio produto do trabalho. O valor de uso em si não respondia às aspirações da divisão do trabalho. Ela exigia que a produção se voltasse para terceiros, pois só assim cada indivíduo poderia apropriar-se do produto dos demais e, conseqüentemente, suprir a necessidade natural do câmbio. Portanto a divisão do trabalho de Smith não se limitava mais à produção de valores de uso, ele a concebia, efetivamente, como produtora de *valores*, logo, de *mercadorias*.

Foi Smith o primeiro a estabelecer que toda produção possuía uma certa essência mercantil, logo, que toda produção em última instância estava direcionada para o mercado. Não podemos afirmar desse modo, tal como outrora fez Marx, que o conceito de divisão do trabalho de Smith muito pouco avançou em relação àqueles que o precederam. Ao contrário, o conceito smithiano superou em muito seus antecessores, porém tal avanço só pode ser reconhecido à luz do fundamento da divisão do trabalho, da propensão às trocas. Se permanecermos sob tutela exclusiva do primeiro capítulo d'*A riqueza das nações* estaremos fadados a lidar com a analogia falaciosa da sociedade grande fábrica, porém, quando avançamos a leitura e tomamos o axioma da propensão às trocas, somos obrigados a reconhecer que o autor deixou ao relento suas inflexões iniciais e se dedicou a observar o movimento social em torno do mercado.

## **1.2. O recuo**

O mercado aparece já no terceiro capítulo – *A divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado* – explicitamente como determinante da divisão do trabalho. A toda poderosa divisão do trabalho de Smith sucumbia ali violentamente às vicissitudes do mercado: se o mercado era muito reduzido, ninguém encontrava estímulo para dedicar-se exclusivamente

a uma atividade,<sup>227</sup> se o mercado era desenvolvido, todo homem poderia dedicar-se a um trabalho específico e trocar o que excedesse seu consumo “por produto do trabalho de outros homens”<sup>228</sup>. Portanto não era a divisão do trabalho que originava o mercado,<sup>229</sup> mas o poder de troca, o tamanho do mercado, em última instância, o próprio mercado que ensejava a divisão do trabalho.<sup>230</sup>

Aqui se torna assombrosa a proximidade de Smith e Franklin. Lembremos que o americano pressupôs a diversidade de produtos do trabalho, logo, a divisão do trabalho para buscar o elemento que determina as trocas. Na oportunidade, o dinheiro aparecia como um mero *meio de troca*, como uma invenção social facilitadora do intercâmbio de mercadorias. Esse movimento é essencialmente o mesmo feito por Adam Smith em seu quarto capítulo. O autor anunciou que com o pleno desenvolvimento da divisão do trabalho as relações sociais são verdadeiramente mercantis, o dinheiro surgia nesse momento tal como aparecera para Franklin, como meio facilitador das trocas, como *meio de troca*. As semelhanças, entretanto, não se encerram na função do dinheiro. Smith observou em seu quinto capítulo, tal como Franklin outrora fizera, que o dinheiro, em especial em sua forma metálica, estava submetido às mesmas vicissitudes das demais mercadorias, portanto também ele não tinha valor fixo.<sup>231</sup> Logo, o dinheiro não poderia ser “a verdadeira medida”<sup>232</sup> das demais mercadorias; dever-se-ia buscar algo outro capaz de se apresentar como a verdadeira medida de todas as mercadorias.

---

<sup>227</sup> Smith, 1776, 23.

<sup>228</sup> Smith, 1776, 29.

<sup>229</sup> Smith, lembremos, desenvolve a teoria da divisão do trabalho naturalizando a propensão às trocas, assim, ainda que ele tenha proporcionado gigantescos ganhos à economia política, ele subverte o desenvolvimento histórico efetivo (Marx, 1859, 48). Todavia vale esclarecer que a antecedência histórica não significa antecedência lógica (Marx, 1857-58, 60), nesse sentido, Smith fez coincidir sua teoria com o conceito do modo de produção capitalista. Assim, o mercado determinava o movimento da produção, uma vez que este estava voltada para aquele; a troca era logicamente pressuposta para a produção burguesa, pois a própria finalidade da produção era a produção de mercadorias, logo, de objetos cambiáveis.

<sup>230</sup> “Como é o poder de troca que origina a divisão do trabalho, a extensão dessa divisão deve ser sempre limitada pela extensão desse poder, ou, em outras palavras, pela extensão do mercado.” (Smith, 1776, 23)

<sup>231</sup> “Ouro e prata, contudo, como qualquer outra mercadoria, variam de valor, sendo algumas vezes mais baratos, outras mais valiosos, algumas vezes mais fáceis de adquirir, outras mais difíceis. A quantidade de trabalho que uma certa quantidade desses metais permite comprar ou controlar, ou a quantidade de outras mercadorias por que é possível trocá-los, depende sempre da fertilidade ou esterilidade das minas exploradas no momento em que tais trocas se realizam.” (Smith, 1776, 41)

<sup>232</sup> Smith, 1776, 36.

Consequentemente, Smith anunciava *o trabalho* como essa verdadeira medida do valor de troca.<sup>233</sup>

Notemos que uma vez que Smith deslocou sua análise para o mercado, ele operou tal como Franklin fizera décadas antes. Ambos reconheceram a riqueza como uma diversidade de objetos, ambos reconheceram o mercado como o espaço das trocas desses objetos, ambos reduziram o dinheiro a mero meio de troca, ambos superaram o ponto de vista mercantilista e ambos encontraram o trabalho como *a verdadeira medida das trocas*. Da análise do mercado que pressupunha a diversidade de mercadorias, chegaram ao trabalho. Entretanto, bem antes de se por a analisar o mercado, Smith já havia desenvolvido de forma bastante proveitosa a teoria da divisão do trabalho fundada na propensão às trocas. Portanto o mercado que Smith analisou estava longe de ser o mesmo de Franklin; não se tratava de algo *dado*, mas de algo que já fora pensado, lavrado, desenvolvido. Enquanto Franklin partira do mercado em sua imediatividade e dele iniciava sua análise, Smith analisava um mercado cujo conteúdo já havia sido largamente desenvolvido, seu pensar já era assim um retornar sobre si mesmo.

O procedimento geral de Smith indica mais uma vez a maturidade de sua ciência. Com ele temos uma verdadeira tentativa de construir um sistema econômico, um sistema voltado sobre si mesmo. A categoria com a qual Smith iniciou sua obra, o trabalho, torna-se objeto da reflexão científica. O trabalho não aparecia em sua obra como mero axioma, como fundamento incontestável da ciência, ao contrário, ele se tornava objeto de análise da própria ciência – a categoria encontrada a partir da análise do mercado já era um pressuposto do próprio mercado.

Sabemos, porém, que Smith não dominava plenamente o conhecimento científico; ele ainda se regia por concepções filosóficas atrasadas e por isso respondia às demandas próprias de seu conhecimento apelando para as robinsonadas e com atabalhoados movimentos em direção ao fenômeno. Assim, ao invés de caminhar em direção aos verdadeiros fundamentos abstratos do trabalho, para a amorfa substância social, para o que Marx chamou posteriormente

---

<sup>233</sup> “O trabalho é, pois, a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. [...] O que compramos, com dinheiro ou em troca de outros bens, é adquirido pelo trabalho, exatamente como o que obtemos com o esforço de nosso próprio corpo.[...] O trabalho foi o primeiro preço, a moeda original com que se pagaram todas as coisas. Não foi com ouro ou prata, mas com trabalho, que toda riqueza do mundo foi originalmente adquirida; e seu valor, para os que o possuem e desejam trocá-lo por novos produtos, é precisamente igual à quantidade de trabalho que lhes permitem comprar ou ter à disposição.” (Smith, 1776, 38-39)

de “simples geleia de trabalho humano indiferenciado”<sup>234</sup>, Smith voltava para a manifestação empírica do valor – para o *valor de troca*. Não era cabível àquele escocês tão atrelado ao seu tempo desbravar com desenvoltura as perigosas águas do mar das abstrações; nada mais natural que o movimento intuitivo de Smith em direção à praia. Assim, Smith se via obrigado a abandonar o caráter “extremamente abstrato”<sup>235</sup> de sua ciência e a trazer, a um só golpe, à terra toda reflexão pura concernente ao trabalho e ao valor.

O pensamento, é verdade, nem por isso deixou de se pôr sobre o trabalho, contudo tal retorno não respondia plenamente às exigências dessa categoria. O pensamento estava também desejoso em responder às exigências de sua própria natureza – “o grande empirismo desaba[va] na falsa metafísica, na escolástica, a qual se complica[va] ao derivar diretamente da lei geral, através de uma simples abstração formal, um fenômeno empírico indiscutível; ou de colocá-lo em conformidade com uma reta-racionalidade.”<sup>236</sup> O ainda imaturo empirismo inglês não conseguia dar prosseguimento a suas reflexões puras, ele apressadamente experimentava suas frágeis leis sob os fenômenos; as leis, que obviamente eram incapazes de explicar os mesmos, eram assim rapidamente relegadas; delas apenas as sombras permaneciam na narrativa. Desprovido de leis capazes de dar cabo dos fenômenos, o pensamento se voltava mais uma vez sobre a imediatidade empírica; as leis anteriormente desenvolvidas não eram mais do que sombras, nada faziam, nada forçavam, estavam lá apenas como lembrança. Como lembranças efetivamente eram reconhecidos, como lembranças de um tempo inóspito onde tudo ocorria segundo um mundo imaginário, onde as leis não precisavam ser confrontadas à realidade empírica, onde toda empiria não era mais do que a realização das leis sonhadas. Assim, o mesmo golpe que trazia à terra as puras reflexões concernentes às nossas tão caras categorias, lançava aos céus a preciosa terrenidade dos empiristas.

Nessa medida, quando Smith abriu o quinto e mais importante capítulo de sua obra – *Do preço real e nominal das mercadorias, ou de seu preço em trabalho e em dinheiro* – afirmando que “o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e não pretende utilizá-la ou consumi-la, mas trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que tal mercadoria lhe permite comprar ou comandar”<sup>237</sup>, ele abandonava a “simples geleia de

---

<sup>234</sup> Marx, 1767, 116.

<sup>235</sup> Smith, 1776, 37.

<sup>236</sup> Marx, 1862-63a, 55 – trad. nossa.

<sup>237</sup> Smith, 1776, 38.

trabalho humano indiferenciado” e em seu lugar colocava o concreto e tangível trabalho de um homem. O trabalho deixava de ser tomado como forma universal da riqueza, como trabalho indiferenciado, como *trabalho abstrato* e passava a ser tratado como forma singular da riqueza, como trabalho específico, como *trabalho concreto*. Sem nenhum constrangimento Smith relegou ao segundo plano os desenvolvimentos realizados nos primeiros capítulos de sua obra e passou a analisar a forma concreta do trabalho, mais exatamente, o autor passou a refletir sobre o fundamento do *valor* a partir da forma *concreta* do trabalho. Smith retornava ao momento em que Franklin se encontrava, ele se punha a analisar a imediatidade das trocas e a partir delas se esforçava para encontrar o elemento que as determinava. Smith mais uma vez retornava ao ponto de partida.

Quando tratamos do pensamento de Petty e Franklin, afirmamos que o valor ainda não se diferenciava do valor de troca; com a fisiocracia o valor deu um grande passo, embora tenha ficado sob a sombra do valor de uso; com Smith, enfim, o valor apareceu manifestamente. Ao analisar a divisão do trabalho sob o véu da produção dos valores de uso, Smith repetiu o esforço fisiocrata, mas, quando se pôs a analisar a divisão do trabalho sustentada pela propensão às trocas, apreendeu todos os atos singulares como essencialmente idênticos, assim, as trocas singulares não se restringiam a si mesmas, mas faziam parte de um movimento social total cuja essência era partilhada por todos os homens e cujo ato unia esses mesmos homens. Portanto, foi na obra de Smith que o *valor* – enquanto puro elemento social que põe e resulta das trocas singulares, enquanto “a forma mais abstrata” e “também mais geral do modo burguês de produção”<sup>238</sup> – apareceu como pleno de conteúdo. O já pleno de conteúdo e manifesto valor que grassava na obra de Smith não foi todavia reconhecido pelo escocês. Sua forma abstrata, pura, não era tomada enquanto tal. Smith, munido pelo espírito de seu tempo, rompia com qualquer ato que caminhava em direção ao abstrato e deslocava-se apressadamente para o concreto mundo fenomênico. Ele intuitivamente rejeitava o mundo abstrato do valor e deslocava sua atenção para o prosaico mundo do valor de troca, ele se limitava à *concreta* relação das trocas e, nessa medida, não conseguia apreender a relação social total que geria as próprias trocas. O caráter abstrato da sociabilidade era assim relegado a instâncias estranhas às

---

<sup>238</sup> Marx, 1867, 154.

trocas singulares, logo, nosso tão caro valor era reduzido a sua forma prosaica de *valor de troca*.<sup>239</sup>

O tão famoso capítulo quinto d'*A riqueza das nações* foi, assim, responsável por um grande retrocesso: nele o *trabalho abstrato* e *valor* desabam respectivamente sobre a materialidade imediata do *trabalho concreto* e do *valor de troca*. Como um passe de mágica, o tão desenvolvido pensamento que surgiu nos primeiros capítulos parecia voltar à estaca zero.

### 1.3. A medida subjetiva do valor: quantidade de sacrifício

Partindo de representações concretas das trocas, Smith reconhecia que o movimento da troca não se restringia à mercadoria desejada, nem tampouco à possuída; diferentemente, as trocas eram realizadas pela projeção da “labuta”, do “esforço” executado para produzir sua própria mercadoria em outra desejada ou, nas palavras do autor, “o que qualquer coisa vale realmente para o homem que a adquiriu, e que deseja dispor ou trocá-la por alguma outra coisa, é a labuta e o esforço que tal coisa lhe pode poupar, atribuindo-os a outra pessoa.”<sup>240</sup> Assim, o autor refletia aquele que comercializava sobre si mesmo por intermédio da mercadoria alheia; a relação social, de fato, aparecia aqui como seu contrário, como a relação de um proprietário com o objeto de seu desejo.

Marx nos ofereceu uma brilhante apresentação sobre o movimento que Smith inconscientemente realiza. Em primeiro lugar, devemos nos atentar para o fato de que nosso objeto de análise é a representação concreta das trocas, ou seja, não se trata do puro valor, mas de sua forma manifesta: o valor de troca. Essa forma manifesta, conseqüentemente, só aparece quando dois proprietários se confrontam no mercado: dois homens possuem cada qual uma determinada mercadoria que não tem, para seu respectivo proprietário, “nenhum valor de uso

---

<sup>239</sup> Marx nos alerta sobre as dificuldades concernentes ao pensamento que não conseguiu diferenciar o valor do valor de troca, a forma pura da forma manifesta do valor – “Uma das insuficiências fundamentais da economia política clássica está no fato de ela nunca ter conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma do valor que o converte precisamente em valor de troca. Justamente em seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, ela trata a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor. A razão disso não está apenas em que a análise da grandeza do valor absorve inteiramente sua atenção. Ela é mais profunda. A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e, ao mesmo tempo, um tipo histórico.” (Marx, 1867, 155)

<sup>240</sup> Smith, 1776, 38.

imediatos”, pois, do contrário, ela não seria levada ao mercado, portanto, para cada um, “o único valor de uso que” sua própria mercadoria “possui diretamente é o de ser suporte de valor de troca e, portanto, meio de troca.” Se, por um lado, cada proprietário só vê em sua mercadoria o *meio* para adquirir outra, por outro, conseqüentemente, a mercadoria desejosa aparece como a *finalidade* da troca. Assim, quando dois proprietários utilizam de sua própria mercadoria para adquirir a de seu par, estabelecem uma relação social, contudo tal relação, segundo a perspectiva de cada um dos seus participantes, não passa de uma relação voltada sobre si mesmo que utiliza do outro para ser satisfeita. “Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual”, ela aparece como seu contrário, como uma não relação social.<sup>241</sup> Quando restringimos nosso olhar para apenas um dos proprietários, tal não relação social salta aos olhos. O proprietário leva ao mercado um valor de uso que não lhe tem serventia; lá ele encontra um outro valor de uso que, esse sim, parece-lhe útil; assim, ele aliena sua mercadoria em troca da que deseja. Esse processo pressupõe, por óbvio, um outro proprietário, porém, restringido ao primeiro, não temos outra coisa senão uma relação de um proprietário que utiliza de sua propriedade como equivalente de uma outra para realizar seu próprio desejo; logo, seu agir pode ser resumido a uma relação voltada sobre si mesmo que é intermediada por um outro.

O homem voltado sobre si mesmo por intermédio do objeto alheio reconhece conseqüentemente o produto que aliena apenas como *meio* para realização de seu verdadeiro prazer. Portanto sua propriedade não pode aparecer por si mesma como algo substancial, por conseqüência, a *própria produção dessa mercadoria não pode aparecer como algo substancial*. A produção da mercadoria alienável aparece assim como uma maldição necessária para que o proprietário realize seus prazeres. Nesse sentido, Smith via estritamente o subjetivo lado perverso do trabalho – ele o via como “custo”, como “labuta” (*toil*), como “esforço” (*trouble*) e como “sacrifício” da tranquilidade, da liberdade e da felicidade.<sup>242</sup> Portanto o trabalho em si não era fundamento do valor, não era sua substância, não criava valor. O trabalho, diferentemente, era reduzido a algo puramente psicológico, era “a *relação subjetiva do trabalhador assalariado [com a] sua própria atividade*”. O trabalho, enquanto substância do

---

<sup>241</sup> Marx, 1867, 160-61.

<sup>242</sup> Smith, 1776, 38, 41-42.

valor, desaparecia;<sup>243</sup> restava apenas o sentimento comum a todos trabalhadores, a saber, que “um *determinado quantum de trabalho é sempre um determinado quantum de trabalho*”, que toda quantidade igual de trabalho “é um *sacrifício quantitativamente da mesma magnitude*.”<sup>244</sup> Assim, a relação subjetiva reduzia a substância do valor a mera *grandeza subjetiva do valor*. O trabalho que outrora era a substância da riqueza total tornava-se apenas uma determinada quantidade de trabalho, um número, o índice do sacrifício partilhado por todos os trabalhadores.

Notemos, porém, que a relação construída por Smith não poderia encerrar-se em si – ela pressupunha uma clara e imediata apresentação da quantidade de trabalho. O escocês que sabia que as trocas não poderiam se dar consultando o relógio, haveria, portanto, de buscar algo que transcendesse a própria quantidade de trabalho e que ao mesmo tempo se relacionasse com ela. Surgem assim duas categorias sem destaque em sua obra, mas cuja função nos é bastante cara: o “regateio” e a “negociação do mercado”. Elas funcionariam “de acordo com aquela espécie de igualdade tosca que, apesar de inexata, é suficiente para levar a cabo as atividades da vida cotidiana.”<sup>245</sup> Ou seja, a própria realização das trocas deveria estar além da determinação imediata e mecânica da quantidade de trabalho, ela dependia da própria dinâmica das negociações mercantis, da crença que distintos proprietários livres realizariam tendencialmente uma justa troca por projetarem na mercadoria desejada o esforço que realmente despenderam

---

<sup>243</sup> Marx destacou essa reflexão de Smith em contraposição com sua teoria do valor, aqui, porém, restringimo-nos a transcrever apenas as passagens relativas a Smith: “‘Tu trabalharás com o suor de teu rosto!’, foi a maldição que Jeová lançou a Adão. E assim, como maldição, A. Smith concebe o trabalho. O ‘repouso’ aparece como o estado adequado, sinônimo de ‘liberdade’ e ‘felicidade’. [...] O trabalho considerado simplesmente como *sacrifício* e, por isso, como algo que põe valor, como *preço* que é pago pelas coisas e que, por essa razão, lhes confere preço conforme custem mais ou menos trabalho, é uma determinação puramente *negativa*. [...] Algo puramente negativo não cria nada. [...] A negação do repouso como mera negação, como sacrifício ascético, nada cria. *Alguém pode se mortificar, se flagelar etc. o dia todo, como os monges etc., e esse quantum de sacrifício que faz não dá em nada*. O preço *natural* das coisas não é o sacrifício feito por elas. Isso lembra antes a concepção não industrial que pretende conseguir a riqueza mediante o sacrifício aos deuses. [...] A. Smith considera o trabalho psicologicamente, de acordo com o prazer ou a insatisfação que causa no indivíduo. [...] Ademais, a *concepção de sacrifício* smithniana, que, aliás, expressa corretamente a *relação subjetiva do trabalhador assalariado à sua própria atividade*, não soluciona o que ele pretende – a saber, a determinação do valor pelo tempo de trabalho.” (M, 1857-58, pp. 509-512)

<sup>244</sup> Marx, 1857-58, 508. Nas palavras de Smith temos as seguintes afirmações: “É possível afirmar que iguais quantidades de trabalho, em todos os tempos e lugares, possuem o mesmo valor para o trabalhador. Em seu estado normal de saúde, de força e de disposição, em seu grau comum de habilidade e destreza, o trabalhador sempre deve sacrificar a mesma porção de sua tranquilidade, sua liberdade e felicidade.” (Smith, 1776, 41-42)

<sup>245</sup> Smith, 1776, 40.

na produção das mercadorias que alienavam. A justa troca estava portanto submetida a separação de produção e circulação, estava submetida a separação da quantidade de trabalho e da efetiva proporção das trocas.

Smith nesse momento tinha em mente as trocas singulares de dois objetos, de dois produtos do trabalho, desse modo, o trabalho não aparecia imediatamente como elemento constituinte da troca, ele estava apartado da circulação. Tratava-se do comércio corriqueiro, do tráfico que lidava apenas com “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”<sup>246</sup>, portanto tratava-se de trocas que não lidavam imediatamente com a quantidade trabalho, logo, com a grandeza do valor. Assim, era “mais natural estimar” o valor de troca de uma dada mercadoria, de um dado produto do trabalho, “pela quantidade de alguma outra mercadoria do que pela quantidade de trabalho que ela pode comprar.”<sup>247</sup> O movimento das trocas de produtos do trabalho tendiam a expressar seu valor em um outro produto do trabalho, a saber, no dinheiro, no ouro, na prata, etc. Perspicazmente, Smith reconheceu que tal movimento ocultava aquilo que determinava a proporção tendencial das próprias trocas: não era a quantidade de trabalho, mas sim o dinheiro que se apresentava como medida universal das mercadorias. Contudo nosso autor reconheceu que no comércio corriqueiro, no tráfico de produtos do trabalho, nenhuma mercadoria poderia servir de medida fixa do valor de troca, pois o ouro, a prata, o trigo, etc. estavam sujeitos a variações nas respectivas quantidades de trabalho requeridas para sua produção. Portanto, nesse tipo de comércio, além das trocas estarem submetidas “aquela espécie de igualdade tosca”, nenhuma mercadoria teria fixa sua quantidade de trabalho, logo, seu valor. Como sabemos, “a mercadoria que varia continuamente em seu próprio valor nunca pode ser uma medida exata do valor de outras mercadorias”<sup>248</sup>, por isso o dinheiro exprimia o preço nominal e não o preço real das mercadorias.<sup>249</sup> Smith estava assim de frente com o mesmo

---

<sup>246</sup> Marx, 1867, 147.

<sup>247</sup> Smith, 1776, 40.

<sup>248</sup> Smith, 1776, 41.

<sup>249</sup> “O mesmo preço real exprime sempre o mesmo valor; mas, por conta das variações no valor do ouro e da prata, o mesmo preço nominal exprime, às vezes, valores muito diferentes.” (Smith, 1776, 42-43)

problema que outrora Franklin estivera: qual era a mercadoria capaz de ser a “medida-padrão”<sup>250</sup> de todas as outras?

O mesmo problema que retornava após quase meio século recebeu inicialmente a mesma solução. Smith, tal como Franklin, “tomou da prática industrial a representação corrente do fabricante que compra e paga o *trabalho* de seu trabalhador”<sup>251</sup> e incorreu conseqüentemente no erro de acreditar que a mercadoria força de trabalho era o próprio trabalho. No presente caso, o trabalho – ainda que reduzido a mera quantidade subjetivamente compartilhada por todos os trabalhadores, ou seja, desprovido de qualquer substancialidade – permanecia como fundamento abstrato da grandeza do valor, já o trabalho no sentido corriqueiro importado da prática industrial por Franklin e Smith era algo muito concreto, era uma mercadoria que poderia ser a todo instante comprada ou vendida, usada ou descartada. Portanto, ao identificar trabalho no primeiro sentido com trabalho no segundo, nossos autores fizeram de um ser puramente abstrato o mesmo que um ser pleno, concreto, existente, efetivo. Smith, mais do que Franklin, uma vez que reduziu trabalho a mera quantidade de sacrifício, identificou duas coisas distintas: identificou *quantidade de trabalho* enquanto grandeza subjetiva do valor com a *força de trabalho* – mercadoria real que como todas as outras é a unidade de valor de uso e valor, é coisa social. Mais uma vez, o pensamento desabava despudoradamente das excelsas abstrações nas mais ordinárias concretudes e, assim, conseqüentemente, a aparente solução para o problema da “medida-padrão de valor”<sup>252</sup> levava Smith a problemas ainda mais complexos.

O gênio smithiano merece, porém, o mesmo elogio outrora recebido por Petty: “até quando toma um rumo equivocado ele é genial.”<sup>253</sup> Smith não se restringiu imediatamente à supracitada identidade, ao contrário, ele avançou vorazmente sobre ela na tentativa de achar seu verdadeiro fundamento. Não se tratava da simples igualdade de trabalho e trabalho, mas da coerente apropriação do trabalho enquanto quantidade, enquanto um dado *quantum* de sacrifício, enquanto um índice subjetivo partilhado por todos os produtores. Nesse sentido, Smith concluiu que tal índice não só era partilhado por aqueles que já haviam trabalhado, como

---

<sup>250</sup> A categoria ricardiana expressa plenamente o sentido aqui tratado. Ricardo foi aquele que analisou pela primeira vez de maneira aprofundada as dificuldades decorrentes da busca de uma mercadoria que teria eternamente o mesmo valor, a mesma quantidade de trabalho. (Ricardo, 1817, cap. 1)

<sup>251</sup> Engels, 1891, 594 – trad. nossa.

<sup>252</sup> Ricardo, 1817, 25.

<sup>253</sup> Engels, 1878, 259.

também por aqueles que haveriam de trabalhar; portanto também a força de trabalho seria regulada pelo mesmo princípio das demais mercadorias, a saber, pela projeção da labuta, do esforço, do sacrifício realizado ou em potência<sup>254</sup> em uma mercadoria alheia. Assim, o autor desconsiderava o caráter concreto da mercadoria força de trabalho e a transformava em uma mera propriedade potencial daquele que a possuía. A força de trabalho como qualquer outra mercadoria era apenas meio necessário para a realização da troca de sacrifícios equivalentes – ela perdia sua concretude para se tornar mera quantidade de trabalho, mera medida universal de sacrifício. Ela se diferenciava apenas por ser meio de natureza *aparentemente* idêntica àquilo que quantificava o sacrifício – a quantidade de trabalho. Graças a tal identidade aparente, Smith acreditou que o valor de troca da força de trabalho era igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria especial disponibilizava; portanto o valor de troca da força de trabalho seria a medida-padrão, fixa, invariável e patente de todas as mercadorias.<sup>255</sup> Consequentemente, todas as mercadorias poderiam expressar seu valor de troca, sua quantidade de trabalho, na mercadoria força de trabalho; o problema da “igualdade tosca” estaria assim superado, portanto o “regateio” e a “negociação do mercado” eram relegados às trocas corriqueiras que poderiam a todo instante ser traduzidas no valor da força de trabalho.<sup>256</sup>

Devemos reconhecer o quão genial foi a solução smithiana, mas não podemos perder de vista as armadilhas que ela nos guarda. Notemos que Smith parte de um pressuposto extremamente delicado, a saber, que “é possível afirmar que iguais quantidades de trabalho, em todos os tempos e lugares, possuem o mesmo valor para o trabalhador.”<sup>257</sup> Ora, foi o próprio Smith quem afirmou que se pode comprar e vender força de trabalho abaixo ou acima de seu

---

<sup>254</sup> Foi graças à forma potencial do trabalho próprio à força de trabalho que Smith afirmou que “a maior parte das pessoas, ademais, compreende melhor o significado de uma quantidade de uma certa mercadoria do que de uma quantidade de trabalho. Uma consiste num objeto simples e palpável; a outra, numa noção abstrata que, embora possa tornar-se suficientemente inteligível, de maneira geral não é tão natural e evidente.” (Smith, 1776, 40)

<sup>255</sup> Confundindo trabalho com força de trabalho, Smith afirma que “[...] o trabalho, cujo valor jamais varia, é o único padrão genuíno e real que pode servir, em todos os tempos e lugares, para avaliar e comparar o valor de todas as mercadorias. É o seu preço real; o dinheiro não é senão seu preço nominal.” (Smith, 1776, 42)

<sup>256</sup> “Parece então evidente que o trabalho é a única medida universal, bem como a única exata, do valor, ou seja, é o único padrão que nos permite comparar os valores de diferentes mercadorias em todos os tempos e em todos os lugares.” (Smith, 1776, 46)

<sup>257</sup> Smith, 1776, 42.

valor,<sup>258</sup> portanto, nosso autor reconheceu que o sacrifício não é uma medida fixa. Ademais, ainda que o índice de sacrifício fosse fixo e o mesmo para todos os homens, ao reconhecermos que o valor de troca da força de trabalho não é o sacrifício em si, mas uma mercadoria que como qualquer outra é apenas meio necessário para a realização da troca de sacrifícios equivalentes, então o valor da mercadoria força de trabalho não poderia ser igualado imediatamente a quantidade de trabalho ou a quantidade de sacrifício; portanto, tal como todas as outras mercadorias, ela estaria submetida “[à]quela espécie de igualdade tosca”.<sup>259</sup> Em síntese, quantidade de sacrifício não é quantidade de valor: “*para um boi, o sacrifício é sempre o mesmo, quando é abatido. Nem por isso é constante o valor da carne do boi*”<sup>260</sup>. Portanto o valor, enquanto uma relação social que transcende a subjetividade individual – algo que, como vimos, foi largamente tratado nos primeiros capítulos d’*A riqueza das nações* –, não poderia ser determinado pela mera relação negativa do indivíduo com o objeto de seu trabalho.

Ao abandonar o movimento que desenvolvia em sua obra e retomar a análise de Franklin, Smith revelou ao mundo a insuficiência do pensamento que deseja encontrar o valor-trabalho restringido-se às trocas concretas. O valor pressupõe a superação da estrita imediatidade das trocas e da estrita relação reflexiva do produtor-mercador sobre si mesmo; ele exige a compreensão da sociedade como um verdadeiro organismo vivo, como um ser orgânico cujos órgãos se complementam e cujo sangue que circula em todos os órgãos é um e o mesmo; ele exige que se busque a essência da sociedade mercantil ela mesma, que, conseqüentemente, se a tome de acordo com o que ela é, de acordo com a sua forma incorpórea e legisladora.

---

<sup>258</sup> Smith apresentou várias reflexões nesse sentido, a principal delas foi, sem dúvida, a oscilação dos salários decorrente do conflito entre capital e trabalho (Smith, 1776, 80-84). Deve-se destacar ainda que Smith foi adepto da teoria do salário de subsistência (Smith, 1776, 85), além de ter reconhecido a relação dos salários com o crescimento econômico (Smith, 1776, 86-92), portanto o valor da força de trabalho não era, nesse interim, regulado pela subjetividade do trabalhador, mas pela quantidade de meios de subsistência, de valores de uso, necessários para a sua existência e pelo aumento da quantidade de riqueza social decorrente do crescimento econômico.

<sup>259</sup> Foi Ricardo quem explicitou de modo patente o presente erro de Smith: “Se isso fosse verdadeiro, se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais e qualquer delas poderia medir com precisão a variação de outras coisas. Mas não são iguais. A primeira é, sob muitas circunstâncias, um padrão invariável, que mostra corretamente as variações nas demais coisas. A segunda é sujeita a tantas flutuações quanto as mercadorias que a ela sejam comparadas. Adam Smith, após haver mostrado habilmente a insuficiência de um meio variável, como o ouro e a prata, para a determinação do valor variável das outras coisas, acabou escolhendo uma medida não menos variável, ao eleger o trigo ou [a força de] trabalho.” (Ricardo, 1817, 25)

<sup>260</sup> Marx, 1857-58, 512.

Assim, o pensamento que deseja encontrar o fundamento da sociedade burguesa é obrigado a se voltar para o sujeito da sociedade burguesa, para o valor em sua forma pura.

#### **1.4. A medida objetiva do valor: quantidade de trabalho contido**

A remota ilha de Crusoé tornava-se cada vez menos deserta. O inglês não mais precisava ser o único residente da ilha: junto a ele quedava toda uma Inglaterra. Ele, todavia, permanecia isolado – no momento da socialização, nas trocas, Crusoé, o caçador de castores, só reconhecia no produto do trabalho alheio seu próprio desejo.<sup>261</sup> No imaginário mundo onde “o produto do trabalho pertence inteiramente ao trabalhador”, toda troca poderia ser reduzida sem nenhum constrangimento a quantidade de trabalho, assim, tal quantidade era “a única circunstância que pode[ria] regular a quantidade de trabalho que [uma] mercadoria poderia comprar, adquirir ou obter”. No fantástico mundo dos trabalhadores proprietários não havia nada que obscurecia a quantidade trabalho que cada proprietário despendia na produção, logo, toda mercadoria aparecia limpidamente como um dado tempo de trabalho. “Tão logo”, porém, começava “a acumular-se o capital nas mãos de particulares” o mundo da igualdade, das trocas justas, da quantidade de trabalho como medida do câmbio se esvaía e em seu lugar aparecia o mundo cindido entre capitalistas e trabalhadores, entre o lucro e o salário.<sup>262</sup> – O lucro, tal como o salário, também era riqueza, era natureza adaptada ao homem, portanto era fruto do trabalho. Ora, sendo o lucro riqueza resultante do trabalho de outrem que não fora mediada pelo mercado, ou seja, sendo o lucro riqueza que não resultou do trabalho do próprio proprietário da riqueza, do capitalista, então não podemos encontrar nesse proprietário o princípio subjetivo que até então norteava as trocas, a saber, o sacrifício. Em outras palavras, uma vez que o capitalista tem a propriedade sobre algo que não produziu, ele não possui a relação negativa com a mercadoria necessária para sua apreciação. A presença do lucro resultava conseqüentemente na dissolução do fundamento das trocas desenvolvido no quinto capítulo d’*A riqueza das nações*. A teoria

---

<sup>261</sup> “No primitivo estado da sociedade que precede a acumulação de capital e a apropriação da terra, a única circunstância capaz de fornecer alguma regra para as trocas é, ao que parece, a quantidade de trabalho necessária para adquirir os diferentes objetos de troca. Se nas nações de caçadores, por exemplo, matar um castor normalmente custava o dobro do trabalho de matar um veado, um castor deveria ser naturalmente trocado por dois veados, ou valer dois veados.” (Smith, 1776, 60)

<sup>262</sup> Smith, 1776, 60.

expiatória do valor ou, segundo Schumpeter, a “teoria do valor-desutilidade-do-trabalho”<sup>263</sup>, não era capaz de fundamentar as trocas da moderna sociedade burguesa de Smith e, por isso, foi relegada ao romântico “primitivo estado da sociedade”. Em tal estado imaginário tudo corria segundo a justiça e os princípios dos burgueses: as trocas se davam naturalmente pela quantidade de trabalho, pelo esforço que cada homem desempenhava para caçar esse veado ou aquele castor, tudo era manifesto e desnudo; tudo era justo e fundado na plena liberdade. Contudo, uma vez que tal mundo mítico parecia se desenvolver em uma sociedade burguesa complexa, uma vez que o produtor se afastava de seu produto, que o criador perdia seu vínculo visceral com sua criatura, a teoria expiatória do valor perdia toda sua capacidade explicativa e, por isso, deveria ser abandonada.

Smith, infelizmente, não seguiu o presente raciocínio; seguiu mais uma vez sua genial intuição. Rapidamente, abandonou toda a determinação subjetivista do valor para simplesmente reconhecer nas mercadorias uma dada quantidade de trabalho, e assim reconhecer também que a determinação das trocas não passava mais pela relação do produtor-mercador com sua mercadoria, mas estava dada nas mercadorias mesmas.<sup>264</sup> Num passe de mágica, o valor voltava a ser algo próprio à mercadoria; ele não se resumia mais a mera quantidade subjetiva de trabalho ou de sacrifício, mas a quantidade de trabalho incorporada efetivamente em uma dada mercadoria. O trabalho em sua concretude voltava a determinar o valor – não se falava mais sobre o valor *para* o trabalhador, mas sobre o valor *na* mercadoria. Nessa medida, os trabalhadores adicionavam trabalho às matérias-primas, conseqüentemente, essas também eram providas de valor uma vez que eram certa quantidade de trabalho. As mercadorias possuíam efetivamente valor, ou antes elas eram valores.<sup>265</sup>

---

<sup>263</sup> Schumpeter, 1954, 359 – trad. nossa.

<sup>264</sup> Não sem motivos Schumpeter afirmou que depois do capítulo 5 d’*A riqueza das nações* Smith não utilizou mais a teoria do “valor-desutilidade-do-trabalho”, contudo não devemos agir à semelhança do austríaco. Não é porque Smith abandonou a hipótese do valor fundado na quantidade de sacrifício que podemos simplesmente “descartar essa hipótese”. Nosso esforço não se resume a tentar encontrar a “verdadeira” teoria do valor de Smith, como parece ter sido a motivação de Schumpeter, mas de entender como cada movimento do pensamento smithiano era um verdadeiro experimentar da razão. (Schumpeter, 1954, 359)

<sup>265</sup> “Nesse caso, o valor que os trabalhadores adicionam às matérias-primas dividi-se, portanto, em duas partes, uma das quais paga os seus salários, e a outra, os lucros de seu empregador sobre a soma de matérias-primas e salários por ele adiantados.” (Smith, 1776, 60)

No início desta seção destacamos como Smith conseguiu fazer da multidão de valores de uso uma multidão de mercadorias; na oportunidade, ele reconheceu o trabalho como a substância comum a toda riqueza e, dessa maneira, fez do valor “uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado”<sup>266</sup> – o trabalho indiferenciado era a *substância* comum a todas as mercadorias. Na sequência, como mostramos, as mercadorias continuavam sendo produto do trabalho, contudo a quantidade de trabalho despendida para a produção delas servia apenas como medida subjetiva de esforço, de sacrifício de cada produtor; portanto o trabalho aparecia apenas como medida do valor e não enquanto substância efetiva do valor. Agora o trabalho voltava a determinar diretamente o valor, mas não segundo sua qualidade e sim segundo sua quantidade. As mercadorias voltavam a ser resultado do trabalho e seu valor voltava a ser determinado pelo trabalho; entretanto, à semelhança de Franklin, o caráter abstrato do trabalho aparecia como quantidade de trabalho concreto.

Em seu sexto capítulo, Smith fazia do *valor* resultado do *trabalho concreto*: uma dada *quantidade de trabalho concreto* era efetivamente incorporado à mercadoria e, nessa medida, ela possuía um dado *quantum* de valor. Smith, cuja análise da grandeza do valor absorvia inteiramente sua atenção,<sup>267</sup> se esforçava para determinar imediatamente a proporção das trocas e, por isso, era obrigado a cada instante a se agarrar a uma nova forma de determiná-las; ele não conseguia superar a representação objetiva das trocas, estava preso a elas, portanto não conseguia tratar do abstrato segundo sua natureza. Ele não conseguia lidar com o trabalho em sua forma abstrata, não conseguia reconhecê-lo como plena substância do valor, o valor tampouco podia ser identificado como “forma mais abstrata” e “mais geral do modo burguês de produção”;<sup>268</sup> o valor deveria assim ser arrancado de seu terreno e enxertado no corpo da mercadoria concreta, ele não poderia ser uma abstração correspondente à natureza social das trocas, um produto da natureza comum a todos os trabalhos humanos, ele deveria ser uma imediatidade, um algo diretamente perceptível. O valor, não deixou jamais de reconhecer Smith, estava umbilicalmente ligado ao trabalho, nessa medida, sendo o valor uma determinada grandeza que determinava a proporção das trocas, só poderia ser ele mesmo expressão da grandeza do trabalho, da *quantidade de trabalho*. Assim, o valor que resultava do trabalho

---

<sup>266</sup> Marx, 1867, 116.

<sup>267</sup> Marx, 1867, 156.

<sup>268</sup> Marx, 1867, 155.

concreto não era mais do que a mera quantidade concreta de trabalho, ele, por si mesmo, não era substância social, era apenas a expressão quantitativa, e por isso comensurável, dos diversos trabalhos que produziam o conjunto das mercadorias. A teoria do trabalho contido de Smith não avançou sobre a substância do valor e nada nos trouxe de novo em relação ao que ele já havia tratado; de fato, no que tange ao seu conteúdo, ela é um verdadeiro retrocesso em relação à teoria do valor tratada em seu capítulo sobre a divisão do trabalho. Contudo essa teoria se destaca por libertar a teoria do valor-trabalho de qualquer determinação subjetivista.

Por outro lado, a teoria do trabalho contido foi fundamental para a efêmera e digna de destaque teoria do mais-valor de Smith. Ele, bem antes de Marx e partindo igualmente do trabalho como fundamento do valor, afirmou que o lucro era fruto do trabalho alheio, que “o valor que os trabalhadores adicionam às matérias-primas divide-se [...] em duas partes uma das quais paga os seus salários, e a outra, os lucros de seu empregador”.<sup>269</sup> Assim, o pai do liberalismo econômico revelava ao pensamento pela primeira vez o verdadeiro conteúdo do lucro, revelava que o lucro não era nada mais do que uma parte da riqueza produzida pelos trabalhadores; revelava, em suma, os fundamentos para a verdadeira compreensão do modo de produção burguês, logo, de sua historicidade e de sua natureza exploratória.<sup>270</sup> Todavia, o objetivo que sustentava o pensamento smithiano e o impulsionava a seguir adiante não permitia que nosso autor se atentasse a todas as implicações de sua afirmação. Smith direcionava toda sua atenção para a proporção das trocas, ele estava empenhado em esclarecer o que fazia com que essa mercadoria fosse mais valiosa que aquela; estava obcecado pela grandeza do valor e não por seu conteúdo e, por isso, perdia de vista suas próprias descobertas. O mais-valor não se desenvolvia como elemento capaz de explicitar a diferença entre trabalho e força de trabalho, mas sim como parte constituinte do próprio valor. Smith não voltava sobre si a determinação do valor, ele não reconhecia que uma vez que o trabalhador produz não só o seu salário, mas também o lucro de seu empregador, então o valor do produto do trabalho é diferente do valor da força de trabalho contratada. Por isso não pôde compreender o sistema econômico como um

---

<sup>269</sup> Smith, 1776, 60.

<sup>270</sup> Após citar a mesma passagem que acabamos de transcrever, Marx exclama: “Stop, before de nós avançarmos mais um passo. D’abord, de onde provêm a gênese do *industrioux* que não possui nem o meio de subsistência e nem o material de trabalho? Do céu azul? Se desnuda da passagem de Smith sua ingênua versão, pois ele não disse senão que: a produção capitalista começa no instante em que as condições de trabalho pertencem a uma classe e que a pura disposição sobre a capacidade de trabalho pertence a outra. Essa separação do trabalho de suas condições de trabalho formam o pressuposto da produção capitalista.” (Marx, 1862-63a, 44 – trad. nossa)

eterno retorno ao fundamento, como um modo de produção circular que é posto pela sociedade cindida em classes e que, ao mesmo tempo, repõe eternamente tal cisão, como uma totalidade cujas partes sempre devem estar inteiramente articuladas ao todo, como um sistema conceitual total cuja forma pura é aquela que explicita e rege a vida dos homens de nossa sociedade. Diferentemente, a linearidade do pensamento de nosso autor fazia com que ele visse o mais-valor apenas como gérmen de certos componentes do valor. Ao lado do trabalho quedava o capital e a renda da terra – mais uma vez a manifestação da natureza pura do valor que tencionava a razão em direção ao abstrato era arremessada ao solo dos concretos e efêmeros componentes do valor.

### **1.5. A desmedida do valor: os componentes do valor**

A mesma identidade de quantidade de trabalho e valor que possibilitou que Smith trouxesse à luz de forma tímida e efêmera um esboço do que viria a ser a teoria do mais-valor de Marx, lhe possibilitou abandonar a teoria do valor-trabalho. Inicialmente, Smith reconheceu que a quantidade de trabalho, ou o valor, contida em uma determinada mercadoria era idêntica a soma de suas partes alíquotas, reconheceu ainda que tais partes poderiam ser sempre reduzidas em última instância a três. Daí, porém, Smith não só inferiu, por óbvio, que a soma dessas três partes deveria ser idêntica à quantidade de trabalho incorporado na mercadoria, mas também que seriam essas três partes as “fontes originais de todo rendimento, bem como de todo valor de troca.”<sup>271</sup> E assim Smith encontrou a possibilidade de se libertar das peripécias provenientes da teoria do valor-trabalho e de avançar sobre a teoria dos *preços naturais*.

Smith deduziu de sua concepção da história que o lucro e a renda da terra eram deduções do trabalho realizado pelo trabalhador – no primitivo estado da sociedade, afirmou o autor, “o produto do trabalho pertence inteiramente ao trabalhador”, porém, tão logo começa a acumulação de capital nas mãos de particulares, uma parte do valor que os trabalhadores adicionam às matérias-primas deve pagar os lucros do capital.<sup>272</sup> Desse modo, ele nos apresentou duas das três classes diretamente envolvidas no processo de produção e que, devido a sua função específica no interior desse processo, apropriavam-se de uma certa parte da riqueza

---

<sup>271</sup> Smith, 1776, 65.

<sup>272</sup> Smith, 1776, 60.

produzida. A terceira classe envolvida nesse processo era a classe dos rentistas; essa, por sua vez, tinha direito sobre parte da produção por ser ela a proprietária das terras e, nessa medida, ser por direito capaz de exigir uma certa quantidade de riqueza daqueles que lavrarem seu solo.<sup>273</sup> Assim, Smith determinou que o preço de toda mercadoria poderia se resolver “imediatamente, ou em última análise, nas mesmas três partes: renda da terra, trabalho e lucro.”<sup>274</sup> Três partes essas que eram naturalmente fruto do trabalho, logo, também eram medidas pela quantidade de trabalho. Resolvia-se assim que o valor de uma mercadoria poderia ser tomado como a soma das partes alíquotas relativas a cada classe no processo social de produção, portanto não só se poderia observar o valor da mercadoria pela quantidade de trabalho nela efetivamente incorporado como também pela soma das partes referentes às respectivas classes sociais envolvidas no processo produtivo.<sup>275</sup>

Esse movimento muito sutil resultou de uma longa exposição que se esforçou em descrever, e assim justificar, como os preços de diferentes produtos sempre poderiam ser resolvidos através das partes componentes dos preços das mercadorias. Smith concentrava-se mais uma vez nas formas aparentes do valor e assim se punha a analisar como se comportavam os lucros, salários e rendas, o que cada classe buscava e como cada classe se relacionava com as outras. Em resumo, Smith lidava diretamente com as representações concretas, ele não se esforçava mais em explicar o fenômeno empírico através das determinações primeiras do valor, ao contrário, pouco a pouco os componentes dos preços se autonomizavam em relação ao trabalho que os sustentavam, passavam assim a se apresentar como os valores naturais das mercadorias. Nessa medida, os componentes dos preços deixava de ser *resultado* do trabalho criador de toda riqueza e passava a ser “as *fontes* originais de todo rendimento, bem como de todo valor de troca”<sup>276</sup>, logo, de toda riqueza. A riqueza passava a ser produto das próprias

---

<sup>273</sup> Smith, 1776, 62.

<sup>274</sup> Smith, 1776, 63.

<sup>275</sup> Sem se atentar à diferença de preço e valor e à diferença de valor incorporado pelo trabalhador e o valor da força de trabalho, Smith afirmou “que o valor real de todas as diversas partes componentes do preço se mede pela quantidade de trabalho que cada uma delas pode comprar ou adquirir [*command*]. O trabalho mede o valor, não apenas dessa parte do preço que se resolve em trabalho, mas também da que se resolve em rendas, bem como em lucros.” (Smith, 1776, 62)

<sup>276</sup> Smith, 1776, 65 – grifo nosso.

partes componentes da riqueza, “das taxas naturais de salário, lucro e renda.”<sup>277</sup> Com a paulatina ascensão dos componentes dos preços, a razão de Smith pôde abandonar os tortuosos e violentos caminhos próprios à teoria do valor-trabalho e se dedicar à análise dos componentes naturais dos preços.<sup>278</sup> O caminho em direção ao conceito que unifica o abstrato e o concreto mais uma vez era deixado de lado em detrimento da necessidade do entendimento se agarrar às representações visíveis, assim, o valor enquanto “forma mais abstrata” e “mais geral do modo burguês de produção”<sup>279</sup> não podia ser tratado segundo sua natureza, ele deveria ser reduzido à sua forma manifesta, ao valor de troca, ou à forma reificada do próprio valor de troca, ao *preço*.<sup>280</sup> Os preços se tornavam de fato o objeto a ser considerado – enquanto o valor era mais uma vez expatriado, esquecido na ilha mítica de Robinson Crusóe onde nada interferia no pleno cálculo do valor, os *preços naturais* se destacavam como o fundamento normatizador de todas as trocas.

A famosa teoria dos preços fundados nos componentes dos preços ou, simplesmente, “a teoria dos custos de produção”<sup>281</sup> foi sem dúvida um grande devaneio da razão. Ela, ao fugir do fundamento objetivo do valor, da teoria do trabalho contido, foi obrigada a buscar nos preços o fundamento dos próprios preços e assim chegou à tautológica conclusão que tudo era preço e que todos os preços eram constituídos pelos mesmos três componentes que em última instância

---

<sup>277</sup> Smith, 1776, 68.

<sup>278</sup> Rubin descreve brilhantemente o procedimento de Smith: “Smith abandona, aqui, o terreno da teoria do valor-trabalho, substituindo-a pela *teoria dos custos de produção*. Anteriormente, ele definira o valor de uma mercadoria pela quantidade de trabalho despendido em sua produção; agora, ele o define como a soma de salários, lucro e renda. Antes, afirmara que o valor de uma mercadoria *se dilui* no rendimento (salários, lucro e renda); agora ele diz que o valor é *composto de* rendimentos, que, portanto, funcionam como ‘fontes’ do valor de troca de uma mercadoria.” (Rubin, 1929, 244)

<sup>279</sup> Marx, 1867, 155.

<sup>280</sup> Salta aos olhos como a sutileza do movimento smithiano foi responsável também por substituir o termo *valor* por *preço*; ele, no início de seu sexto capítulo, confrontou o valor de um veado com o valor de um castor, afirmou em seguida que o valor que os trabalhadores adicionam às matérias-primas deve, uma vez que houve acumulação de capital, se dividir em capital e trabalho, contudo, quando ele tratou da origem da renda da terra, ele não falou mais em *valor* – o *preço* assumiu o lugar de nosso velho valor e passou a ser a categoria de destaque. Sem entrarmos no mérito da mudança, devemos ressaltar que Smith sabiamente afastava o valor de seu enredo e deslocava conscientemente seu texto para os muito mais concretos e notáveis preços.

<sup>281</sup> Schumpeter, 1954, 359 – trad. nossa.

eram também preços.<sup>282</sup> Smith estava preso a um eterno e infrutífero círculo vicioso: o preço de uma dada mercadoria era dado pelos preços de seus componentes que, por sua vez, eram dados pelos preços dos componentes de cada respectivo componente.<sup>283</sup> Assim, a razão estava sentenciada a buscar eternamente no preços a causa deles mesmos, se apartava bruscamente de qualquer determinação mais consubstanciada do valor e caía na mais absoluta indeterminidade do valor.<sup>284</sup> Ou melhor, a razão passava a buscar através da análise dos preços de mercado, dos preços acidentais, os preços naturais dos componentes dos preços; portanto não se tratava mais de buscar o fundamento último dos preços, mas de encontrar através do conjunto dos preços uma média e de transformar essa média num composto natural dos próprios preços.<sup>285</sup>

---

<sup>282</sup> “O que guia A. Smith ao procurar a “taxa natural” ou o “preço natural” do salário? O preço natural dos meios de subsistência são necessários para a reprodução da capacidade de trabalho. Mas através do que são determinados os preços naturais desses meios de subsistência? À frente ele os determina de forma geral recorrendo à verdadeira determinação do valor, nominalmente, ao tempo de trabalho que a produção de meios de subsistência comanda. Mas quando ele verdadeiramente abandona esse caminho, ele cai em um *cercle vicieux*. Através do que o preço natural dos meios de subsistência, que, por sua vez, é determinado pelo preço natural do salário, é determinado? Através do preço natural dos “salários”, dos “lucros”, da “renda da terra”, os quais formam os preços naturais de todos os meios de subsistência, tal como de todas as mercadorias. E isso se segue infinitamente.” (Marx, 1862-63, 62 – trad. nossa)

<sup>283</sup> “Essas três partes parecem constituir imediatamente, ou em definitivo, o preço total do trigo. Talvez se possa pensar que seja necessário acrescentar uma quarta parte para repor o capital do arrendatário, ou para compensar o desgaste dos animais de trabalho e de outros instrumentos agrícolas. Mas é preciso considerar que o preço de qualquer instrumento agrícola, tal como o de um cavalo de trabalho, é ele mesmo constituído por essas três partes: a renda da terra onde é criado, o trabalho de criá-lo e adestrá-lo, e os lucros do arrendatário que adiantou tanto a renda dessa terra como os salários desse trabalho. Assim, embora o preço do trigo possa cobrir o preço e a manutenção do cavalo, a totalidade do preço desse trigo se resolve imediatamente, ou em última análise, nas mesmas três partes: renda da terra, trabalho e lucro.” (Smith, 1776, 63) Smith esqueceu de dizer, porém, que também os meios de produção dos meios de produção também se dividiriam “nas mesmas três partes” e assim sucessivamente.

<sup>284</sup> “Através da pesquisa sobre o preço natural do trabalho assalariado, A. Smith se alinhou de fato – ao menos parcialmente – à correta determinação do valor da mercadoria. Ao contrário, no capítulo onde tratou sobre a taxa natural ou o preço natural do lucro, Smith se perde tanto no que concerne ao seu próprio trabalho quanto nos espaços vazios do lugar comum e das tautologias. Foi de fato através do valor original da mercadoria que ele regulou o salário, o lucro e a renda da terra. Entretanto ele voltou atrás (tal como a aparência empírica e a apresentação ordinária evidenciam) e precisou calcular o preço natural da mercadoria através da soma dos preços naturais do salário, lucro e renda da terra para que a obra fosse recuperada.” (Marx, 1862-63a, 62-63 – trad. nossa)

<sup>285</sup> Articulando nossa ilação com a redução de todos os preços ao preço da força de trabalho – ou, na linguagem de Smith, ao trabalho comandado –, Marx descreve o procedimento de Smith: “A economia política clássica tomou emprestada à vida cotidiana, de modo acrítico, a categoria ‘preço do trabalho’, para, em seguida, perguntar-se: como esse preço é determinado? Ela logo reconheceu que a variação na relação entre oferta e demanda nada esclarece acerca do preço do trabalho, assim como de que qualquer outra mercadoria, além de sua variação, isto é,

A razão, notemos, voltava ao momento anterior a Franklin. Lembremo-nos que Smith repetira os passos de Franklin e superara as concepções que concebiam o dinheiro como a verdadeira expressão do valor das mercadorias; ele concluíra na ocasião que o valor do dinheiro também estava sujeito a oscilações e, nessa medida, ele não poderia se apresentar como a medida real das demais mercadorias. Smith, consistentemente, iniciara assim sua jornada em busca da medida-padrão. O trabalho, a medida fixa de Smith, pôs o pensamento econômico em franco processo de ascensão, pois o obrigou a articular as esferas da circulação e da produção. Agora, porém, na medida que Smith, sem o devido desenvolvimento da teoria do valor-trabalho e dos elos intermediários que separam o valor dos preços naturais, avançava sobre a relativamente concreta representação dos preços naturais, abandonava sua maior joia, a teoria do valor-trabalho, e voltava para os valores relativos.

Todavia, devemos fazer jus à teoria dos custos de produção. Foi ela quem jogou luz sobre quatro importantes questões relativas ao sistema econômico burguês: em primeiro lugar,

---

a oscilação dos preços de mercado abaixo ou acima de certa grandeza. Se oferta e demanda coincidem, cessa, mantendo-se iguais as demais circunstâncias, a oscilação de preço. Mas, então, oferta e demanda cessam também de explicar qualquer coisa. Quando oferta e demanda coincidem, o preço do trabalho é determinado independentemente da relação entre procura e oferta, quer dizer, é seu preço natural, que, desse modo, tornou-se o objeto que realmente se deveria analisar. Ou ela tomou um período mais longo de oscilações do preço de mercado, por exemplo, um ano, e verificou que suas altas e baixas se compensavam numa grandeza média, uma grandeza constante. Esta última tinha, naturalmente, de ser determinada de outro modo que não por suas próprias oscilações, que se compensam umas às outras. Esse preço que predomina sobre os preços acidentais obtidos pelo trabalho no mercado e os regula, o “preço necessário” (fisiocratas) ou “preço natural” do trabalho (Adam Smith), só podia ser, como no caso das outras mercadorias, seu valor expresso em dinheiro. E assim, por meio dos preços acidentais do trabalho, a economia política acreditou poder penetrar em seu valor. Como no caso das demais mercadorias, esse valor continuou a ser determinado pelos custos de produção. Mas em que consistem os custos de produção – do trabalhador, isto é, os custos para produzir ou reproduzir o próprio trabalhador? Inconscientemente, essa questão assumiu, para a economia política, o lugar da questão original, já que, no que diz respeito aos custos de produção do trabalho enquanto tais, ela girava num círculo vicioso e não progredia um passo sequer. Portanto, o que ela chama de valor do trabalho (*value of labour*) é, na verdade, o valor da força de trabalho, que existe na personalidade do trabalhador e é tão diferente de sua função, o trabalho, quanto uma máquina de suas operações. Ocupada com a diferença entre os preços de mercado do trabalho e seu assim chamado valor, com a relação entre esse valor e a taxa de lucro, e entre ele e os valores-mercadoria produzidos mediante o trabalho etc., a economia política nunca descobriu que o curso da análise não só tinha evoluído dos preços do trabalho no mercado a seu valor presumido, mas chegara a dissolver novamente esse mesmo valor do trabalho no valor da força de trabalho. A inconsciência acerca desse resultado de sua própria análise, a aceitação acrítica das categorias ‘valor do trabalho’, ‘preço natural do trabalho’ etc. como expressões adequadas e últimas da relação de valor considerada, enredou a economia política clássica, como veremos mais adiante, em confusões e contradições insolúveis, ao mesmo tempo que ofereceu à economia vulgar uma base segura de operações para sua superficialidade, fundada no princípio do culto das aparências.” (Marx, 1867, 608-09)

os *preços de mercado*<sup>286</sup> oscilam em torno dos *preços naturais*<sup>287</sup> e não em torno do *valor*, da quantidade de trabalho efetivamente incorporada numa mercadoria;<sup>288</sup> em segundo lugar e como consequência do primeiro ponto, a determinação das partes alíquotas dos componentes do valor não podem ser explicadas diretamente pela teoria do trabalho contido;<sup>289</sup> em terceiro lugar, a oferta e demanda ganham destaque na determinação dos preços,<sup>290</sup> revelando, assim, como a ação conjunta dos indivíduos socialmente atomizados determina os preços com o qual cada um desses indivíduos se defronta;<sup>291</sup> e em quarto lugar, os indivíduos não agem tendo em vista o valor, mas sim os preços naturais.<sup>292</sup>

Entretanto, ainda que a teoria dos custos de produção tenha sido fundamental para o desenvolvimento do pensamento econômico, ela não pode ser tomada em si mesma como um avanço da teoria do valor-trabalho – ela apenas explicitou questões importantes com as quais a

---

<sup>286</sup> “O verdadeiro preço pelo qual qualquer mercadoria efetivamente se vende é chamado de seu preço de mercado.” (Smith, 1776, 69)

<sup>287</sup> “Quando o preço de uma mercadoria qualquer não é superior nem inferior ao necessário para, segundo as taxas naturais, a renda da terra, os salários e os lucros do capital que se empregam para produzi-la, prepará-la e levá-la ao mercado, então essa mercadoria é vendida pelo que se pode considerar seu preço natural.” (Smith, 1776, 68)

<sup>288</sup> “Portanto, o preço natural é, por assim dizer, o preço central, em torno do qual os preços de todas as mercadorias gravitam continuamente. Acidentes diversos podem mantê-los, por vezes, bastante acima dele, e às vezes forçá-los para um patamar inferior, ou até um tanto abaixo. Mas, sejam quais forem os obstáculos que os impeçam de se fixar nesse centro de repouso e permanência, tendem constantemente para ele.” (Smith, 1776, 72)

<sup>289</sup> Veremos com Ricardo que a teoria do trabalho contido é incapaz de tratar de maneira suficiente do fenômeno da taxa média tendencial de lucro.

<sup>290</sup> “O preço de mercado de qualquer mercadoria particular é determinado pela proporção entre a quantidade dessa mercadoria que de fato é levada ao mercado e a demanda dos que estão dispostos a arcar com o preço natural da mercadoria, ou o valor total da renda da terra, dos salários e dos lucros devem ser pagos para que seja oferecida no mercado.” (Smith, 1776, 69)

<sup>291</sup> “É verdade que [todo indivíduo] em geral não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe quanto o está promovendo. Ao preferir sustentar a atividade interna em detrimento da atividade estrangeira, ele tem em vista somente a própria segurança; ao dirigir essa atividade de modo que sua produção tenha o maior valor possível, não pensa senão no próprio ganho, e neste, como em muitos outros casos, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não era, em absoluto, sua intenção promover.” (Smith, 1776, 567)

<sup>292</sup> “A quantidade de toda a mercadoria posta no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva. [...] Se essa quantidade exceder durante algum tempo a demanda efetiva, é necessário que certas partes componentes de seu preço sejam pagas abaixo de suas taxas naturais. Se isso ocorrer com a renda da terra, o interesse dos proprietários imediatamente os inclinará a retirar parte de suas terras desse emprego; se ocorrer com os salários ou os lucros, o interesse dos trabalhadores, no primeiro caso, e o dos empregadores, no segundo, os levarão a retirar uma parte de seu trabalho ou capital desse emprego.” (Smith, 1776, 71)

teoria do valor-trabalho deveria lidar. Assim, com o deslocamento da análise smithiana em direção aos movimentos de mercado, cessava a participação do escocês na odisseia do valor-trabalho e ensejava as bases da economia vulgar.

## 2. DAVID RICARDO: O ÚLTIMO ECONOMISTA POLÍTICO

Na Inglaterra [e Escócia – N. do T.I.] de Adam Smith, o capitalismo industrial ainda estava em seus estágios iniciais. A agricultura ocupava o primeiro lugar, ao passo que o artesanato e a indústria doméstica continuavam a predominar no interior da indústria. O capitalismo industrial só pôde iniciar seu progresso vitorioso depois que a *fábrica*, com sua aplicação extensiva de maquinaria e motores a vapor, suplantara o trabalho manual da *manufatura*. Essa transição da manufatura para a fábrica ocorreu durante a *Revolução Industrial* inglesa, que abarcou o último quarto do século XVIII e o primeiro do século XIX. Esse é precisamente o lapso de tempo que separa a atividade de Ricardo da de Smith. Se podemos chamar Smith de o economista do período da *manufatura*, os escritos de Ricardo surgiram sobre o pano de fundo do rápido desenvolvimento da *fábrica*, da produção mecânica.<sup>293</sup>

*A riqueza das nações* foi um esplêndido produto do final do século XVIII, ela é a unidade do ápice do período manufatureiro inglês e da longa e rica tradição da economia política clássica. Smith, como mostramos, conseguiu, ao destacar a divisão do trabalho como a base própria das manufaturas e ao reconhecer a natureza mercantil do homem burguês, superar os limites do pensamento que lhe precedeu: o homem foi apresentado como ser inerentemente propenso às trocas, conseqüentemente, o mercado e a divisão do trabalho surgiam como produtos naturais do homem. Entretanto devemos notar que nosso escocês, ao buscar explicar a realidade da sociedade burguesa, exprimiu o limite de seu tempo. O período manufatureiro por ainda estar restrito às técnicas e às habilidades próprias ao trabalho artesanal transparecia o apriorismo do trabalho, desse modo, ele fazia do trabalhador o *sujeito* efetivo do processo de trabalho. O trabalhador era o ser autônomo que agia sobre a natureza e dela extraía os objetos que lhe eram úteis, assim, o homem do mito burguês se relacionava com seus pares a fim de trocar sua riqueza por outras que lhe confeririam maior satisfação. Conseqüentemente o mercado surgia como produto de sua certa propensão natural às trocas. O mercado aparecia como um elemento *secundário*: por um lado ele era dispensável no interior das fábricas, por outro era o facilitador das trocas dos homens independentes. Smith reproduzia na teoria o que a realidade de seu período manufatureiro lhe oferecia: o sujeito do processo social eram os trabalhadores em suas singularidades enquanto o mercado era apenas meio realizador de uma natureza humana.

---

<sup>293</sup> Rubin, 1929, 276.

Ricardo, por seu turno, não partia de uma sociedade manufatureira erguida sobre a base do trabalho artesanal, mas lidava diretamente com a recém nascida grande indústria. A produção não dependia mais das habilidades individuais dos produtores, tampouco o mercado aparecia como mero momento secundário do processo social. Diferentemente, os produtores encontravam-se subordinados, por um lado, ao despotismo das máquinas e, por outro, aos movimentos de mercado; os meios para se produzir encontravam-se no mercado e toda produção estava voltada para ele. O último subterfúgio da liberdade humana desaparecia com o desaparecimento do domínio produtor sobre o objeto de seu trabalho, o trabalho do trabalhador não aparecia mais como o esforço de um sujeito, mas como mero trabalho, como mero pôr valor. Era impensável conceber a sociedade inglesa sem o mercado, menos ainda não observar a subordinação do trabalho ao mercado, assim, o pensamento ricardiano comprometido com a ciência econômica não precisava mais se perder em longas experimentações que tinham o intuito de justificar o mercado ou de estabelecer o trabalho como princípio ativo de toda riqueza. Apoiando-se na obra de Smith, Ricardo proclamou já nas primeiras páginas de seus *Princípios de economia política e tributação* que o trabalho “é realmente o fundamento do valor de troca de todas as coisas”<sup>294</sup> e que sua obra refere-se apenas “àquelas mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada pelo exercício da atividade humana, em cuja produção a concorrência atua sem obstáculos.”<sup>295</sup> O mercado e o trabalho se erguiam assim sob a égide da grande indústria, da livre concorrência, do mercado, em suma, da legítima sociedade burguesa.<sup>296</sup>

Com Ricardo finalmente a ciência econômica clássica encontrava-se com uma genuína sociedade mercantil. No início do século XIX inglês, tudo era posto e repostado para e pelo mercado, não existia produção à margem do mercado, não existia mercadoria que não fosse produzida por trabalho assalariado, não existia, portanto, mercado à margem da produção. Ricardo, desse modo, também não precisou se esforçar para mostrar, tal como fizera Smith, o

---

<sup>294</sup> Ricardo, 1817, 25.

<sup>295</sup> Ricardo, 1817, 24.

<sup>296</sup> “A concorrência em geral, essa locomotiva fundamental da economia burguesa, não estabelece suas leis, mas é sua executora. Por essa razão, a concorrência ilimitada não é o pressuposto para a verdade das leis econômicas, mas a consequência – a forma de manifestação em que sua necessidade se realiza. Para os economistas pressuporem, como faz Ricardo, que a concorrência ilimitada existe, é pressuposta a realidade e a realização plenas das relações de produção burguesas em sua *differentia specifica*.” (Marx, 1857-58, 456)

que é o mercado e como esse foi instituído, tampouco precisou mostrar como a produção se vinculava ao mercado; de fato, Ricardo apenas constatou intuitivamente que tudo em seu tempo era permutável, mas que apenas havia ciência das trocas de produtos que poderiam ser reproduzidos a qualquer instante. Assim, apesar de ter anunciado que o objetivo de sua pesquisa era tratar dos valores relativos e não absolutos das mercadorias,<sup>297</sup> nosso autor se pôs a analisar a forma com que as mercadorias eram produzidas em sua desenvolvida sociedade industrial burguesa.

Ricardo foi o grande herdeiro do pensamento smithiano. Muitos dos grandes nomes que se inspiravam diretamente em Smith, passaram a sofrer uma enorme influência de Ricardo, até que efetivamente nomes da estirpe de James Mill, John Ramsay McCulloch, John Stuart Mill, etc.<sup>298</sup> passaram a compor a chamada escola ricardiana. O processo que alçou Ricardo à condição de mestre começou ainda no final do século XVIII, quando ele teve contato pela primeira vez com *A riqueza das nações*, porém, apenas 10 anos depois, Ricardo marcou presença no debate econômico. Foi em torno da famosa *Bullion Controversy* que Ricardo apresentou seu rigor lógico e sua formidável capacidade de apresentar claramente as questões fundamentais do debate econômico, ele rapidamente ganhou fama e sua relação com grandes economistas, em especial Malthus e James Mill, se estreitou. Não sem motivo, foram esses os responsáveis por uma insistente campanha para que nosso autor publicasse uma obra que reunisse todo o seu pensamento. Assim, em 1817, Ricardo publicou seus *Princípios de*

---

<sup>297</sup> “Como a pesquisa, para a qual pretendo chamar a atenção do leitor, se refere ao efeito das variações no valor relativo das mercadorias, e não no seu valor absoluto, será pouco relevante examinar o grau comparativo de valoração dos diferentes tipos de trabalho.” (Ricardo, 1817, 30)

<sup>298</sup> “Embora o próprio Ricardo tenha dito, certa vez, que não mais do que vinte e cinco homens em toda Inglaterra haviam compreendido seu livro, este lhe garantiu uma enorme fama entre seus contemporâneos e fez de seu autor o líder de uma escola inteira. Ricardo tornou-se o centro das discussões econômicas vitais de sua época e estabeleceu um constante contato pessoal ou por correspondência com todos os economistas importantes de seu tempo. Muitos deles tornaram-se seus mais próximos discípulos e seguidores (James Mill, McCulloch), os primeiros apóstolos da escola ortodoxa ‘ricardiana’. No entanto, mesmo aqueles dentre seus oponentes criaram seus próprios sistemas econômicos (Malthus, Say, Sismondi) não puderam deixar de admirar seu grande intelecto e sua integridade científica. Malthus, seu constante oponente e defensor ferrenho da classe dos proprietários de terra, chamou o dia da morte de Ricardo de o dia mais infeliz de sua vida.” (Rubin, 1929, 288-89)

*economia política e tributação*,<sup>299</sup> uma obra que mudou imediatamente o debate econômico inglês ao obrigar que os economistas o realizassem em um nível superior.

A influência de Ricardo não pode jamais ser reduzida à sua condição de banqueiro. É verdade que ele teve acesso irrestrito aos mais diversos círculos sociais ingleses e que inicialmente tratou de observar a moeda, contudo foi a especificidade com a qual lidou com a teoria do valor-trabalho de Smith que o transformou no grande economista de seu tempo. Ricardo foi um pensador extremamente rigoroso e comprometido, ele, apesar de sua posição social, não se deixou convencer pela simples aparência de qualquer teoria econômica, tampouco possuía aversão, tal como Smith e muitos outros, ao pensamento puro. Ricardo foi, por isso, responsável por avançar violentamente sobre o pensamento econômico e por tentar superar de forma fervorosa suas contradições. Smith, vimos, ao se confrontar com o perigoso mundo das categorias puras, retornava apressadamente à imediatidade concreta, se agarrava ao mundo empírico e a partir dele, mais uma vez, tentava instituir seu sistema. Ricardo, diferentemente, não se via obrigado a fugir da lógica de suas reflexões; ele, sem se esquecer da realidade empírica, ia a fundo em suas deduções e, sem falsificá-la, assumia as virtudes e os limites de seu pensamento.<sup>300</sup>

Não foi à toa que Ricardo foi acusado por tantos de ter desviado a economia política de seu verdadeiro caminho,<sup>301</sup> de ter tratado da teoria econômica de forma extremamente abstrata,<sup>302</sup> de ter deslocado a análise econômica para a teoria pura e de ter, por isso, proposto

---

<sup>299</sup> “Sua obra mais conhecida, *On The Principles of Political Economy and Taxation* [...] foi publicada pela primeira vez em 1817, tendo obtido imediato reconhecimento e recebendo mais três reedições somente em vida do autor (a edição definitiva veio à luz em 1823, ano da morte de Ricardo).” (De Holanda, 1996, 5)

<sup>300</sup> Com a devida vênia, uma vez que Ricardo efetivamente não conseguiu explicar todos os fenômenos econômicos, transcrevemos uma passagem onde o jovem Marx descreveu o *modus operandi* do presente autor: “A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual [...]. Ricardo verifica a verdade da sua fórmula derivando-a de todas as relações econômicas, e assim explica todos os fenômenos [Erscheinungen], inclusive aqueles que, à primeira vista, parecem contradizê-la, como a renda, a acumulação de capitais e a relação entre salários e lucros; e é isto, precisamente, que faz da sua doutrina um sistema científico.” (Marx, 1847, 54)

<sup>301</sup> “No momento em que um verdadeiro sistema econômico veio a ser amplamente estabelecido, observou-se que David Ricardo – aquele homem habilidoso, porém insensato – desviou o carro da ciência econômica para uma direção errada, a qual foi ainda mais desordenada por seu igualmente habilidoso e insensato admirador, John Stuart Mill.” (Keynes, 1933, 291 – trad. nossa)

<sup>302</sup> “Ricardo era nos debates econômicos o teórico abstrato e *apriorista* [...]” (Keynes, 1933, 113 – trad. nossa)

políticas econômicas à margem do contexto real.<sup>303</sup> De fato, “ele se mov[ia] no mundo das abstrações”<sup>304</sup> e, nessa exata medida, foi capaz de ir muito além de Smith. Ricardo, podemos afirmar, não só superou Smith por se encontrar no centro da revolução industrial inglesa, mas também por ter alterado a forma com a qual o pensamento lidava com o material que Smith e seus discípulos ofereciam. Não se tratava mais de experimentar a realidade, mas de se esforçar para explicar, a partir do que a ciência já possuía, como a realidade funcionava, assim Ricardo se pôs a articular de forma rigorosa as ideias há muito desenvolvidas pela economia política.

O rigor ricardiano não permitiu que ele se enveredasse nos espinhosos caminhos das diversas teorias do valor de Smith, o consciencioso Ricardo seguiu as exigências de seu tempo e tomou, sem maiores explicações, a teoria do valor-trabalho de Smith que se calcava na quantidade objetiva de trabalho. Assim, a um só golpe, o inglês rompeu com todas as dificuldades próprias a um pensamento onde corriam “tranquilamente, lado a lado e entremeadas, não só duas, mas até três e, para ser bem exato, quatro opiniões frontalmente contraditórias entre si sobre o valor.”<sup>305</sup> Não era cabível a uma ciência que se desejava sistemática possuir uma pluralidade de núcleos contraditórios onde cada um desses pretendia servir de base para explicar o mesmo conjunto de fenômenos. Por isso, nada foi mais acertado do que a decisão de construir todo um sistema teórico a partir de um único princípio, a saber, que a quantidade de trabalho incorporado é o fundamento do valor de todas as mercadorias, logo, de todas as trocas.

Todavia, como adiantamos, Ricardo não questionou em nenhum momento de sua obra sobre o motivo que fazia da quantidade de trabalho a base do valor. Ele, tal como estivera outrora Smith, estava completamente obcecado em explicar como se operavam as trocas, seu olhar estava, por óbvio, totalmente direcionado para a grandeza do valor,<sup>306</sup> para a proporção das trocas e, por isso, perdia de vista a substância daquilo com que lidava – o *trabalho*. O

---

<sup>303</sup> “A influência de Ricardo no desenvolvimento do pensamento econômico se estende para além de suas contribuições à teoria pura. Ele também deslocou a economia para longe do método e do escopo da teoria econômica defendida por Adam Smith; e ainda aplicou sua análise abstrata para incendiar a questão econômica e tarifárias de seu tempo.” (Landreth; Colander, 2001, 118); “Mas Ricardo, ao simplificar os vários e sucessivos estágios de seu argumento altamente abstrato, escapava, necessariamente e mais do que ele mesmo percebeu, dos fatos reais.” (Keynes, 1933, 103)

<sup>304</sup> Ingram, 1887, 123 – trad. nossa.

<sup>305</sup> Engels, 1878, 259.

<sup>306</sup> As pesquisas de Ricardo limitam-se à *grandeza de valor* [...]” (Marx, 1859, 48)

trabalho era tomado da mesma forma que Smith o tomara, *como mera quantidade de trabalho*, como um quantum de trabalho *concreto*, como uma quantidade que por sua natureza numérica era produto do abstrair de qualquer qualidade do próprio trabalho. Nessa medida, a teoria disponível para Ricardo era capaz de resolver dois grandes problemas: em primeiro lugar o valor não era posto por nenhuma determinação subjetiva, em segundo lugar essa teoria do valor resolvia o difícil problema da medida-padrão. Portanto ela se apresentava como uma base sólida capaz de determinar de modo simples e objetivo a relação entre os valores das diversas mercadorias da complexa sociedade burguesa do início do século XIX; ainda que fosse incapaz de apresentar de modo *último* o fundamento das trocas, o que levou Ricardo a se confrontar com problemas que lhe pareciam insolúveis.

## 2.1. A produção e a grandeza do valor

O astuto economista, desejoso em mostrar de forma simples e patente o fundamento dos *valores relativos*, se pôs a enfrentar as diversas contradições do pensamento smithiano. Partindo sempre da teoria do trabalho contido, Ricardo explicitou o erro smithiano que identificava “a remuneração do trabalhador” – o salário ou o valor da força de trabalho –<sup>307</sup> com “a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria” e, assim, concluiu que se isso fosse verdadeiro poder-se-ia efetivamente medir o valor de qualquer outra mercadoria através do valor da força de trabalho.<sup>308</sup> Lembremos que quando tratávamos d’*A medida subjetiva do valor* de Smith, mostramos que o autor pecava ao igualar coisas distintas: uma mercadoria real com uma grandeza subjetiva do valor baseada na quantidade de trabalho. Ricardo, diferentemente, realizou sua crítica sem se dedicar à análise da *substância* do valor.<sup>309</sup> Ele, partindo das considerações do próprio Smith, observou que os salários são “uma medida não menos

---

<sup>307</sup> Para fins de simplificação, identificaremos nesta seção a forma valor com a forma preço.

<sup>308</sup> Ricardo, 1817, 25.

<sup>309</sup> Ricardo, devemos indicar, citou logo no começo de seus *Princípios* a passagem onde Smith afirmou que o “preço real de todas as coisas, o que elas de fato custam ao homem que deseja adquiri-las, é a labuta e o esforço que deve empreender para as obter.” (Smith, 1776, 38) Desse modo, podemos nos inclinar a pensar que Ricardo compartilhava da teoria expiatória de Smith, embora em nenhum outro momento o inglês a tenha trazido à baila para corroborar com alguma de suas teses. O que verificamos efetivamente é que Ricardo não se pôs a analisar o que levava o trabalho a ser o fundamento dos valores, ele nos parece ter partido dessa teoria arbitrariamente.

variável” do valor, pois estariam sujeitos, tal como todas as outras mercadorias, à lei da oferta e da procura e ao valor dos custos de produção, no presente caso, ao “preço dos alimentos e de outros gêneros de primeira necessidade nos quais se gasta o salário”.<sup>310</sup> Portanto nenhuma mercadoria poderia ocupar a posição de medida-padrão, nem o trigo, nem o ouro nem mesmo o trabalho, ou melhor, a força de trabalho.<sup>311</sup>

Assim, se se tem a variação do valor relativo de duas mercadorias e se deseja saber em qual delas a variação realmente ocorreu, devemos ir além da relação aparente dessas mercadorias ou mesmo dessas mercadorias em relação a outras, pois sempre cairíamos na relatividade dos valores. Desse modo, Ricardo afirmou peremptoriamente que seria necessário observar as circunstâncias ligadas à produção dessas mercadorias para que possamos ter a absoluta certeza que foi o valor desta mercadoria e não daquela que se alterou.<sup>312</sup> Ricardo anunciava dessa maneira a impossibilidade de se encontrar o fundamento do valor das mercadorias através dos *valores relativos*, através da própria relação entre mercadorias, da esfera da circulação, logo dever-se-ia caminhar em direção a *valores absolutos*, ao modo através do qual essas mercadorias foram produzidas e, assim, descobrir a quantidade de trabalho que efetivamente foi incorporada nas mesmas.

---

<sup>310</sup> Ricardo, 1817, 25-26.

<sup>311</sup> Em outra passagem, Ricardo chega a ser ainda mais taxativo nesse ponto: “Quando o valor relativo das mercadorias varia, seria importante dispor de meios para averiguar com certeza qual delas diminuiu e qual aumentou em seu valor real. Isso só seria possível pela comparação de cada uma delas com algum padrão invariável de medida de valor que não fosse, ele mesmo, sujeito às flutuações às quais estão expostas as demais mercadorias. É impossível obter tal medida, pois não há mercadoria que não seja suscetível às mesmas variações como aquelas cujo valor deve ser verificado; ou seja, não há nenhuma que deixe de requerer mais ou menos trabalho para sua produção.” (Ricardo, 1817, 43)

<sup>312</sup> Ricardo apresentou esse raciocínio da seguinte forma: “Duas mercadorias variam em valor relativo, e desejamos saber em qual delas a variação realmente ocorreu. Se compararmos o atual valor de uma delas com sapatos, meias, chapéus, ferro, açúcar e todas as outras mercadorias, veremos que ela pode ser trocada exatamente pela mesma quantidade daqueles bens pela qual se trocava anteriormente. Se compararmos a outra com essas mesmas mercadorias, verificaremos que variou em relação a todas elas. Podemos, então, com grande probabilidade, inferir que a variação ocorreu nesta mercadoria e não naquelas com as quais a comparamos. Se, ao examinar ainda mais detalhadamente todas as circunstâncias ligadas à produção dessas mercadorias, observamos que precisamente a mesma quantidade de trabalho e de capital é necessária para a confecção de sapatos, meias, chapéus, ferro, aço, açúcar etc., mas que não é necessária a mesma quantidade que antes para produzir a única mercadoria cujo valor relativo se alterou, a probabilidade se transforma em certeza, e podemos estar seguros de que a variação ocorreu naquela única mercadoria. Então, descobriremos também a causa da sua variação.” (Ricardo, 1817, 27)

Ricardo voltava ao seu pressuposto, voltava ao princípio que afirmava que o valor de uma mercadoria era dado pela *quantidade de trabalho concreto nela incorporado*. Contudo seu movimento não foi puramente tautológico, pois, ao explicitar o erro de Smith, ele impossibilitou terminantemente que se procurasse na circulação o fundamento do valor – nenhuma mercadoria era por si mesma valor, todas eram valores à medida que eram produto de uma certa quantidade de trabalho. Portanto o trabalho enquanto fundamento do valor não poderia ser encontrado na circulação, ele deveria ser um elemento externo a ela, ele deveria se encontrar exclusivamente na esfera da produção, no tão terrível mundo onde à porta “se lê: *No admittance except on business*.”<sup>313</sup>

Sempre partindo do trabalho contido como base do valor e sempre voltado para a grandeza do valor, Ricardo proclamou derradeiramente: “Não só o trabalho aplicado diretamente às mercadorias afeta o seu valor, mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução.”<sup>314</sup> Ora, o que afirmou Ricardo senão que os meios de produção também eram produtos do trabalho, logo, que eram também valores, e que a produção de uma dada mercadoria específica transcende o trabalho imediato que a produziu? De fato, Ricardo foi um homem da grande indústria, um homem cujo horizonte não superava as barreiras de seu tempo e cuja imaginação conseguia transformar as armas do caçador de gamo e do caçador de castor de Smith em capital.

Mesmo no estágio primitivo ao qual se refere Adam Smith, algum capital, embora possivelmente fabricado e acumulado pelo próprio caçador, seria necessário para capacitá-lo a matar sua presa. Sem uma arma, nem o castor nem o gamo poderia ser morto. Portanto, o valor desses animais deveria ser regulado não apenas pelo tempo e pelo trabalho necessários à sua captura, mas também pelo tempo e pelo trabalho necessários à produção do capital do caçador: a arma, com a ajuda da qual a caça se realizava.<sup>315</sup>

A economia política mais uma vez apelava para as robinsonadas. A correta intuição recorria ao mito e o colocava no lugar daquilo que realmente deveria esclarecer: por que o trabalho acumulado transferia seu valor para o produto final? O autor não sabia, mas seu mundo

---

<sup>313</sup> Marx, 1867, 250.

<sup>314</sup> Ricardo, 1817, 30.

<sup>315</sup> Ricardo, 1817, 30-31.

imaginário não era capaz de explicar a sociedade moderna, ao contrário, era a sociedade moderna capaz de explicar seu mundo imaginário. Pois, ao conceber a arma do caçador como produto de valor que transfere seu valor para o produto final, Ricardo não pressupunha mais do a sociedade, como bem havia determinado peremptoriamente, capaz de produzir “aquelas mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada pelo exercício da atividade humana, em cuja produção a concorrência atua sem obstáculos”<sup>316</sup>; não pressupunha mais do que a sua moderna sociedade burguesa.

Quando não nos limitamos à explicação mítica de Ricardo e observamos seus próprios pressupostos, reconhecemos que, mesmo sem se ocupar com a substância do valor, sem apreender a essência do trabalho social produtora de mercadorias, intuitivamente concluía acertadamente que os meios de produção também eram produtos do trabalho, portanto também eram produtos de valor. O autor, ao pressupor a reprodutibilidade da riqueza, ao conceber o trabalho que produz valor como aquele submetido à produção voltada para o livre mercado, pressupunha, conseqüentemente, a própria sociedade burguesa e assim, mesmo que sob a ilusão de uma robinsonada, desenvolvia coerentemente a ciência econômica burguesa.<sup>317</sup>

Quando observamos a análise ricardiana da produção, porém, reconhecemos imediatamente seu fetiche pela grandeza do valor e, por conseqüência, descobrimos seu segredo. Ricardo, ao analisar os componentes de produção – meios de produção e força de trabalho – não enxergava mais do que números, assim, tanto os meios de produção quanto os trabalhadores eram reduzidos a mera *quantidade de trabalho*; perdiam, com isso, sua função social e apareciam exclusivamente como numerários da produção. Nessa medida, ele pôde lidar com seu objeto de estudo como uma mera relação numérica e, assim, sem maiores dificuldades, pôde separá-lo, aglutiná-lo e compará-lo tal como sua vontade desejasse. Conseqüentemente, Ricardo pôde começar sua análise da produção dividindo o capital total adiantado para a

---

<sup>316</sup> Ricardo, 1817, 24.

<sup>317</sup> “Ao contrário de Adam Smith, *David Ricardo* esclareceu com precisão o princípio da determinação do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho [...]. A lei do valor supõe, para o seu completo desenvolvimento, a sociedade da grande produção industrial e da liberdade de concorrência, ou seja, a sociedade burguesa moderna. Aliás, Ricardo considera a forma burguesa do trabalho como a forma natural e eterna do trabalho social. O pescador e o caçador primitivos, que ele considera proprietários de mercadorias, trocariam peixe e caça proporcionalmente ao tempo de trabalho materializado nestes valores de troca. Comete neste caso o anacronismo de apresentar o pescador e o caçador primitivos a referirem-se às tabelas de anuidades da Bolsa de Londres em 1817 para avaliação dos seus instrumentos de trabalho.” (Marx, 1859, 48-49)

produção de mercadorias em capital fixo e capital circulante, onde um se distinguia do outro não por suas *qualidades* específicas, mas apenas pelo tempo relativo que esta ou aquela parte do capital permanecia apartada da circulação, permanecia na esfera da produção.<sup>318</sup> O capital fixo e o circulante não eram, desse modo, dados por suas funções na própria produção, mas por suas capacidades de retornarem à circulação.<sup>319</sup>

Na seção IV do capítulo I de seus *Princípios*, comparou dois<sup>320</sup> distintos produtores. Cada um ocuparia 100 trabalhadores ao longo de dois anos. No primeiro ano, um ocuparia seus trabalhadores com a produção de máquinas, o outro com a produção de trigo. No segundo ano, os primeiros trabalhadores se dedicariam, auxiliados pelas máquinas que produziram, à produção de tecido, enquanto os outros trabalhadores continuariam produzindo trigo. Comparando, assim, o produto dos dois produtores no primeiro ano, Ricardo concluiu que ambos teriam produtos no valor de 5.500£<sup>321</sup>, uma vez que cada trabalhador receberia 50£ por ano e que o capital total adiantado seria recompensado com um lucro de 10%. Portanto, concluiu Ricardo, no segundo ano o capital encontrado na produção por aquele que produziu máquinas era de 5.500£, enquanto aquele que produziu e vendeu seu trigo não possuía nenhum capital na produção. Logo, quando se acrescentasse ao capital inicial do segundo ano o custo de mais 100 trabalhadores, o primeiro capitalista teria na produção uma soma de 10.500£ e o segundo uma soma de 5.000£. Aplicando a mesma taxa de lucro sobre ambos os capitais, o

---

<sup>318</sup> Não devemos jamais confundir o capital *fixo* e *circulante* de Ricardo com o capital *constante* e *variável* de Marx. Diferentemente de Ricardo, Marx diferenciou qualitativamente suas categorias: o capital constante correspondia à parcela do capital cuja grandeza do valor não altera no processo de produção, já o variável à parcela que “modifica seu valor no processo de produção”, que “não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias.” (Marx, 1867, 286)

<sup>319</sup> “Ricardo entende, com isso, como mostra seu exemplo do padeiro e do arrendatário, nada mais que a diferença do tempo em que o capital está *fixado*, *envolvido* na *fase de produção* dos diferentes ramos de negócio, conforme sua especificidade, em distinção à fase de circulação. Aqui, portanto, o *capital fixo* figura como estar-fixado em cada fase, [...]; só que o estar-fixado por um período especificamente mais longo ou mais curto na fase de produção, nessa fase determinada, é considerado como pondo peculiaridade, particularidade do capital.” (Marx, 1857-58, 540-41)

<sup>320</sup> O exemplo de Ricardo tratou de três produtores, reduzimos a dois, pois, dois dos três se enquadravam na mesma situação.

<sup>321</sup> Por questões óbvias, a libra foi aqui considerada como medida-padrão, ou seja, como medida de valor perfeita. Adiantamos, pois, que tal medida deve ser tratada como uma hipótese de acordo com o pensamento de Ricardo, uma vez que, como afirmamos, não existe mercadoria que possa ser o “padrão invariável de medida de valor” (Ricardo, 1817, 43).

primeiro receberia ao final dos dois anos de produção o montante total de 11.550£ (6.050£ + 5.500£) e o segundo as mesmas 5.500£ do primeiro ano, totalizando apenas 11.000£ (5.500£ + 5.500£). Ricardo concluiu, por isso, que aqueles capitais que preterissem o capital fixo ao circulante teriam um maior volume final de lucro, apesar de movimentarem as mesmas quantidade de trabalho e de agirem segundo uma mesma taxa de lucro.<sup>322</sup> A conclusão Ricardiana é, como facilmente podemos observar, um verdadeiro absurdo que só foi levado a cabo graças às dificuldades próprias ao seu objeto de estudo.

Ricardo comparava coisas distintas e adiantava elementos outros sem as devidas considerações. No presente caso ele cometeu um duplo erro. Em primeiro lugar, ele comparou montantes distintos de valor: o primeiro capital somou 5.000£ ao capital de 5.500£ que permaneceu na produção, logo o capital total encontrado na esfera da produção no segundo ano era de 10.500£; o segundo capital, por sua vez, retirou da produção integralmente as 5.500£ que produzira e posteriormente colocou novas 5.000£ na produção, logo o capital total encontrado na produção no segundo ano era de apenas 5.000£. Portanto o montante que Ricardo comparou não era o mesmo; embora devamos reconhecer que ele não pretendia comparar valores de mesma magnitude, mas quantidades idênticas de trabalho. Isso nos leva, porém, ao segundo equívoco: ele, ao requisitar no segundo ano outras 5.000£ para a contratação de trabalho e ao calcular o valor final desse novo capital junto com o capital que se mantinha na produção, subverteu a teoria do trabalho contido, pois acrescentou duas vezes valor ao capital do primeiro ano.

Notemos que no primeiro ano ambos produtores investiram 5.000£ na contratação de trabalhadores e que esses trabalhadores produziram no final do primeiro ano um montante total de 5.500£. Dever-se-ia concluir conseqüentemente que os trabalhadores adicionaram valor às 5.000£ iniciais, ou seja, que eles foram a fonte da expansão do valor. Logo, se o trabalho é a única fonte de valor, uma vez que as máquinas foram produzidas, elas são meras somas de valor; não podem jamais ser fonte de novo valor, pois, nesse caso, se estaria afirmando que não só o trabalho é fonte do valor, mas também que o produto do trabalho, a máquina, é fonte de valor. Contudo Ricardo afirmou, provavelmente sob influência da corriqueira prática empresarial, que também se deveria acrescer 10% ao valor das máquinas que se encontravam no processo de produção no segundo ano. Não só as 5.000£ gastas na contratação de novos

---

<sup>322</sup> Ricardo, 1817, 37-38.

trabalhadores no segundo ano seriam expandidas em 10%, como também o valor das máquinas seria expandido.<sup>323</sup> Portanto, deve-se concluir, não só o trabalho cria valor, mas também as máquinas criam. Consequentemente, não seria absurdo concluir que mesmo na ausência de trabalho durante o segundo ano, ao final desse a máquina deveria ter o valor de 6.050£ – mesmo na ausência de trabalho, haveria produção de valor.<sup>324</sup>

Notemos, por fim e para esclarecermos em definitivo o erro de Ricardo, que a diferença de 550£ entre os capitais finais totais (11.550£; 11.000£) é rigorosamente igual ao retorno esperado pelo “investimento” nas máquinas do primeiro capital. Portanto nosso autor não fez mais do que reconhecer que o capital fixado na produção deve ser também recompensado segundo a taxa normal de lucro.<sup>325</sup>

Ricardo, lamentavelmente, não se limitou a esse equivocado exemplo, ele também se pôs a pensar sobre quais alterações os salários provocam nos valores e, assim, mostrou de modo ainda mais claro os limites do pensamento que não se pôs a analisar a substância de seu seu

---

<sup>323</sup> “Contudo, para equiparar-se ao agricultor, os homens que utilizaram máquinas deverão obter não apenas 5.500 libras pelos capitais de 5 mil libras gastos com o trabalho, mas ainda uma soma adicional de 550 libras correspondente ao lucro sobre 5.500 libras investidas na máquina. Consequentemente, eles deverão vender seus produtos por 6.050 libras.” (Ricardo, 1817, 38)

<sup>324</sup> Rubin realizou uma leitura do texto de Ricardo diferente da nossa. Ele, baseando-se na teoria do capital variável e constante de Marx, não foi capaz de reconhecer o segredo do pensamento de Ricardo e por isso ao final conclui reflexivamente: “De onde vem esse lucro adicional se não foi usado na produção de tecido nenhum trabalho a mais do que na produção? Ricardo não formula essa pergunta.” (Rubin, 1929, 323). De fato, Ricardo não formulou essa pergunta, pois a taxa corrente de lucro não aparecia como um problema a ser resolvido na análise da produção, mas na circulação de mercadorias, nos capítulos onde ele tratou da *Renda da terra* e dos *Lucros*.

<sup>325</sup> Para o leitor que ainda não se sinta suficientemente convencido que Ricardo tenha ao fim e ao cabo apenas recompensado o capital investido pelo tempo que este ficou preso na produção, transcrevemos a seguinte passagem do autor: “Suponhamos ainda que ao cabo de dois anos, eu a lance no mercado. Se o lucro for de 10%, meu produto deve ser vendido por 2 310 libras, pois empreguei 1 000 libras de capital por um ano e 2 100 libras por mais um ano. Outro homem emprega exatamente a mesma quantidade de trabalho, mas a emprega toda no mesmo ano, utilizando 40 trabalhadores, com um dispêndio de 2 000 libras, e vendendo a mercadoria, ao fim do período, com 10% de lucro, ou seja, a 2 200 libras. Temos, nesse caso, duas mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho, uma das quais é vendida por 2 310 libras e a outra por 2 200 libras. Esse caso parece diferir do anterior, mas, de fato, é o mesmo. Em ambos os casos, o preço superior de uma mercadoria se deve ao maior prazo que deve transcorrer até que se possa lançá-la no mercado. No primeiro, a maquinaria e o tecido valem mais que o dobro do trigo, embora houvessem absorvido apenas o dobro da quantidade de trabalho. No segundo, uma mercadoria vale mais que outra, apesar de não se haver empregado mais trabalho em sua produção. A diferença de valor surge, em ambos os casos, dos lucros acumulados como capital, e é apenas uma justa compensação pelo tempo em que os lucros permaneceram retidos.” (Ricardo, 1817, 40)

objeto de estudo. Nosso autor, após ter apresentado confusamente o pensamento que acabamos de destacar, afirmou corretamente<sup>326</sup> que “não pode haver um aumento no valor do trabalho sem uma diminuição nos lucros”<sup>327</sup>, em seguida, porém, construiu a hipótese de que, devido a um aumento nos salários, os lucros do exemplo já tratado caíssem de 10 para 9%. Por conseguinte, concluiu de modo absolutamente inconsistente que o valor final dos produtos produzidos no primeiro ano seriam de 5.495£ e não de 5.500£. Ora, se o lucro aparece como um acréscimo ao valor total adiantado, como poderíamos afirmar que um aumento dos salários diminuiria os lucros? De fato, o próprio exemplo afirma que não houve alteração nos salários. Ricardo continua pressupondo que os mesmos 100 trabalhadores seriam contratados por um valor total de 5.000£, caso contrário “os fabricantes” que adicionaram “apenas 9%” ao capital inicial despendido não poderiam receber exatamente 495£ de lucro.

Essa bizarrice lógica provém, entretanto, de uma intuição correta. Ricardo se inclinava a pensar que o valor total produzido era de fato fruto do trabalho, nessa medida, a riqueza que poderia ser consumida por essa ou aquela parte da sociedade estava determinada pela quantidade total da riqueza produzida, portanto o aumento do consumo de uma parcela da sociedade só poderia ser dado com a redução da participação de outra. Entretanto, quando tal raciocínio abstrai a substância do valor, ele perde o fundamento objetivo dos valores com os quais lida, por isso ele caiu no erro de conceber o lucro como um mero valor percentual que se acresce ao capital inicial adiantado e não como uma quantidade objetiva de trabalho novo que é maior do que a quantidade inicialmente adiantada.<sup>328</sup> O fetiche pelos números de Ricardo fazia, assim, com que ele perdesse o fundamento dos próprios números e passasse a tratá-los de modo indiferente; não surpreende, portanto, que em outro momento ele tenha apresentado de modo correto a relação oposta entre lucros (leia-se mais-valor) e salários (força de trabalho).<sup>329</sup>

---

<sup>326</sup> Se considerarmos a produtividade geral do trabalho constante.

<sup>327</sup> Ricardo, 1817, 38.

<sup>328</sup> “O *mais-valor* só pode ser estimado, portanto, em relação ao trabalho necessário. O *lucro* é somente uma forma *secundária*, derivada e transformada do mais-valor, a forma burguesa na qual estão apagados os vestígios de sua origem. O próprio Ricardo jamais compreendeu isso, porque 1) ele sempre fala exclusivamente da divisão de um *quantum acabado*, e não do pôr originário dessa diferença.” (Marx, 1857-58, 495)

<sup>329</sup> Já na seção V do mesmo capítulo 1 de sua obra, Ricardo nos apresentou o seguinte raciocínio: “Suponhamos, portanto, que apenas 85 trabalhadores tenham sido empregados, a 50 libras cada um, o que equivale a 4 250 libras por ano, e que as 750 libras que a venda da máquina produziria acima dos salários adiantados aos trabalhadores constituíssem os lucros do capital do fabricante. Se os salários aumentassem 10%, ele seria obrigado a empregar

Os truncados raciocínios de Ricardo revelam ainda sua incapacidade de distinguir de modo absoluto a *esfera da produção* de valores da *esfera da circulação* de valores. Sabemos o quão articuladas são essas esferas, contudo trata-se efetivamente de duas esferas distintas. A produção é o momento preponderante da totalidade social burguesa uma vez que “é a partir dela que o processo sempre recomeça”, é ela também quem determina a própria circulação de mercadorias, não só porque as produz como também porque ela define a participação de cada indivíduo na distribuição de riqueza segundo sua função no processo de produção. A circulação de mercadorias, por sua vez, determina a forma aparente da relação dos valores e, nesse aspecto, acaba por influenciar a produção, pois não só a produção encontra na circulação os meios necessários para sua realização como também o fim último de seu agir está voltado para a venda, para o mercado, para a circulação.<sup>330</sup> Não devemos, porém, perder de vista que a produção de valores, apesar de pressupor uma já desenvolvida circulação de mercadorias, se encontra na esfera da produção ela mesma, nessa medida, o ato de produção aparece como momento à parte da circulação e por isso deve ser analisado de modo independente.

Ricardo, exatamente por não ter compreendido a essência dos valores, lidou com a cisão dessas duas esferas de maneira displicente. Como vimos, ele não partiu da análise da mercadoria e chegou ao primado da produção, diferentemente, partiu de uma dada determinação do valor e da impossibilidade de se compreender o fundamento dos valores

---

um capital adicional de 425 libras, tendo de aplicar, portanto, 4 675 libras em vez de 4 250 libras, montante sobre o qual ele apenas obteria um lucro de 325 libras, se continuasse a vender sua máquina por 5 mil libras; este é, no entanto, o caso de todos os capitalistas e de todos os fabricantes, pois uma elevação de salários afeta a todos eles.” (Ricardo, 1817, 40)

<sup>330</sup> “O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, *i.e.*, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.” (Marx, 1857-58, 53). Devemos ter aqui em conta que a distribuição e as trocas encontram-se no interior da esfera da circulação.

relativos pelos próprios valores relativos e assim chegou aos valores absolutos. Os últimos, entretanto, não passavam de meio para a compreensão daqueles, não eram, de fato, o principal objeto da ciência de Ricardo, nessa medida, ele não se ocupou devidamente com o processo de produção de mercadorias, não destacou esse objeto, não o reconheceu em sua especificidade. Ele apenas o tratava como meio para voltar para seu verdadeiro objetivo: tratar dos preços relativos. Assim, mesmo que Ricardo tenha sido de fato aquele “o economista da produção por excelência”, ele nunca conseguiu superar as dificuldades dessa esfera,<sup>331</sup> ele sempre permaneceu voltado para a circulação de mercadorias, não sem motivos usou, como vimos, de categorias próprias à circulação, como o lucro,<sup>332</sup> durante a análise da produção e não foi capaz de chegar à derradeira determinação dos valores relativos a partir dos valores absolutos.

De fato, o próprio Ricardo reconheceu a insuficiência de sua análise dos valores absolutos ou, antes, de sua incapacidade de determinar de modo último os valores relativos a partir dos valores absolutos. Prova disso, como bem salientou Teixeira, é o próprio título da seção IV de seu primeiro capítulo: “O princípio de que a quantidade de trabalho empregada na produção de mercadorias regula seu valor relativo é consideravelmente modificado pelo emprego de maquinaria e de outros capitais fixo e duráveis”<sup>333</sup>. Teixeira nos advertiu que Ricardo, quando observou que com a presença de distintas velocidades de retorno do capital à circulação haveria a possibilidade de mercadorias que resultassem da mesma quantidade de trabalho possuísem diferentes valores relativos,<sup>334</sup> “foi obrigado a admitir que o trabalho não

---

<sup>331</sup> “Ricardo, para quem era importante compreender a produção moderna em sua articulação social determinada, e que é o economista da produção por excelência, justamente por isso se declara que *não* é a produção o verdadeiro tema da Economia moderna, mas a distribuição.” (Marx, 1857-58, 51). Marx se referia aqui à seguinte passagem de Ricardo: “Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política [...]” (Ricardo, 1817, 19)

<sup>332</sup> “A diferença entre o *lucro* e o *mais-valor* não existe para ele [Ricardo]. Prova que ele não tem clareza sobre a natureza nem de uma nem de outra.” (Marx, 1857-58, 457). O lucro, como bem mostrou Marx, é uma forma do valor, mais especificamente uma forma do mais-valor; o lucro, tal como os salários, as rendas, os impostos, os preços etc. são categorias próprias à esfera da circulação, à forma fenomênica da economia burguesa. Ricardo não foi capaz de reconhecer isso e por isso caiu no erro de acreditar que os trabalhadores acrescentavam às mercadorias um valor compatível com a taxa de lucro corrente; foi esse o erro que fundamentou todos os outros que acabamos de descrever.

<sup>333</sup> Ricardo, 1817, 35.

<sup>334</sup> “O leitor, entretanto, deve notar que essa causa de variação do valor das mercadorias é comparativamente pequena nos seus efeitos. Com um aumento de salários capaz de provocar uma queda de 1% nos lucros, as mercadorias produzidas nas circunstâncias que supus irão variar apenas 1% em valor relativo: sua redução será

é a única fonte de valor” e, conseqüentemente, que “não tinha como justificar que o valor é base sobre a qual se apóiam os preços”, os valores relativos. Assim, o próprio comprometimento científico de Ricardo colocava em xeque sua teoria e o obrigava a sustentar sua teoria “por um ato de fé.”<sup>335</sup>

Observamos assim o explícito compromisso de Ricardo com a realidade concreta. Em resposta aos autores que citamos no início dessa seção, podemos sem constrangimento afirmar que Ricardo jamais agiu como um mero especulador, que seu esforço sempre esteve voltado para a compreensão dos fenômenos empíricos e que ele nunca sobrepôs suas conclusões lógicas à realidade objetiva. De fato, ele não agiu como Smith, não abandonou os avanços de seu pensamento quando se confrontava com uma realidade que a eles não correspondia, mas também jamais foi indiferente à realidade concreta. Por isso afirmamos que Ricardo levou o pensamento econômico a um novo estágio, a um estágio onde ele se reconhecia como um incessante esforço para compreender o seu objeto de estudo, um incessante esforço que não perdia seu compromisso consigo mesmo e tampouco seu compromisso com seu objeto de estudo. A ciência econômica estava assim duplamente determinada: por um lado ela permanecia obrigada a explicar as causas dos fenômenos, por outro ela deveria responder às exigências do próprio saber científico; ela não poderia agir mais à margem do corpo social que a envolvia. A ciência com Ricardo, de fato, se assemelha, no sentido moderno do termo, a uma verdadeira ciência, uma vez que era uma ciência não só capaz de predizer fenômenos, mas também que se via obrigada a manter sua própria consistência interna. Não surpreende, portanto, que Ricardo tenha consolidado uma verdadeira escola em seu entorno, que seu pensamento tenha servido de base paradigmática para uma série de grandes autores.

## **2.2. Ricardo e a substância do valor**

O último economista clássico foi também aquele que mais próximo chegou de apreender a substância do valor. Como vimos, Ricardo partia da teoria do trabalho contido e, por isso,

---

tão grande quanto a dos lucros, passando de 6 050 libras para 5 995 libras. Os maiores efeitos que poderiam ser produzidos nos preços de tais produtos, por um aumento de salários, não deveriam exceder a 6 ou 7%, pois os lucros provavelmente não poderiam, em nenhuma circunstâncias suportar uma queda geral e permanente maior do que essa.” (Ricardo, 1817, 39)

<sup>335</sup> Teixeira, 2006, 84-85.

definia o valor como a quantidade de trabalho concretamente incorporado em uma dada mercadoria; por outro lado, ele também observava que tanto o processo de produção quanto o processo de circulação pressupunham um avançado e imbricado emaranhado de relações sociais. Assim, tanto o trabalho era colocado como elemento fundante de toda a riqueza como a produção e a circulação da riqueza eram tomadas como resultado de um amplo processo social. A substância do valor, portanto, podia de fato ser encontrada na totalidade do pensamento de Ricardo; ele, muito mais que Smith, conseguia não só lidar com o universo fenomênico burguês como também articulá-los com uma *única* teoria do valor. Temos com Ricardo a substância do valor posta em todas as dimensões de um sistema econômico: o trabalho, enquanto trabalho produtor de valor, serviu de base direta para todas as reflexões apresentadas no *Princípios de economia política e tributação*.

Ricardo desenvolveu seu pensamento a partir da teoria do trabalho contido de Smith. O escocês, como vimos, se envolveu em uma série de dificuldades por não ter compreendido que nenhuma mercadoria poderia representar o valor absoluto das demais. Ricardo afirmava, assim, a interdependência das mercadorias. A mercadoria singular era percebida como singularidade determinada pela totalidade, seu valor relativo não poderia ser dado em si, mas apenas em relação ao valor das demais. Ricardo, desenvolvendo a teoria legada por Smith, concluía que era necessário buscar fora da circulação de mercadorias o valor absoluto, a base a partir da qual o valor relativo seria determinado. Dirigia-se para o processo produtivo, para o ambiente próprio ao trabalho e punha-se a observar como ocorria a produção de valor.

Os dois elementos necessários para a correta apreensão da substância do valor quedavam manifestos na obra de Ricardo. Por um lado, a interdependência total entre mercadorias – a mercadoria singular somente pode existir como membro de uma sociedade de mercadorias. Por outro, o processo produtivo aparecia como o lugar onde se poderia observar de forma manifesta o valor. Ricardo construía assim as bases para que o pensamento superasse os limites da teoria do trabalho contido e chegasse a legítima teoria do valor-trabalho.

Entretanto, Ricardo permaneceu limitado à ainda imatura teoria do valor-trabalho de Smith. O valor não aparecia nela como algo substancial, como algo provido de conteúdo. Ao contrário, aparecia como uma mera quantidade de trabalho, como um número do trabalho, como a medida do trabalho que perdeu sua qualidade ao ser reduzida a uma certa quantidade. Por isso, como vimos, tanto Franklin como Smith perderam de vista a objetividade da riqueza e a

reduziram a mera quantidade vazia de trabalho.<sup>336</sup> Ricardo se diferencia desses autores exatamente por ter se voltado para a produção de mercadorias e, desse modo, por não ter abandonado a objetividade da riqueza. Entretanto também ele tinha um grande fetiche pela *grandeza do valor*.<sup>337</sup>

Sua análise do processo produtivo, como vimos, foi marcada diretamente por seu fetiche. Ele não se dedicou a analisar o que era de fato o trabalho, como o trabalho produzia valor, em que o trabalho novo se diferenciava do trabalho realizado etc. Apressava-se sempre em saber o *quanto* esse ou aquele trabalho produzia de valor, de lucro, de retorno sobre um dado capital etc. A substância do valor estava lá. Ricardo lidava diretamente com o trabalho produtor de mercadorias, lidava com o processo de trabalho em sua forma moderna, ou seja, com o processo de trabalho integralmente suprasumido ao modo de produção capitalista. Em resumo, lidava diretamente com a *manifestação* da substância do valor. Mas graças à estreiteza do ponto de vista de sua classe, não a reconhecia de acordo com a qualidade que lhe era inerente e, por isso, foi incapaz de realizar a necessária crítica à teoria do trabalho contido.

A derradeira análise da substância do valor – o trabalho – foi feita por Marx. Ele afirmou que o valor, é verdade, é dado pelo tempo de trabalho *concreto*, porém de forma alguma ele se encerra na singularidade dos trabalhos concretos. O trabalho, a exemplo do que Ricardo observou no que concerne à interrelação das mercadorias, é algo que transcende a concreta atividade de transformação da natureza, é ato singular dependente de todos os outros atos singulares, de toda a produção social de mercadorias. O trabalho é ato *social comum*, é uma “simples geleia de trabalho humano indiferenciado”<sup>338</sup>. O *trabalho* deve ser tomado, portanto, tanto por seu caráter *concreto* como *abstrato*. Ele é em si duplo: é a singularidade concreta suprasumida na totalidade abstrata e é, ao mesmo tempo, a totalidade abstrata na singularidade

---

<sup>336</sup> A teoria do trabalho contido já em Franklin perdia de vista a objetividade da mercadoria e a considerava apenas como um certo quantum de trabalho; Smith, partindo da mesma estrutura de pensamento, observou que poderia dividir a quantidade de trabalho contido nas mercadorias de acordo com a participação de cada classe no processo de produção, contudo, como vimos, o distanciamento paulatino do trabalho concreto produtor de valor fez com que ele tomasse a riqueza também como mera quantidade, o que o levou a teoria dos custos de produção.

<sup>337</sup> “A determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta elimina dos produtos do trabalho a aparência da determinação meramente contingente das grandezas de valor, mas não elimina em absoluto sua forma reificada [*sachlich*]” (Marx, 1867, 150)

<sup>338</sup> Marx, 1767, 116.

concreta. A economia política, exatamente por jamais ter se dedicado à análise efetiva do trabalho,<sup>339</sup> sempre se inclinou para o caráter concreto do trabalho e, por isso, tentou derivar a grandeza do valor da quantidade concreta e não abstrata de trabalho. Como afirmamos, *o trabalho é a substância do valor*. O trabalho em sua totalidade é aquilo que faz o valor ser o que de fato é. Por isso, quando a economia política derivava a grandeza valor do trabalho concreto, ela não a tomava pelo seu ser efetivo.

O valor passa pelo ato concreto de produção, pela transformação da natureza pela atividade de cada homem, pelo trabalho concreto, mas, enquanto categoria social total, ele vai além do ato concreto. Ele é ato concreto que supera sua condição imediata e que se reconhece como algo comum, como mero trabalho humano.<sup>340</sup> Seu ser é, por isso, quantidade de trabalho concreto que retorna sobre si depois de se reconhecer como trabalho abstrato. Assim *o valor é determinado pelo trabalho*, que não se restringiu à imediatidade do ato singular nem se perdeu como pura abstração.<sup>341</sup> *A grandeza do valor*,<sup>342</sup> por sua vez, é o número dessa qualidade social. Ela também não se dá à margem da comunidade dos trabalhos, tampouco à margem da mercadoria singular; ela é exatamente a unidade dessas duas determinações. A grandeza do valor é determinada, por isso, pela *quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso*.<sup>343</sup> Ela é a quantidade abstrata de trabalho posta em um dado valor de uso. Portanto, o valor, ou mesmo a grandeza do valor, não pode ser jamais reconhecida como quantidade de trabalho efetivamente contida em um valor de uso. É da natureza do valor e de

---

<sup>339</sup> “Como esse ponto [a natureza dupla do trabalho] é o centro em torno do qual gira o entendimento da economia política, ele deve ser examinado mais de perto.” (Marx, 1867, 119)

<sup>340</sup> “Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, precisamente devido a suas diferentes qualidades; constituem substâncias do valor do casaco e do valor do linho apenas na medida em que se abstraem suas qualidades específicas e ambas possuem a mesma qualidade: a qualidade do trabalho humano.” (Marx, 1867, 122)

<sup>341</sup> “[O] trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais.” (Marx, 1867, 117)

<sup>342</sup> Vale destacar que Marx assinala a diferença entre substância do valor e grandeza do valor tanto no *Prefácio da primeira edição* quanto no *Posfácio da segunda de O capital*.

<sup>343</sup> “Portanto, é apenas a quantidade trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor.” (Marx, 1867, 117)

sua grandeza superar a singularidade imediata e somente retornar a ela depois de reconhecer o caráter social total da mesma.<sup>344</sup>

Devemos reconhecer, entretanto, o quão próximo a teoria do trabalho contido esteve da verdadeira teoria do valor-trabalho. Ela é o reconhecimento da natureza comum de todas as mercadorias e, logo, daquilo que as mede. O trabalho foi alçado a condição de elemento central da ciência econômica. O homem, enquanto sujeito que trabalha, foi reconhecido como fundamento de toda riqueza. As leis do intercâmbio de mercadorias foram reconhecidas como determinadas pela trabalho humano. A ciência econômica era concebida como uma ciência social. Assim, a teoria do trabalho contido foi capaz de reconhecer a riqueza de uns e a pobreza de outros como resultado da ação conjunta dos homens. A partir dela, seus maiores representantes chegaram até mesmo a reconhecer a subordinação do indivíduo ao movimento econômico total, logo, a independência do valor em relação ao próprio homem. Smith concebia, por isso, a pobreza de uns e a riqueza de outros como algo inerente à natureza da sociedade, enquanto Ricardo anunciava a eterna luta pelo produto excedente entre capital e trabalho. A teoria do trabalho contido levou Adam Smith a identificar o mais-valor em sua forma moderna e levou Ricardo a procurar na produção o fundamento do movimento do valor. A substância do

---

<sup>344</sup> O imbricado raciocínio que diferencia a quantidade de trabalho efetivamente incorporado em uma dada mercadoria da proporção com que essa é trocada por outras passa não só pela diferença entre quantidade de trabalho excedente incorporado e taxa média de lucro como também pela diferença entre quantidade de trabalho efetivamente incorporado e quantidade média de trabalho incorporado em um exemplar de uma dada espécie de mercadoria. Assim, todas as mercadorias de uma mesma espécie possuem o mesmo valor independentemente se uma é efetivamente produto de maior quantidade de trabalho que outra, algo que pode ocorrer devido utilização de máquinas menos produtivas, a maior distância do posto de venda, a menor produtividade do trabalhador etc. Marx apresentou a presente reflexão da seguinte forma: “Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante sua produção, quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois ele necessitará de mais tempo para produzi-la. No entanto, o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.” (Marx, 1867, 117)

valor foi, de fato, encontrada pela teoria do trabalho contido, embora ela só pudesse ser reconhecida na exata medida que se superasse criticamente tal teoria.

Por isso, a última censura à economia política deve ser realizada sobre aquele que deu a essa ciência sua forma mais perfeita, que formulou e desenvolveu com grande clareza a lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho.<sup>345</sup> Ricardo não foi capaz de analisar a substância do valor, não foi capaz de superar o fetiche dos números tão próprio ao pensamento burguês. Não foi, por isso, capaz de reconhecer o fetiche da mercadoria, tampouco de superá-lo. Ricardo deve ser sempre censurado por não ter jamais *compreendido* a verdadeira substância social, apesar de ter ido tão a fundo em seu ser.<sup>346</sup> Assim ele jamais pôde entender a substância que dá vida e põe em ordem a sociedade burguesa; que faz efetivamente dessa sociedade uma totalidade orgânica, um ser vivo, real, concreto, histórico. Em resumo, Ricardo jamais pôde apreender o conceito do modo de produção capitalista.

---

<sup>345</sup> “[...] Ricardo, dando à economia política clássica a sua forma mais perfeita, formulou e desenvolveu com grande clareza a lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho [...]” (Marx, 1859, 50)

<sup>346</sup> “A última censura provém da insuficiente exposição de Ricardo, pois ele realmente não pesquisou o valor da forma – a forma determinada que recebe o trabalho como substância do valor –, mas apenas as *grandezas do valor*, as quantidades desse trabalho abstrato-geral nessa forma de trabalho social produzem a diferença nas grandezas do valor das mercadorias. Do contrário, Bailey não teria visto de forma alguma que através disso a relatividade do conceito de valor poderia ser superada [aufgehoben], que todas as mercadorias, que [também] são valores de troca, são apenas expressões relativas do tempo de trabalho social e que a relatividade de maneira nenhuma existe apenas na relação através da qual uma mercadoria se troca com outra, mas que na relação toda igualdade desse trabalho social [é] sua substância.” (Marx, 1862-63b, 163 – trad. nossa)

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BÍBLIA tradução ecumênica.** São Paulo: Loyola, 2015.
- CERQUEIRA, H. **Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês.** *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 15, nº 1, p. 1-28, jan./jun. 2006.
- Defoe, D. **Robinson Crusoe.** São Paulo: Companhia das Letras (Kindle Version), 2012. (1719)
- DAVIS, W. L.; Bob, F.; Hedengren, D.; Klein, D. B. **Economics Professors' Favorite Economic Thinkers, Journals, and Blogs (along with Party and Policy Views).** *Econ Journal Watch*, vol. 8, nº 2, p. 126-146, mai. 2011.
- DE HOLANDA, F. M. **Apresentação.** In: Ricardo, D. *Princípios de economia política e tributação.* São Paulo: Nova Cultura, p. 5-13, 1996.
- DE PAULA, J. A. **O “Outubro” de Marx.** *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 18, nº 2, p. 167-190, mai./ago. 2009.
- ELIOT, T. D. **The Relations Between Adam Smith and Benjamin Franklin before 1776.** *Political Science Quartely*, vol. 39, nº 1, p. 67-96, mar. 1924.
- ENGELS, F. **Anti-Dühring.** São Paulo: Boitempo, 2015. (1878)
- ENGELS, F. **Einleitung [zu Karl Marx' „Lohnarbeit und Kapital“, Ausgabe 1891] (Werke 6).** In: MARX, K.; ENGELS, F. *Werke 6.* Berlin: Karl Dietz Verlag Berlin, p. 593-599, 1965. (1891)
- FRANKLIN, B. **A modest Inquiry into the Nature and Necessity of a Paper Currency.** In: \_\_\_\_\_. *The Works of Benjamin Franklin – vol. 2.* Boston: Whittemore, Niles, and Hall, p. 253-277, 1856. (1729)
- \_\_\_\_\_. **Essays on General Politics, Commerce, and Political Economy.** In: \_\_\_\_\_. *The Works of Benjamin Franklin – vol. 2.* Boston: Whittemore, Niles, and Hall, p. 251-521, 1856.
- \_\_\_\_\_. **Positions to be examined, concerning National Wealth.** In: \_\_\_\_\_. *The Works of Benjamin Franklin – vol. 2.* Boston: Whittemore, Niles, and Hall, p. 373-376, 1856. (1769)

- FRITSCH, W. **Apresentação**. In: *Smith, A. A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultura, p. 5-19, 1996.
- GONTIJO, C. **O Caminhar do Logos: da Matemática à Ciência da Sociedade**. *Ciência & Conhecimento*, Belo Horizonte, v. 3, p. 13-103, 2008.
- HEGEL, W. G. F. **Ciência da lógica**. São Paulo: Barcarolla, 2011. (1812-16)
- \_\_\_\_\_. **Enciclopédia das ciências filosóficas: Em compêndio (1830), I – A Ciência da Lógica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995. (1830a)
- \_\_\_\_\_. **Fenomenologia do espírito**. São Paulo: Editora Vozes, 2003. (1807)
- \_\_\_\_\_. **Introdução à história da filosofia (Os pensadores XXX)**. São Paulo: Abril, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Philosophie der Geschichte (Werke 12)**. Frankfurt am Mein: Suhrkamp, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie II (Werke 19)**. Frankfurt am Mein: Suhrkamp, 1986b.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultura, 1999. (1651)
- INGRAM, J. K. **A history of political economy**. Macmillan, 1902. (1887)
- KEYNES, J. M. **Essays in biography**. New York: The Norton Library, 1963. (1933)
- \_\_\_\_\_. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (1936)
- LANDRETH, H.; COLANDER, D. **History of Economic Thought**. Toronto/Boston: Houghton Mifflin Company – 4th. ed., 2002.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (1689)
- MARX, K. **A miséria da filosofia**. Rio de Janeiro: Global, 1985. (1847)
- \_\_\_\_\_. **Carta a Annenkov**. In: \_\_\_\_\_. *A miséria da filosofia*. Rio de Janeiro: Global, p. 205-216, 1985. (1846)
- \_\_\_\_\_. **Carta a Schweitzer**. In: \_\_\_\_\_. *A miséria da filosofia*. Rio de Janeiro: Global, p. 217-225, 1985. (1865)
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (1859)

- \_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução.** In: \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel.* São Paulo: Boitempo, p. 145-157, 2010. (1844a)
- \_\_\_\_\_. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011. (1857-58)
- \_\_\_\_\_. **Marx an Engels in Manchester, London 18. Nov. 1869 (Werke 32).** In: *MARX, K.; ENGELS, F. Werke 32.* Berlin: Karl Dietz Verlag Berlin, p. 329-394, 1965. (1869)
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004. (1844b)
- \_\_\_\_\_. **O capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. (1867)
- \_\_\_\_\_. **O capital – livro 2.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. (1885)
- \_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (1861-63)
- \_\_\_\_\_. **Theorien über Mehrwert – Ester Teil (Werke 26.1).** Berlin: Karl Dietz Verlag Berlin, 1965. (1862-63a)
- \_\_\_\_\_. **Theorien über Mehrwert – Zweiter Teil (Werke 26.2).** Berlin: Karl Dietz Verlag Berlin, 1965. (1862-63b)
- \_\_\_\_\_. **Theorien über Mehrwert – Dritter Teil (Werke 26.3).** Berlin: Karl Dietz Verlag Berlin, 1965. (1862-63c)
- \_\_\_\_\_. **Zur Kritik der Politischen Ökonomie (Werke 13).** Berlin: Karl Dietz Verlag Berlin, 1965. (1859de)
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007. (1845-46)
- \_\_\_\_\_. **A sagrada família.** São Paulo: Boitempo, 2003. (1845)
- \_\_\_\_\_. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998. (1848)
- MONTESQUIEU, **O Espírito das Leis.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. (1748)
- NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx.** São Paulo: Paz e Terra, 2000. (1973)
- PETTY, W. **Another Essay in Political Arithmetick Concerning the Growth of the City of London, 1683.** In: \_\_\_\_\_. *The Economic Writings of Sir William Petty.* London: Cambridge University Press, p. 451-478, 1899. (1682)

- \_\_\_\_\_. **The Political Anatomy of Ireland [1672], 1691.** In: \_\_\_\_\_. *The Economic Writings of Sir William Petty.* London: Cambridge University Press, p. 121-231, 1899. (1691)
- \_\_\_\_\_. **Aritmética política.** In: \_\_\_\_\_. Obras econômicas. São Paulo: Abril Cultural, p. 135-99, 1996. (1690)
- \_\_\_\_\_. **Tratado dos impostos e das contribuições.** In: \_\_\_\_\_. Obras econômicas. São Paulo: Abril Cultural, p. 17-108, 1996. (1662)
- PROUDHON, P. J. **O sistema de contradições econômicas.** In: \_\_\_\_\_. A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas. Floresta-RS: L&PM Editores, p. 32-36, 1997. (1851)
- \_\_\_\_\_. **A propriedade é um roubo.** In: \_\_\_\_\_. A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas. Floresta-RS: L&PM Editores, p. 20-31, 1997. (1840)
- QUESNAY, F. **Análise do quadro econômico.** In: \_\_\_\_\_. Obras econômicas. São Paulo: Abril Cultural, p. 209-27, 1996. (1766)
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Nova Cultura, 1996. (1817)
- RUBIN, I. **História do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. (1929)
- SCHUMPETER, A. **Historia del análisis económico.** Barcelona: Ediciones Ariel, 1971. (1954)
- SMITH, A. **A riqueza das nações.** São Paulo: Nova Cultura, 1996. (1776)
- TEIXEIRA, F. **O Encontro de Hegel e Marx com a Economia Política Clássica.** In: \_\_\_\_\_. Revista de filosofia do mestrado acadêmico em filosofia da UECE, v. 3, nº 5, 2006
- VAZ, H. **Apresentação: A significação da Fenomenologia do Espírito.** In: *HEGEL, W. G. F.* Fenomenologia do espírito. São Paulo: Editora Vozes, p. 13-24 2003.